

THAÍS BRITO

HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA NO BRASIL:
A COMPREENSÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS ARTICULADOS NO JORNAL
BRASIL DE FATO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Jorge Fonseca Sanches de Almeida

Salvador
2010

Ficha catalográfica

THAÍS BRITO

**HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA NO BRASIL:
A COMPREENSÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS ARTICULADOS NO JORNAL
*BRASIL DE FATO***

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

22 de dezembro de 2010

Banca Examinadora

Prof. Dr. Antonio Jorge Fonseca Sanches de Almeida - Orientador
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Eliziário de Souza Andrade
Universidade Estadual da Bahia
Universidade Católica de Salvador

Prof. Dr. Antonio da Silva Câmara
Universidade Federal da Bahia

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, professores, funcionários e colegas. Aos professores que contribuíram mais de perto na concretização do projeto: Jorge Almeida, meu orientador, Antonio Câmara e Eliziário Andrade, pelo debate de ideias e contribuições ao projeto, e a Clóvis Zimmermman e Nuno Gonçalves que me receberam na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, numa troca de experiência muito rica e gratificante.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo apoio financeiro.

A todos os coletivos e pessoas que tornaram o caminho menos difícil.

RESUMO

Esta pesquisa apresenta uma análise das posições políticas dos movimentos sociais articulados em torno do jornal *Brasil de Fato* sobre o governo Lula. Por um lado, a respeito de como este governo se relaciona com o bloco de poder e a hegemonia política no Brasil; por outro lado, como se relaciona com estes movimentos e em que medida contribui ou não com processos contra hegemônicos. As questões suscitadas na pesquisa foram desenvolvidas a partir da análise de conteúdo das edições do jornal *Brasil de Fato* no período de 2003 a 2007, nos meses de janeiro, março, junho, setembro e dezembro de cada ano. Ao todo, foram estudadas 25 edições das primeiras semanas dos meses indicados. O pensamento de Antonio Gramsci (1891-1937) e o legado teórico da sua produção intelectual é o referencial teórico principal da análise. Considerando a perspectiva gramsciana que identifica a vida estatal como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis entre os interesses dos grupos fundamentais e os interesses dos grupos subordinados, o estudo apresenta as posições políticas dos movimentos sociais articulados no jornal *Brasil de Fato* sobre o governo Lula e coloca problemas e questões relacionados a um cenário de convivência entre alianças de classes, concessões programáticas e tentativas de conciliação de interesses conflitantes empreendidas pelo governo Lula. Ao mesmo tempo, tem-se uma conjuntura identificada, inicialmente, como favorável aos movimentos sociais, que demonstram esperar que o governo realize as mudanças ansiadas pelas classes populares, que faça reformas estruturais, mas é um cenário que vai se mostrando, nas avaliações dos intelectuais que se posicionaram no *Brasil de Fato*, desestruturador das forças de esquerdas no país.

Palavras-chave: Hegemonia. Contra hegemonia. Movimentos sociais. Esquerda. Governo Lula.

ABSTRACT

This research presents an analysis over the political facts and acts of social movements during Luis Inácio Lula da Silva's government as presented in *Brasil de Fato* newspaper. In one hand, is presented how government related with the political hegemony in Brazil. In the other, how does it related with the social movements and in what degree the government contributed or not with counterhegemony processes. That questions developed in this research rose during the analysis of 25 editions of *Brasil de Fato* newspapers from the first weeks of January, March, June, September and December, from 2003 to 2007. Antonio Gramsci's (1891-1937) theories is the intellectual basis of the analysis. We consider Gramsci perspective that identifies the state life as a continuous training and upgrading of unstable balance between the interests of key groups and interests of subordinate groups, the study presents the political views of social movements in *Brasil de Fato* newspaper about the Lula government and poses problems and issues related to a scenario of coexistence of class alliances, awards program and attempts to reconcile conflicting interests taken by this government. At the same time, the situation initially identified as favorable to the social movements - that expected the government to make changes yearn for the working classes - to make structural reforms, became – as showed on the evaluations of intellectuals who were stationed in *Brasil de Fato* - a scenario of destructuring the left a scenario that in the country.

Keywords: Hegemony. Counterhegemony. Social Movements. Left. Lula Government.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABERT	Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão
ABRAÇO	Associação Brasileira de Rádios Comunitárias
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
Andes	Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior
ANJ	Associação Nacional de Jornais
ASA	Articulação do Semi-árido
BM	Banco Mundial
CADTM	Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo
CBHSF	Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CGTB	Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CLACSO	Conselho Latino Americano de Ciências Sociais
CMS	Coordenação dos Movimentos Sociais
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CNRT	Conselho Nacional de Relações de Trabalho
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CTNBio	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CONLUTAS	Confederação Nacional de Lutas

FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDC	Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIT	Massachusetts Institute of Technology
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OEA	Organização dos Estados Americanos
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
OMC	Organização Mundial do Comércio
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PCS	Programa de Crédito Solidário
PIB	Produto Interno Bruto
PNRA	Plano Nacional de Reforma de Agrária
PT	Partido dos Trabalhadores
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
Psol	Partido do Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos
UMM	União dos Movimentos por Moradia
WCD	World Commission On Damns

SUMÁRIO

1.	Introdução	10
1.1	Objetivos	14
1.2	Principais questões pesquisadas	15
1.3	Metodologia	15
2.	Hegemonia e contra-hegemonia	17
3.	A Comunicação nas disputas de hegemonia	37
3.1	O Brasil de Fato	39
4.	BRASIL DE FATO: uma leitura dos movimentos sociais articulados no jornal sobre as relações de hegemonia e contra-hegemonia no Brasil	46
4.1	Meios de comunicação	65
4.2	Política econômica	70
4.3	Política externa	77
4.4	Área de Livre Comércio das Américas – ALCA	83
4.5	Transgênicos	84
4.6	Meio ambiente	86
4.7	Habitação	87
4.8	Educação	87
4.9	Reformas tributária e previdenciária	88
4.10	Água e saneamento	89
4.11	Questões indígena e quilombola	90
4.12	Direitos Humanos	92
4.13	Transposição do Rio São Francisco	95
4.14	Reforma agrária	99
4.15	Movimento sindical	106
5.	Conclusão	112
	Referências	124
	Anexos	136

INTRODUÇÃO

O objeto da de pesquisa são as posições políticas dos movimentos sociais articulados em torno do jornal *Brasil de Fato* sobre o governo Lula. Por um lado, a respeito de como este governo se relaciona com o bloco de poder e a hegemonia política no Brasil; por outro lado, como se relaciona com estes movimentos e em que medida contribui ou não com processos contra-hegemônicos.

As diversas relações entre os movimentos sociais no Brasil e o governo Lula têm sido travadas num terreno de contradições, em que a contestação e o enfrentamento convivem com espaços de diálogos e participação popular, políticas públicas, políticas compensatórias, abertura para reivindicações dos movimentos sociais, ocupação das estruturas do Estado por militantes, ativistas e intelectuais de esquerda.

Compreendendo que os interesses das classes hegemônicas podem estar representados no Estado e nas suas políticas e instituições, ainda que essas classes não ocupem diretamente o governo, esta pesquisa preocupa-se com o entendimento da questão da luta entre as classes hegemônicas e contra-hegemônicas, a partir da compreensão dos movimentos sociais brasileiros, que se articulam no jornal *Brasil de Fato*. Procuramos entender como os movimentos sociais analisam, no jornal *Brasil de Fato*, a relação do governo Lula com as forças hegemônicas e contra-hegemônicas no país.

A compreensão da existência de uma articulação entre governos e movimentos sociais na construção da contra-hegemonia e das resistências nos interessa particularmente, pois entendemos que pode ser tanto um fator de ameaça à hegemonia das classes dominantes, como pode mesmo constituir um elemento de hegemonia dessas classes, que buscam construir sua hegemonia nos espaços dos dominados.

Essas considerações levantam outras questões relativas à constituição dos espaços e formas de exercício do poder e da dominação na sociedade capitalista; relacionadas ao conteúdo, suporte e às estratégias da hegemonia e sobre as implicações de cada esfera do bloco histórico na formação da hegemonia. Para

entender esses aspectos, precisamos considerar o cenário de fortalecimento da ideologia do capitalismo, que expande a dominação à quase totalidade da vida social, tornando universais os valores do mercado e transformando em mercadoria a existência e a resistência.

É significativo que se tenha também uma compreensão adequada sobre a relação entre os meios de comunicação e as disputas por hegemonia na sociedade. Tanto a manutenção da hegemonia, como as possibilidades de disputa contra-hegemônica passam por estratégias direcionadas à disputa de ideias e concepções de mundo. No contexto contemporâneo, as estratégias de convencimento e a obtenção do consenso na sociedade abrangem, necessariamente, os meios de comunicação, que constituem instrumentos fundamentais nessa disputa.

A composição desses elementos expressa os aspectos principais que orientam nossa pesquisa. A partir da compreensão desse contexto, é possível apresentar adequadamente as questões que nos inquietam a respeito das relações entre movimentos sociais e governos de esquerda no cenário brasileiro, tendo como referência o teórico Antonio Gramsci (1891-1937) e suas análises das sociedades complexas.

O pensamento de Antonio Gramsci e o legado teórico da sua produção intelectual constituem, certamente, relevantes influências para a formação da esquerda no Brasil. O estudo do seu pensamento guia as análises que buscamos compreender neste estudo. É com o teórico italiano que se inaugura, na tradição marxista, uma compreensão mais adequada das sociedades ocidentais em sua complexidade, considerando o estágio de estabilidade que o capitalismo alcançou nessas sociedades, ancorado pela força, pela dominação, mas também pela direção e formação de consensos. Nessas sociedades, a dominação capitalista é decisiva por concentrar os meios de produção nas classes hegemônicas, mas também por criar uma concepção de mundo aceita também pelos dominados.

A nossa análise tem como campo principal o jornal *Brasil de Fato*, um veículo da imprensa alternativa, idealizado por movimentos sociais e intelectuais de esquerda, lançado no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em 2003, ano em que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), assume a presidência no Brasil.

Com tiragem de 50 mil exemplares, o *Brasil de Fato* é um jornal semanal, de circulação nacional. Além do jornal, há também a *Agência Brasil de Fato*, na

internet¹. Na coluna “Quem somos”, encontramos a seguinte definição dada pelo jornal:

Por entender que, na luta por uma sociedade justa e fraterna, a democratização dos meios de comunicação é fundamental, movimentos sociais como o MST, a Via Campesina, a Consulta Popular e as pastorais sociais criaram o jornal *Brasil de Fato* — um semanal político, de circulação nacional, para contribuir no debate de idéias e na análise dos fatos do ponto de vista da necessidade de mudanças sociais em nosso país. Plural e diversificado, o *Brasil de Fato* reúne jornalistas, articulistas e intelectuais do Brasil e do mundo.

O *Brasil de Fato* apresenta-se como uma alternativa aos meios de comunicação hegemônicos, historicamente concentrados nas elites políticas e econômicas e que expressam a visão de mundo desses grupos, seja por meio de um jornalismo direcionado a esses interesses, seja através da postura de não noticiar determinados fatos que podem comprometer seus interesses de classe.

O *Brasil de Fato* é, também, um veículo formador e articulador das reflexões de movimentos sociais e ativistas políticos da esquerda brasileira, esse é outro aspecto que interessa à nossa análise, que se baseia nas posições dos movimentos sociais no *Brasil de Fato* sobre o governo Lula e sua contribuição para as lutas contra-hegemônicas no Brasil ou, ao contrário, para a manutenção da hegemonia no poder.

O jornal *Brasil de Fato* reúne movimentos sociais, ativistas políticos e intelectuais de grande importância no cenário de lutas nacional e mundial. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Via Campesina, a Consulta Popular e as pastorais sociais compõem o quadro de movimentos que idealizaram o jornal.

A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas de 56 países da Ásia, África, América e Europa. No Brasil, os movimentos que fazem parte da Via Campesina são o Movimento Sem Terra, o Movimento de Mulheres Camponesas, o Movimento dos Atingidos por Barragens e o Movimento dos Pequenos Agricultores. De acordo com o sítio eletrônico da entidade, a Via Campesina é “um movimento autônomo, pluralista, sem ligações políticas, econômicas ou de qualquer outro tipo. Está formada por organizações nacionais e regionais, cuja autonomia é cuidadosamente respeitada”.

1 [Http://www.brasildefato.com.br](http://www.brasildefato.com.br)

Já a Consulta Popular é um movimento que surgiu de diversos movimentos, instituições, pastorais e partidos na construção das marchas estaduais do MST em 1997, constatando a necessidade de reorganização da esquerda em busca de uma maior unidade de luta, com o objetivo de

sistematizar as idéias e propostas surgidas durante as marchas no sentido de questionar o rumo de uma esquerda institucional e propor o resgate dos valores e práticas militantes rumo à revolução brasileira, bem como constituir as bases teóricas para um Projeto Popular para o Brasil.” (GEBRIM, 2005)

O Movimento Sem Terra – já com bastante visibilidade no contexto nacional, tanto pela abordagem dos meios de comunicação, quanto pelos diversos estudos realizados sobre o movimento – tem como bandeira principal a reforma agrária, questão estrutural e histórica no Brasil. O MST nasceu das lutas pela terra que foram retomadas a partir do final da década de 1970, sendo criado oficialmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, realizado em janeiro de 1984 em Cascavel, no Paraná. Hoje o MST está organizado em 22 estados e dá uma abrangência mais geral à sua atuação política, contribuindo com a organização social.

Apresentamos, nesta pesquisa, uma análise da compreensão que os movimentos sociais, ativistas, militantes e intelectuais articulados no jornal *Brasil de Fato* expressam, no jornal, sobre o governo Lula e suas relações com a hegemonia e a contra-hegemonia no Brasil. Nosso interesse é estudar as posições dos movimentos sociais brasileiros frente aos desafios que caracterizam o Brasil, a partir das transformações surgidas com a emergência do governo do Partido dos Trabalhadores, ligado ao campo da esquerda e suas relação com os movimentos sociais, organizações e intelectuais de esquerda.

OBJETIVOS

GERAL

O objetivo deste projeto de pesquisa é estudar as posições políticas dos movimentos sociais brasileiros, que se articulam no jornal *Brasil de Fato*, sobre o governo Lula. Pretendemos pesquisar, na pauta do jornal, o entendimento desses movimentos sociais tanto a respeito de como este governo se relaciona com o bloco de poder e a hegemonia política no Brasil; como, por outro lado, como se relaciona com os próprios movimentos e em que medida contribui ou não com processos de contra-hegemonia.

ESPECÍFICOS

- Realizar análise de conteúdo de 25 edições do jornal *Brasil de Fato* entre o ano 2003 e o ano 2007;
- Pesquisar se os movimentos sociais articulados no *Brasil de Fato* apresentam-se como contra-hegemônicos nas posições defendidas no jornal;
- Investigar se os movimentos sociais articulados no *Brasil de Fato* entendem o governo Lula como parceiro na luta por transformações;
- Entender como os movimentos sociais articulados no *Brasil de Fato* interpretam, na cobertura do jornal, os espaços de participação dos movimentos na definição de políticas públicas, como os conselhos, comissões, conferências, etc.
- Entender como evolui a avaliação dos movimentos ligados ao jornal *Brasil de Fato* no período de análise (2003-2007).

PRINCIPAIS QUESTÕES PESQUISADAS

- Como os movimentos sociais articulados em torno do jornal *Brasil de Fato* entendem a relação com o governo Lula, se como uma reprodução da hegemonia do bloco no poder ou como parceiro na luta por transformações?
- Os movimentos sociais ligados ao jornal *Brasil de Fato* apresentam posições contra-hegemônicas no jornal?
- Como os movimentos sociais articulados no jornal *Brasil de Fato* interpretam os espaços de participação dos movimentos na definição de políticas públicas, como os conselhos, comissões, conferências, etc?
- Como evolui a avaliação dos movimentos expressa no jornal, no decorrer dos cinco anos do governo?

METODOLOGIA

O método de pesquisa empírica que orienta o trabalho baseou-se no acompanhamento e análise de conteúdo de notícias, artigos, reportagens, entrevistas, editoriais e notas do jornal *Brasil de Fato*. Foram analisadas as edições da primeira semana de cada mês do jornal, desde seu lançamento, em janeiro de 2003, até a edição de dezembro de 2007.

No período inicial do estudo, realizamos uma pesquisa exploratória, a partir da leitura de 60 edições da primeira semana de cada mês do jornal, nos anos definidos para o estudo – 2003 a 2007. Com essa leitura, identificamos os principais temas e questões em debate no período estudado, que apresentaremos aqui.

As análises acerca das questões suscitadas neste trabalho são desenvolvidas a partir da análise de conteúdo das edições do jornal *Brasil de Fato* no período de 2003 a 2007, nos meses de janeiro, março, junho, setembro e dezembro de cada ano. Ao todo, foram estudadas 25 edições das primeiras semanas dos meses indicados.

Nas 25 edições pesquisadas, privilegiamos as matérias jornalísticas, em seus diversos gêneros (notas, editoriais, reportagens, fotoreportagens, artigos,

entrevistas, crônicas, charges), que apresentaram relação direta com o nosso objeto de pesquisa – as posições que os movimentos sociais, articulados no *Brasil de Fato*, expressaram no jornal, sobre o governo Lula nos anos de 2003 a 2007. Ao todo foram analisados 130 textos em diferentes gêneros jornalísticos.

O objetivo principal da análise é a identificação das posições expressas pelos movimentos sociais no jornal *Brasil de Fato* sobre o governo Lula. Pesquisamos o entendimento dos movimentos sociais tanto a respeito de como este governo se relaciona com o bloco de poder e a hegemonia política no Brasil; como, por outro lado, como se relaciona com os próprios movimentos e em que medida contribui ou não com processos de contra-hegemonia.

Na análise de conteúdo do jornal, procuramos identificar o entendimento dos movimentos sociais em relação às políticas setoriais como a reforma agrária, a política agrícola, educação, saúde, comunicação, etc.; buscamos compreender, também, a avaliação da política externa e da política econômica do governo, assim como questões referentes aos avanços da democracia como reação do Estado às ações dos movimentos sociais e de como tratam os espaços de participação da sociedade civil na discussão e definição das políticas públicas.

CAPÍTULO I

HEGEMONIA E CONTRA HEGEMONIA

O conceito de hegemonia refere-se à combinação da direção moral, política e intelectual da sociedade com a função de dominação. A hegemonia é exercida pelo consentimento e pela força, e constrói-se a partir da sociedade civil – na busca pelo consenso e pela liderança cultural e político-ideológica; do controle da estrutura econômica e da dominação do Estado através da força e da coerção.

Os conceitos de sociedade civil e sociedade política são identificados, no referencial gramsciano, como o momento do consenso e da coerção. Para compreender a noção de hegemonia em Gramsci, é fundamental estudar o papel da sociedade civil e da sociedade política, o momento do consenso e o momento de uso da força, da coerção, suas relações e significados. Para definir os conceitos de sociedade civil e sociedade política, nos *Quaderni*, Gramsci (2004a, p. 20) utiliza a seguinte afirmação:

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes 'planos' superestruturais: o que pode ser chamado de 'sociedade civil' (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente 'privados') e o da sociedade política ou Estado', planos que correspondem, respectivamente, à função de 'hegemonia' que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de 'domínio direto' ou de comando, que se expressa no Estado e no governo 'jurídico'.

A utilização do consenso e da coerção alternam-se ou convivem dialeticamente e são fundamentais para a conquista e manutenção da hegemonia. Como ressalta Portelli, a separação das duas esferas do momento superestrutural não corresponde à realidade prática, “essa divisão funcional deve situar-se no quadro de uma unidade dialética em que consenso e coerção são utilizados alternativamente e em que o papel exato das organizações é mais fluido do que parece.” (2002, p. 35) Somente o consentimento não constrói a base da hegemonia, e a utilização da coerção, por outro lado, não consegue sustentar de forma durável uma dominação.

Há interpretações que buscam destacar, na imbricada teoria desenvolvida

pelo marxista italiano, a predominância de algumas categorias, destacando principalmente certo primado da superestrutura em relação à estrutura e do consenso sobre a coerção. Essas interpretações colocam em oposição orgânica aspectos que foram destacados pelo autor dos *Quaderni* como separações possíveis apenas para finalidades analíticas. Tais concepções são responsáveis pela referência a Gramsci como “teórico das superestruturas”.

Essa compreensão da teoria gramsciana tem como representante paradigmático o cientista político Norberto Bobbio. Num ensaio intitulado *O conceito de sociedade civil em Gramsci*, apresentado no congresso de estudos gramscianos em 1967 em Cagliari, o autor destacava as principais distinções do pensamento de Gramsci em relação à tradição marxista. De acordo com a interpretação de Bobbio, há um “deslocamento” operado por Gramsci em relação ao pensamento de Marx. O conceito de sociedade civil como definido por Gramsci apresenta, na visão de Bobbio, duas inversões em relação à concepção de Marx e Engels: “a primeira consiste no privilegiamento da superestrutura com relação à estrutura; a segunda, no privilegiamento, no âmbito da superestrutura, do momento ideológico com relação ao institucional” (BOBBIO, 1999, p. 62). Esta compreensão é ainda expressa por Bobbio, parafraseando Marx², ao afirmar que

a sociedade civil compreende, para Gramsci, não mais 'todo o conjunto das relações materiais', mas sim todo o conjunto das relações ideológico-culturais; não mais 'toda vida comercial e industrial', mas toda a vida espiritual e intelectual'. (BOBBIO, 1999, p. 55)

A identificação do marxista italiano como “teórico das superestruturas” e como aquele que empreendeu o deslocamento de um dos fundamentos principais do marxismo, invertendo a relação entre a estrutura e a superestrutura, tal como compreendida por Marx, é contestada por autores que sustentam, por outro lado, o caráter unitário e orgânico do pensamento de Gramsci, em cujo cerne se desenvolveram conceitos interdependentes e que expressam, a partir de sua unidade-distinção, a complexidade com a qual o marxista sardo buscava compreender a sociedade e as motivações para sua transformação.

Alguns autores, a exemplo de Hall (1980, p. 62), compreendem a ênfase dada à análise superestrutural em Gramsci como uma necessidade de “romper tanto com

2. Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels definem sociedade civil como o “conjunto das relações materiais dos indivíduos dentro de um estágio determinado de desenvolvimento das forças produtivas.” (MARX, ENGELS, 2007, p. 33)

a tradição culturalista/idealista representada por Croce quanto com o determinismo econômico da II Internacional” e explicam a predominância da sociedade civil, por outro lado, tendo em vista o fato de que, na teoria marxista clássica, o estudo dirige-se mais para o aparelho do Estado que para a direção ideológica e cultural da sociedade.

Essa ênfase na análise superestrutural, não significa, entretanto, a confirmação da interpretação de Bobbio, segundo a qual Gramsci opera uma inversão da relação estrutura e superestrutura como é tradicionalmente entendida na obra de Marx. Os conceitos elaborados por Gramsci constituem uma tentativa de superação da interpretação economicista do marxismo, uma crítica à visão reducionista que relaciona as mudanças políticas e ideológicas a uma manifestação imediata das transformações estruturais.

Alguns pressupostos metodológicos da teoria de Marx são centrais para a compreensão do pensamento de Gramsci e sua crítica às apropriações economicistas do marxismo. No “Prefácio à Contribuição da crítica da economia política” de 1859, encontramos a definição de dois pressupostos metodológicos que são retomados em diversos momentos por Gramsci nos *Quaderni*:

Jamais uma sociedade desaparece antes de desenvolver todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção superiores lhe substituem antes que as condições materiais de sua existência se produzam no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade nunca se coloca problemas que não seja capaz de resolver: considerando melhor as coisas, se descobrirá sempre que o problema só surgiu quando as condições materiais para resolvê-lo já existiam ou estavam em vias de aparecer. (MARX, s/d, p. 302)

Para o marxista italiano, esses dois princípios são imprescindíveis na análise das relações entre estrutura e superestrutura:

É o problema das relações entre estrutura e superestrutura que deve ser posto com exatidão e resolvido para que se possa chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e determinar a relação entre elas. É necessário mover-se no âmbito de dois princípios: 1) o de que nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) e o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações. (GRAMSCI, 2004b, p. 36)

Ao retomar tais princípios para explicar a relação entre estrutura e

superestrutura, Gramsci colocava para si a questão de como, dadas as condições necessárias e suficientes, seria possível a formação de uma vontade coletiva que impulsionasse as mudanças políticas e ideológicas tão fundamentais quanto as mudanças estruturais. A análise concreta das relações de força, para Gramsci,

só adquirem um significado se servem para justificar uma atividade prática, uma iniciativa de vontade. (...) O elemento decisivo de cada situação é a força permanentemente organizada e há muito tempo preparada, que se pode fazer avançar quando se julga que uma situação é favorável (e só é favorável na medida em que esta força exista e seja dotada de ardor combativo). (2004b, p. 45-46)

Era, portanto, fundamental, para Gramsci, compreender como se organiza a vontade coletiva, em que condições materiais é possível garantir a “passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas”. (2004b, p. 41) Essa questão decisiva colocada por Gramsci encontra sentido no segundo princípio apresentado no “Prefácio de 1859”, no que concerne à maturidade das condições políticas e ideológicas. Uma preocupação de Gramsci era, portanto, compreender a complexidade do momento em que as condições materiais estão dadas, alcançaram seu desenvolvimento último, e como será possível impulsionar também as condições das mudanças na sociedade.

Esta questão aparece de forma semelhante na obra Marx na definição dos elementos materiais de uma subversão total, que são

por um lado, as forças produtivas existentes e, por outro lado, a formação de uma massa revolucionária que faça a revolução não só contra condições particulares da sociedade existente até então, mas também contra a própria 'produção da vida' anterior, contra o 'conjunto da atividade' que constitui sua base. (MARX e ENGELS, p. 37)

O conceito de sociedade civil adquire, no contexto das questões apresentadas, uma centralidade incontestável no pensamento gramsciano, o que não significa afirmar que ele tenha invertido a relação entre estrutura e superestrutura, como pensa Bobbio. Gramsci compreendia a complexidade dessas relações e buscava entender como se dava a formação do consenso, a direção ideológica dos aparelhos de hegemonia, identificando “como nasce o movimento histórico sobre a base da estrutura”. Ele questionava a hipótese de que as crises econômicas imediatas, por si mesmas, produzissem eventos históricos fundamentais, orgânicos.

Havia, no entendimento de Gramsci, outros elementos, também

fundamentais, como o aspecto econômico, envolvidos nos processos de crise e transformações sociais. Como ressalta Hall, as crises econômicas têm a função de

'criar um terreno favorável à disseminação de certos modos de pensamento e certas formas de postular e resolver questões que envolvam todo o desenvolvimento subsequente da vida nacional'. Em suma, só se conduz um tipo adequado de análise, arraigado na 'passagem' irreversível e decisiva entre a estrutura e a superestrutura, quando se demonstra como 'as crises econômicas objetivas 'de fato se tornam crises de estado e da sociedade, causadas pelas relações instáveis no equilíbrio das forças sociais, e como germinam sob a forma de lutas ético-políticas e de ideologias políticas completas, influenciando a concepção de mundo das massas. (HALL, 2006, p. 287)

O conceito de sociedade civil é, certamente, um conceito original, cuja definição encontra-se situada na tradição marxista. O referencial gramsciano não deve, entretanto, ser compreendido apenas a partir da aproximação ou distanciamento em relação ao referencial construído por Marx. Como lembra Coutinho (1999, p. 122), criticando a defesa de Bobbio do caráter determinante da superestrutura sobre a estrutura na teoria gramsciana, “se o conceito de sociedade civil de Gramsci não é o mesmo de Marx, não haveria razão para lhe atribuir a mesma função de determinação em última instância”.

Marx refere-se à sociedade civil como locus de reprodução das relações materiais de produção, portanto como parte da estrutura econômica. A sociedade civil é para ele “a verdadeira sede, o verdadeiro palco de toda a história” e afirma ainda que ela “compreende o conjunto das relações materiais dos indivíduos dentro de um estágio determinado de desenvolvimento das forças produtivas”. (2007, p. 33)

Na concepção de história apresentada por Marx, na Ideologia Alemã, encontramos certa aproximação com a teoria de Gramsci na compreensão da relação estrutura e superestrutura. A concepção da história apresentada na obra baseia-se no desenvolvimento do processo real da produção material, na forma dos intercâmbios humanos ligada a esse modo de produção e por ele engendrada, o que significa para Marx (2007, p. 34) que “a sociedade civil, em seus diferentes estágios, é entendida como o fundamento de toda a história”. Ainda que esta proposição mantenha coerência com a compreensão da sociedade civil como parte da estrutura, Marx segue com a afirmação de que entender a sociedade civil como fundamento da história “significa representá-la em sua ação enquanto Estado, bem como explicar por ela o conjunto das diversas produções teóricas e das formas da consciência, religião, filosofia, moral, etc.”. (p. 36)

Um outro questionamento é apresentado por Portelli (1977) sobre a defesa de Bobbio de que a noção de sociedade civil opõe-se à análise marxista do papel da superestrutura ideológica. O autor cita a *Crítica do Programa de Gotha*, quando Marx faz uma crítica ao Programa do Partido Socialista Operário Alemão no que se refere à fundação do Estado livre e da sociedade socialista. O Programa de Gotha “em vez de tomar a sociedade existente (e o mesmo podemos dizer de qualquer sociedade no futuro) como base do Estado existente (ou do futuro, para uma sociedade futura), considera mais o Estado como um ser independente, com seus próprios fundamentos espirituais, morais e liberais”. (MARX, s/d, p. 220) A sociedade civil é assim entendida, como em Gramsci, como o fundamento econômico, intelectual e moral do Estado, não como uma esfera autônoma.

Dois sentidos necessariamente relacionados podem ser encontrados na definição do conceito de sociedade civil de Gramsci. O primeiro refere-se ao parágrafo citado anteriormente que compreende a sociedade civil como “o conjunto dos organismos [superestruturais] vulgarmente chamados privados”. (GRAMSCI, 2004a, p. 20) Na segunda acepção, destaca-se a capacidade de iniciativa econômica do Estado no capitalismo contemporâneo.

A formulação do movimento da livre troca baseia-se num erro teórico do qual não é difícil identificar a origem prática: a distinção entre sociedade política e sociedade civil, que de distinção metódica se transforma e é apresentada como distinção orgânica. Assim, afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir em sua regulamentação. Mas, como na realidade factual, sociedade civil e Estado se identificam, deve-se considerar que também o liberalismo é uma 'regulamentação' de caráter estatal, introduzida e mantida por caminhos legislativos e coercitivos: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico. (GRAMSCI 2004b, p. 47)

O central, para o autor dos *Quaderni*, ao diferenciar sociedade civil e sociedade política, consenso e coerção, não é somente ressaltar os pontos de distinção e oposição, mas a relação orgânica e dialética dessas duas categorias, cuja divisão só se justifica em termos analíticos. A sociedade civil, tanto em um sentido – conjunto de organismos privados responsáveis pela articulação do consenso e detentores da legitimidade e dos meios de coerção, como no outro – locus da atividade econômica – mantém uma relação de unidade-distinção com a sociedade política.

Concordamos, ainda, com a análise de que a sociedade civil constitui o âmbito principal da disputa de sentidos, espaço político por excelência e arena da

luta de classes, “um campo de dissonâncias, enfrentamentos e duelos, ora para reforçar o exercício da hegemonia, ora pra enfraquecer os consensos estabelecidos.” (MORAES, 2009, p. 38) A proposição gramsciana nada tem a ver com interpretações liberais ou social-democratas, que entendem a sociedade civil como lugar de harmonização de interesses e de emergência de um “terceiro setor” situado para além do Estado e do mercado. A sociedade civil é por nós entendida, portanto, como o terreno da luta de classes, onde se dão as disputas pelo poder econômico, político e ideológico.

A hegemonia pressupõe um consenso em torno da ideologia das classes dirigentes que se apresenta como universal, e enquanto concepção de mundo difundida em todas as camadas sociais.

Para Gramsci, a estrutura ideológica é a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a “frente” teórica ou ideológica e ele afirma ser a imprensa a parte mais dinâmica desta estrutura, seguida por tudo aquilo que influi na opinião pública.

Os “organismos ditos privados” que Gramsci define no conceito de sociedade civil adquirem, dessa forma, também um caráter material, funcionam como “aparelho hegemônico de um grupo social” e “aparelho privado de hegemonia”. A disputa de hegemonias não é, portanto, apenas entre concepções de mundo, envolve a apropriação dos suportes materiais dessas ideologias.

No referencial gramsciano, aparece a idéia de que as ideologias são apropriadas e reproduzidas de formas diversas e em vários níveis como na ciência, na arte mas também no senso comum e na cultura popular. Os consensos constituem-se num campo de disputa de sentidos. As ideologias não são vistas, portanto, como reflexo imediato das estruturas econômicas, envolvem complexidades quanto às possibilidades de apropriação e disseminação das ideias e concepções alternativas.

É importante retornar à assertiva de Marx e Engels na Ideologia Alemã segundo a qual, em todas as épocas, as idéias da classe dominante são também as idéias dominantes. A noção de que o poder *material* dominante numa determinada sociedade é também o poder *espiritual* dominante, vincula a propriedade dos meios de produção material e a propriedade dos meios de produção simbólica. A concentração e monopólio dos meios de comunicação, por exemplo, cria um cenário

Não é uma definição automática, mas uma concepção que implica que os grupos sociais contra-hegemônicos, aqueles que não detêm os meios de produção simbólica mais poderosos e significativos, encontram maior dificuldade em tornar mais amplas suas concepções de mundo.

Gramsci entende que é possível certas concepções de mundo ligadas a estas classes sociais tornem-se preponderantes na sociedade, ainda que não se tenha alcançado o controle do Estado e da estrutura econômica.

No contexto em que se desenvolve o pensamento marxista a esse respeito, seria um tanto quanto complicado pensar na apropriação dos meios de difusão ideológicas pelas classes subalternas, quando era ainda incipiente o desenvolvimento dos meios de comunicação. Com o desenvolvimento tecnológico novos elementos são acrescentados ao debate e cria-se novas possibilidades de intervenção e apropriação dos instrumentos de difusão ideológica. Ainda que a propriedade dos meios indique, como afirmava Marx, a predominância de determinadas concepções de mundo na sociedade, há novas possibilidades que vem sendo exploradas por movimentos sociais, redes de ativistas e grupos sociais, como demonstramos ao longo deste texto e a partir da experiência do próprio jornal *Brasil de Fato*, que analisaremos no capítulo 3.

Outro aspecto importante na teoria gramsciana refere-se à compreensão da sociedade civil como parte do Estado ampliado. A partir desse conceito, a sociedade civil é entendida como parte do Estado e o Estado passa a ser compreendido, de acordo com Portelli (1977), como o conjunto dos órgãos, independente de qual seja seu estatuto formal (organizações *privadas* ou aparelho de Estado), através dos quais é exercida a influência do grupo dominante. A definição de Estado é, dessa forma, ampliada e passa a compreender também os órgãos da sociedade civil – tanto por estarem legalmente sob as definições jurídicas do Estado quanto por serem influenciados pela hegemonia dos grupos dominantes na sociedade.

O Estado ampliou suas funções e várias transformações podem ser percebidas a partir dessa ampliação:

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias 'nacionais', isto é, o grupo dominante é coordenado

concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo. (GRAMSCI, 2004b, p. 41)

Além das questões apontadas na caracterização do Estado – sua definição como sociedade civil e política, a função de coerção e consenso na consolidação da hegemonia – deve-se ressaltar que a unidade do Estado é garantida pelo vínculo orgânico proporcionado pela função dos intelectuais.

A visão de mundo hegemônica, embora sistematizada e apresentada como universal, não emana automaticamente das classes dominantes. É, geralmente, o resultado de disputas de concepção. Além disso, a hegemonia pressupõe que as concepções das classes dominantes sejam vistas como universais e aceitas pelo conjunto da sociedade.

Os intelectuais desempenham a função de criar sentido sobre a função econômica, social e política das classes fundamentais. Cumprem o papel de organização, disseminação e conservação de ideias associadas a essas classes. Para Gramsci, a formação dos intelectuais não se dá num terreno democrático abstrato, mas segundo processos históricos concretos; essa formação está intrinsecamente relacionada a grupos sociais fundamentais.

Encontramos nos *Quaderni* uma ampla definição de intelectual. Gramsci, para quem “todos os homens são intelectuais”, afirma que

quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais, faz-se referência, na realidade, somente à imediata função da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. Isto significa que, se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não-intelectuais. (GRAMSCI, 2004a, p. 52)

O processo histórico de formação das diversas categorias de intelectuais é compreendido pelo teórico a partir da questão da autonomia em relação às classes sociais. Gramsci procura entender se os intelectuais constituem um grupo autônomo e independente, ou se cada grupo social tem uma categoria especializada de intelectuais. A conclusão do autor é que a formação dos intelectuais se dá a partir de uma intrínseca relação com as classes sociais fundamentais.

Todo grupo social cria para si camadas de intelectuais, a eles ligadas

organicamente, que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político. Neste trabalho, consideramos esta perspectiva ao analisar o jornal *Brasil de Fato* enquanto tentativa de aglutinação de ideias e articulação de intelectuais orgânicos comprometidos com a esquerda e com o projeto popular de sociedade defendido pelos movimentos sociais que fazem parte do jornal.

A categoria intelectual, tal como entendida por Gramsci, permite uma análise da organização e da produção da ideologia como uma prática específica não redutível às classes às quais os intelectuais estão diretamente ligados. Segundo Hall (1980, p. 67),

as idéias não expressam classes, mas compreendem um campo no qual o conflito de classes se dá sob formas particulares. Através de organizações como a Igreja, a imprensa e os partidos políticos (órgãos da sociedade civil) e através do Estado (quanto ao bloco dominante) os intelectuais desempenham um papel de liderança na batalha para ganhar apoio espontâneo para uma das classes fundamentais.

A distinção elaborada por Gramsci, referindo-se à questão dos intelectuais, é aquela entre a categoria orgânica de cada grupo social fundamental e os intelectuais como categoria tradicional. A primeira refere-se aos intelectuais que cada classe social cria e elabora no seu desenvolvimento progressivo. Já os intelectuais tradicionais emergem na história a partir da estrutura econômica anterior, são os representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida, nem mesmo com as transformações radicais das formas sociais e políticas.

Todo grupo social hegemônico, segundo Gramsci, lutar pela assimilação e pela conquista ideológica dos intelectuais tradicionais, o que alcança maior eficiência quanto mais o grupo consegue elaborar, simultaneamente, seus próprios intelectuais orgânicos. Um dos fenômenos que Gramsci cita para caracterizar uma recorrente tática de assimilação de intelectuais é o transformismo. Ele afirma ser esta a principal característica da vida estatal italiana, a partir de 1848. A Itália é caracterizada, de acordo com Gramsci (2004c, p. 63),

pela elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla, nos quadros fixados pelos moderados depois de 1848 e o colapso das utopias neoguelfas e federalistas, com a absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos. Neste sentido, a direção política se tornou um aspecto da função de domínio, uma vez que a absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes e a sua aniquilação por um período frequentemente muito longo.

A situação descrita pelo marxista italiano pode ser identificada em outros contextos, como um dos principais traços definidores da ação política. Nesta pesquisa, interessa-nos estabelecer uma relação entre o conceito de “transformismo” e o contexto de ocupação de espaços do Estado por lideranças políticas dos movimentos sociais, além de outros fatores como a cooptação e (de)captação intelectual, a criação de espaços participativos, de definição e consulta para as políticas de governo. Para melhor compreender tais relações, passaremos à análise do papel dos intelectuais na perspectiva de alguns autores que trazem contribuições importantes a este debate e levantam questões relativas aos problemas da relação entre o Estado e os intelectuais.

A relação entre a intelectualidade e a política no Brasil é analisada por Moraes (2004), que identifica tensões entre três quadros cíclicos: a) a cooptação de segmentos da elite pensante pelas esferas do poder; b) as contestações de escritores e artistas às estruturas hegemônicas, com diferentes estratégias e táticas de ação; e c) as interferências ideológicas sobre a criação cultural, particularmente no âmbito da militância partidária. Para o autor, os intelectuais são assediados pelas classes dominantes com o objetivo de deter as mudanças sociais. O espaço de manobra dessa categoria oscila entre a proximidade com o aparelho do Estado, a insubmissão ao *status quo* e os dilemas para conciliar produção simbólica e ideologia.

As forças críticas estão regredindo frente à globalização/mundialização, segundo Mattelart (2004), que identifica o momento em que as grandes utopias de emancipação política sofrem abalos com a cooptação intelectual “seja por necessidade, seja por convicção, pela nova máquina econômica” (p. 264), quando as ciências humanas e sociais passam a ser cada vez mais solicitadas, como campos de especialistas para tarefas de perícia que envolvam a melhoria da produtividade, a eficácia das empresas, sua competitividade no mercado global. Petras (2004) questiona, nesse sentido, a busca da esquerda por respeitabilidade burguesa, com a utilização de fontes “respeitáveis”, a assimilação de conceitos, categorias e linguagem que os teóricos burgueses criam para analisar o mundo contemporâneo, baseando-se em dados de instituições como o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio.

Como afirmamos, a análise concreta das relações de força, só adquire um

significado, para Gramsci, se serve para justificar uma atividade prática, uma iniciativa de vontade. Os intelectuais orgânicos são, neste contexto, os responsáveis por organizar a sociedade em torno das concepções defendidas pelas classes às quais eles são ligados.

Os conceitos e categorias expostos articulam-se, na embricada teoria gramsciana, em torno de um conceito fundamental que é o de “bloco histórico”. A formação de um determinado bloco histórico articula a superestrutura (Estado e sociedade civil) e a estrutura econômica – ligadas pelo vínculo orgânico realizado pelos intelectuais. A constituição de um Bloco Histórico só se concretiza com a conquista do poder do Estado quando é possível exercer a direção e a dominação na sociedade.

Na formação do bloco histórico, a conquista da hegemonia de uma classe social, concretiza-se, portanto, ao nível estrutural, como a classe fundamental no campo econômico; e no âmbito da superestrutura, com a direção ideológica dos intelectuais. Assim, a formação do bloco histórico depende de uma aliança entre classes e frações de classes, situações em que as classes sociais fundamentais, devem reunir em torno de si grupos que Gramsci define como “auxiliares” ou “aliados”. A aliança de classes, não deve, entretanto, ser confundida com a hegemonia, como afirma Portelli (2002, p. 95)

Efetivamente, ao declarar que o bloco histórico é uma aliança de classes, em que uma delas cumpre o papel de elemento de coesão junto às demais, estamos raciocinando unicamente no nível estrutural. (...) Estabelecendo essa análise exclusivamente ao nível estrutural, o papel essencial da superestrutura e de seus agentes, os intelectuais, é ignorado ao mesmo tempo em que a noção de hegemonia, na medida em que a unidade do bloco histórico passa a ser obra de uma das partes da estrutura.

Apesar dessa ressalva, Portelli caracteriza um sistema hegemônico também como aliança de classes, considerando que a classe fundamental, ao buscar assimilar os intelectuais, deve levar em conta não apenas seus interesses próprios, mas também das classes que deseja conquistar. O autor sustenta a relação de identidade entre hegemonia e aliança de classes, a partir de uma afirmação de Gramsci nos Quaderni:

o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-

corporativo. (GRAMSCI, 2004B, p. 42)

Gramsci não utilizava o conceito de bloco histórico no sentido de uma aliança de classes ou de conciliação, de acordo com Bianchi, crítico da visão de Portelli. O conceito de bloco histórico é concebido, pelo autor, como uma ferramenta crítica com vistas à interpretação das relações históricas, portanto, concretas e moventes, existentes entre estrutura e superestrutura, condições objetivas, forças materiais de produção e ideologias.

A hegemonia pressupõe, portanto, a existência de uma classe dirigente e de classes dirigidas. A direção é assegurada no nível superestrutural, com a dominação e a direção ideológica exercida pelos intelectuais; e no nível estrutural, sendo essa a classe fundamental na economia. Nessa relação, existem tanto os grupos aliados, que aderiram ou foram absorvidos pela classe dominante, como também setores que não aceitam a dominação e são coagidos, pela lei ou pela polícia, a aceitarem a situação de dominação.

A constituição do bloco histórico exige do grupo dominante sacrifícios de ordem econômica e política, compromissos que vão até o limite em que não firmam seus interesses fundamentais. Na busca da manutenção da hegemonia, Gramsci afirma, a necessidade de se considerar os interesses dos grupos sociais sobre os quais a hegemonia será exercida, formando um equilíbrio de compromisso desde que não firmam os interesses fundamentais das classes dominantes:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências do grupo sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica. (GRAMSCI, 2004b, p. 48)

A hegemonia constrói-se, portanto, progressiva e processualmente; ela deve ser conquistada, assegurada e defendida.

Considerando, assim, a hegemonia como um processo contínuo de disputas e conquistas táticas e estratégicas, podemos afirmar que é possível experimentar práticas contra-hegemônicas e de resistência, mesmo num terreno desfavorável, em que a ação do Estado se define não só pelas suas funções tradicionais de domínio, mas também como órgão que articula diferentes representações e organismos da sociedade civil em torno das suas definições legais e de suas políticas. É possível, de acordo com Moraes (2009), visualizar como projeto político, a separação de

aparelhos ideológicos de sua aderência ao Estado, a fim de se tornarem agências privadas de hegemonia sob sua direção.

Para além dos contrastes binários, que procuram enquadrar o pensamento de Gramsci a partir da contraposição conceitual, mal comparando e destacando as oposições entre os conceitos, o que inspira as questões apresentadas neste trabalho são suas contribuições para a compreensão de uma sociedade que se tornou mais complexa, em que o capitalismo alcançou maior estabilidade e afirma-se como o sistema social que teve êxito para coordenar e reger a sociedade global.

A ideia do triunfo capitalista é intensificada com o fim da Guerra Fria que proporcionou – com a derrota dos regimes do leste europeu – o anúncio do fim da contradição capitalismo/socialismo, traduzida pelo ocidente como a oposição entre Democracia e Totalitarismo. O capitalismo passa a afirmar-se, assim, não apenas como um sistema preferível ao socialismo, mas como a única forma possível de organização da sociedade. E a globalização julga ser caminho natural e incontestável do desenvolvimento socioeconômico global.

Boron (2004) identifica que esse entendimento se dá, sobretudo, a partir da queda do muro de Berlim, da implosão da antiga União Soviética e, quase simultaneamente, à abertura da China às forças de mercado, fatores que supõem a existência de um espaço global em que o predomínio do capitalismo apresenta-se como incontestável. As consequências epistemológicas e políticas deste processo são o predomínio do “pensamento único” e a adoção das medidas do Consenso de Washington como única política econômica possível.

Assim, a capacidade de difusão ideológica do capitalismo é possível tanto pela construção de um discurso em torno de uma visão de mundo, como por apresentar-se como expressão da própria vida. A dominação capitalista é consolidada na universalização da sua própria concepção de mundo, ao mesmo tempo em que busca anular as perspectivas construídas sobre outras bases. A construção e difusão de visões de mundo, entretanto, não estão restritas às estratégias e possibilidades das classes dominantes. Essa relação se constrói, na verdade, abrangendo um universo contraditório de estratégias de dominação, mas também de resistências.

Ceceña (2005) identifica estas características da hegemonia, definindo-a como a criação de imaginários e sentidos coletivos e afirma que só é possível a reprodução das relações de poder, a manutenção da sociedade capitalista, se não

surge um “*discurso de verdade* capaz de incorporar a diversidade de *verdades* e de apresentar de maneira integrada e coerente uma explicação e um sentido de mundo construído sobre raízes diferentes” (p. 37). A construção de alternativas que se contraponham ao sistema capitalista passa, na visão de Gramsci, pela desfetichização do processo de trabalho e da tomada de consciência operária para subverter o sistema. Ceceña acrescenta, ainda, o papel da comunidade a partir da desconstrução dos espaços e mecanismos de dominação que atingem seus integrantes.

Sem dúvida, como afirma Gramsci, o processo de trabalho constitui um eixo fundamental da sociedade na sociedade capitalista, e é, por isso, lugar de geração de tal concepção. (...) No entanto, esta desconstrução não pode ser circunscrita ao próprio âmbito do trabalho. Em parte porque, embora seja um dos âmbitos privilegiados do exercício do poder, não é o único, nem segundo certas perspectivas relacionadas justamente com a internalização de visões fetichizadas das relações sociais, o mais importante. E em parte porque as relações de dominação se estabelecem sobre a totalidade social, cuja complexidade não se resolve nas relações de trabalho. Igualmente criadora de sentidos é a comunidade, espaço de reprodução física e simbólica da sociedade. (CECEÑA, 2005, p. 38)

As alternativas de estratégia, no contexto de fortalecimento da ideologia capitalista – num mundo onde a tecnologia torna-se o elemento definidor e o terreno essencial de construção hegemônica passa a ser o epistemológico – definem-se por duas possibilidades principais de acordo com Ceceña. Existem disputas que objetivam mudanças nos marcos do capitalismo, sem significar transformações sistêmicas ou civilizatórias, elas implicam mudanças na posição hierárquica das potências capitalistas mundiais ou modificações na direção entre classes e frações de classes no interior do bloco histórico. Há estratégias que seguem em direção diferente, questionando a própria pertinência do sistema de dominação. Essa é a estratégia dos grupos sociais que se contrapõem à lógica de dominação na sociedade capitalista, não como uma disputa na hierarquia desse sistema, mas um questionamento ao seu funcionamento global, o seu funcionamento regular. A revolta é contra o capitalismo em si mesmo.

A globalização imperialista é um fator indicativo do avanço do capitalismo e de suas transformações, que se intensificam também a partir da “explícita anulação da soberania nacional como chave das relações internacionais entre os Estados, em favor dos direitos humanos” (ANDERSON, 2004, p. 40). Essas duas características, relacionam-se com uma terceira modificação que é o surgimento do “humanismo-

militar”³ como referente político universal, combinando-se com o neoliberalismo que oferece a referência socioeconômica.

Os organismos financeiros internacionais adquirem, nesse cenário, uma eficácia muito maior na obtenção do consenso em torno da ideologia dominante. E é possível mesmo obtê-lo sem a necessidade, em determinados momentos, de armas ou soldados. O Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio, a Organização Mundial para a Propriedade Intelectual, desempenham bem a função de dominação, através de suas imposições políticas e econômicas, principalmente nos países da periferia do capitalismo.

A compreensão desse contexto na obra de Gramsci pode ser identificada com a sua análise sobre a relação entre Oriente/Ocidente, traduzida nas estratégias da “guerra de posição” e da “guerra de movimento”. Gramsci referia-se à “guerra de movimento” como estratégia que melhor se aplicava ao Oriente e a “guerra de posição” como estratégia possível nas sociedades ocidentais. Nos *Quaderni*, ele parte da fórmula da “revolução permanente” de Trotsky que o autor italiano acredita ser “o reflexo das condições gerais – econômicas, culturais e sociais – de um país em que os quadros da vida nacional são embrionários e frouxos e não podem se tornar 'trincheiras ou fortalezas'.” (GRAMSCI, 2004b, p.261). Lenin havia percebido, no entendimento de Gramsci, a necessidade de diferenciar adequadamente as estratégias no Oriente e Ocidente.

Parece-me que Ilitch havia compreendido uma necessidade de mudança da guerra manobrada, aplicada vitoriosamente no Oriente em 1917, para a guerra de posição, que era a única possível no Ocidente, onde, como observa Krasnov, num breve espaço de tempo os exércitos podiam acumular quantidades enormes de munição onde os quadros sociais eram por si sós ainda capazes de se tornarem trincheiras municiauíssimas. (GRAMSCI, 2004b, p. 262)

Ele segue o texto com a diferenciação mais exata das características do Estado e da sociedade civil no Oriente e Ocidente.

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento de caráter nacional. (GRAMSCI, 2004b,

3 O “humanismo militar” refere-se às ações de países ou organizações internacionais, multilaterais que utilizam a força bélica e militar com o argumento de promover os Direitos Humanos em outros territórios.

Na sua análise das sociedades ocidentais, Gramsci destacava, como característica destas formações, o desenvolvimento da sociedade civil como uma “estrutura muito complexa e resistente às 'irrupções' catastróficas do elemento econômico imediato”. O marxista italiano ressaltava, portanto, a necessidade de se considerar os diferentes elementos, todos eles fundamentais para a estratégia da luta política. Relacionada com o conceito de bloco histórico, a ressalva de Gramsci para a centralidade do convencimento ideológico articula-se com o entendimento presente no conjunto de sua obra que expressa, como pressuposto da hegemonia, o controle da estrutura econômica, do Estado e a direção da sociedade civil, cuja organicidade é garantida pelos intelectuais.

Gramsci não subestimou, entretanto, a importância da luta política para a derrubada do Estado e o inevitável uso da força, da coerção e da estratégia militar. Anderson (2002) afirma, nesse mesmo sentido, que o domínio do capital no Ocidente necessariamente comporta tanto a coerção como o consentimento e ressalta que a consciência de Gramsci sobre isso foi expressa em diversas formulações dos *Quaderni del Carcere*, as quais se referem à combinação entre os dois.

Entre as diferentes apropriações dos conceitos gramscianos, destaca-se, também, a tentativa de explicar o funcionamento da democracia burguesa a partir do consentimento e fazer crer que a estratégia para a emancipação social, praticamente, restringe-se aos avanços democráticos e vitórias eleitorais. Como afirma Anderson (2002, p. 58), a dominação cultural e o consentimento são concretizados em certas instituições cujo caráter concreto é irrefutável: eleições regulares, liberdades civis, direitos de reunião – “todos eles existem no Ocidente e nenhum deles ameaçando diretamente o poder de classe do capital”. O domínio burguês baseia-se, assim, no consentimento das massas e na crença na democracia representativa como regulação dos conflitos e das relações. Ao mesmo tempo, lembra Anderson, esquecer o papel “fundamental” ou determinante da violência no seio da estrutura de poder no capitalismo contemporâneo é, em última instância, retornar ao reformismo, na ilusão de que uma maioria eleitoral pode dar força de lei ao socialismo, pacificamente, a partir do Parlamento.

Algumas interpretações e conclusões tiradas da leitura de Gramsci podem chegar, a conclusões “que o afastam do socialismo revolucionário”, de acordo com

Anderson, mas estas constituem interpretações parciais e leituras deformadas do pensamento do marxista italiano.

Pois, uma vez que o poder da burguesia no Ocidente é principalmente atribuído à hegemonia cultural, a conquista dessa hegemonia poderia significar a efetiva assunção pela classe operária da “direção da sociedade” sem a tomada e a transformação do poder estatal, em uma transição indolor para o socialismo (...) O próprio Gramsci naturalmente não tirou jamais essa conclusão. Mas, de acordo com os escritos disseminados dos seus textos, esta não era uma interpolação totalmente arbitrária. (ANDERSON, 2002, p. 63)

A complexidade da teoria gramsciana envolve, como buscamos expressar nesta pesquisa, não apenas as disputas de concepções na sociedade, como também pressupõe a função da sociedade política, o nível da força e da coerção. O autor aborda, certamente, a necessidade das lutas contra-hegemônicas e elabora, ao mesmo tempo, um conceito fundamental de relevância prática e teórica; o bloco histórico é uma noção complexa que articula os níveis estrutural e superestrutural da sociedade.

A crítica de Anderson dirige-se ao fato de que as formulações elaboradas por Gramsci não conseguem “localizar de maneira definitiva ou precisa seja a posição seja a interconexão da repressão e da ideologia no seio da estrutura de poder do capitalismo avançado” (2002, p. 61). Para ele, a incapacidade de Gramsci em chegar a uma exposição marxista adequada da distinção entre o Ocidente e o Oriente está relacionada, entre outros fatores, com a oposição que o autor italiano apresenta entre Leste e Oeste,

pois uma oposição meramente geográfica supõe, por definição, que se possa comparar sem problemas os dois elementos considerados. (...) os termos Leste e Oeste pressupõem que as formações sociais de cada lado existem na *mesma temporalidade* e podem por isso ser opostas uma à outra, como variações de uma mesma categoria. E é essa suposição implícita que se encontra nos textos centrais dos *Cadernos do cárcere*. (ANDERSON, 2002, p. 68)

Em desacordo com o questionamento de Anderson sobre a limitação de Gramsci por conta da definição a partir de uma oposição de caráter geográfico, compartilhamos do entendimento de Bianchi ao afirmar que as relações Norte-Sul e Leste-Oeste seriam relações reais, inimagináveis sem o desenvolvimento da civilização.

Como noções espaciais, qualquer ponto poderia estar simultaneamente ao Leste e ao Oeste de outros pontos. Mas a afirmação de um Oriente ou um Ocidente deixava de ser uma questão geográfica e passava a ser uma

questão histórica quando se afirmava que o Japão está no Oriente e a Califórnia no Ocidente (BIANCHI, 2008, p. 212).

Nas democracias modernas, afirma Gramsci, tanto as organizações estatais como as associações civis constituem “algo similar às 'trincheiras' e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas 'parcial' o elemento do movimento que antes constituía 'toda' a guerra.” (2004b, p. 24) O capitalismo se consolida, portanto, não só a partir da dominação econômica ou da proeminência enquanto sistema coercitivo utilizando da violência se necessário, mas tendo sempre no horizonte a possibilidade de uso dos meios de coerção, legitimidade do monopólio do uso da força, ancorada, entre outros fatores, na crença na sua capacidade de organização da sociedade no mundo contemporâneo.

Destacamos, por fim, a análise de Gramsci sobre as transformações culturais e das concepções de mundo, que reforça a necessidade de estratégias para a disputa de ideias e dos meios e materiais de difusão ideológica. Estas mudanças não ocorrem, para Gramsci, mediante “explosões” rápidas, simultâneas e generalizadas, mas através de processos, lutas graduais e combinações sucessivas.

A ilusão 'explosiva' nasce da ausência de espírito crítico. (...) Na esfera da cultura, aliás, as 'explosões' são ainda menos frequentes e menos intensas do que na esfera da técnica, na qual uma inovação se difunde, pelo menos no plano mais elevado, com relativa rapidez e simultaneidade. Confunde-se a 'explosão' de paixões políticas acumuladas num período de transformações técnicas, às quais não correspondem novas formas de organização jurídica adequada, mas sim imediatamente um certo grau de coerções diretas e indiretas, com as transformações culturais, que são lentas e graduais; e isto porque, se a paixão é impulsiva, a cultura é produto de uma complexa elaboração. (GRAMSCI, 2004a, p. 207)

As transformações culturais dependem, assim, de um conjunto complexo de elementos permanentemente organizados em função da conquista da direção cultural e ideológica da sociedade civil. O domínio das comunicações constitui, nesse cenário, uma das arenas principais de definição dos contornos ideológicos hegemônicos. Representa, por outro lado, espaço de circulação de ideias alternativas e contestadoras, que, apesar das tentativas de repressão política e econômica, continuam se manifestando e resistindo na adversidade.

O pensamento de Gramsci tem uma importância fundamental, como é possível afirmar a partir da compreensão de como esses conceitos e categorias foram apropriados e tornaram-se parte do debate teórico e político. Na América Latina,

contexto que interessa especialmente a essa análise, acreditamos que o marxista italiano se tornou incontornável, concordando com a análise de Bianchi (2008), que destaca o fato de, a partir dos anos de 1960, Gramsci ter se tornado uma referência no debate político e objeto desse próprio debate na região. Conceitos como hegemonia, bloco histórico e sociedade civil são referenciados nas práticas de partidos políticos e movimentos sociais de um amplo espectro político, que organizaram seus discursos e orientaram suas práticas em torno do referencial gramsciano.

As lutas sociais e políticas na América Latina são, assim, marcadamente ancoradas ou, pelo menos influenciadas, pelo pensamento de Gramsci. Intelectuais de esquerda, movimentos sociais e de resistência, e também governos ligados ao campo da esquerda confrontam uma realidade em que é imprescindível a compreensão de como a hegemonia se reproduz e, mais ainda, de quais os caminhos para a construção da contra-hegemonia, no contexto caracterizado por limites e tensões entre a sociedade civil e política, mas também por aproximações.

CAPÍTULO II

COMUNICAÇÃO E CONTRA-HEGEMONIA: A ALTERNATIVA DO BRASIL DE FATO

A hegemonia pressupõe disputas de ideias e concepções de mundo. Na contemporaneidade, a mídia – ou o que Gramsci, no início do século XX, definiu como imprensa – é um campo central destes embates. Com a relativização do uso manifesto da força nas sociedades capitalistas ocidentais, há maior presença da persuasão como instrumento de consolidação dos consensos sociais, através do poder simbólico que tem a mídia como espaço privilegiado.

Nesta disputa pela definição de sentidos, tanto as concepções hegemônicas como as alternativas contra-hegemônicas, buscam ampliar sua aceitação e têm estratégias de comunicação definidas. As estratégias direcionadas ao campo tornaram-se indispensáveis e não se encontram apenas no terreno de disputa entre concepções; a apropriação dos aparelhos que funcionam como suportes materiais, de organização e difusão ideológica, tornou-se, indispensável.

A imprensa está compreendida no referencial gramsciano como parte do conceito de sociedade civil – “organismos ditos privados” – e é definida como a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a frente teórica ou ideológica, funcionando como *aparelho hegemônico* ou *aparelho privado de hegemonia*. No conceito de “jornalismo integral”, Gramsci (2004a, p. 197) identifica a imprensa como veículo de formação, organização e difusão de consensos:

o jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente sua área.

Numa aproximação com o contexto contemporâneo, é possível afirmar que a mídia não só produz informações a partir de recortes da realidade, mas procura definir quais fatos e interpretações são aceitáveis no campo de referência que ela própria constrói. Dessa forma, não só representa determinados aspectos da

realidade cotidiana, como contribui para construir socialmente novas realidades e novos referentes. Como afirma Moraes (2009, p. 45),

na essência, o discurso midiático se propõe a determinar a interpretação dos fatos por intermédio de signos fixos e constantes que tentam proteger de contradições aquilo que está dado e aparece como representação do real, como verdade. Tal discurso interfere preponderantemente na cartografia do mundo coletivo, propondo um conjunto de linhas argumentativas sobre a realidade, aceitas ou consideradas por amplos setores da sociedade.

Não se pode supor, entretanto, que haja um controle total e irrestrito da mídia pela ideologia dominante. A luta de classes é reproduzida nas páginas do jornal como realidades dialéticas e não-monolíticas de produção de significados (FILHO, 1989). Mesmo reconhecendo o funcionamento da mídia como aparelho privado de hegemonia, fundamentalmente concentrada nos grupos de poder, é fato que há também espaço para a disputa de ideias.

Não é possível afirmar que há na obra de Gramsci uma teorização expressa sobre a imprensa ou o jornalismo, senão indicações de como a parte mais dinâmica da estrutura ideológica desempenha as funções de coesão ideológica e como se organiza ou deve se organizar uma publicação editorial.

Cabe à imprensa, na compreensão de Gramsci, a função de elaboração, difusão ideológica e formação de consensos em torno de determinadas concepções de mundo, processo que envolve uma articulação orgânica com os grupos sociais fundamentais, que contribuem com orientações gerais e influenciam na interpretação e importância dos fatos sociais.

A análise do *Brasil de Fato*, veículo de comunicação articulado por movimentos sociais e intelectuais que expressa “uma visão popular do Brasil e do mundo”, aponta como características do jornal, os aspectos destacados por Gramsci de ser uma articulação orgânica de grupos fundamentais com objetivos de difusão ideológica e formação de consensos, tendo em vista o cenário de ascensão das lutas sociais na América Latina e, particularmente, no Brasil com a vitória do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores.

No campo da comunicação, o jornal se depara com uma série de dificuldades para se consolidar enquanto alternativa jornalística tendo em vista o cenário de concentração midiática no Brasil e à legitimidade que os grandes meios de comunicação alcançaram enquanto mediadores da realidade social. Mesmo não tendo um alcance e incidência social comparáveis aos jornais da grande imprensa, é

grande a importância do *Brasil de Fato* enquanto referência sobre os principais debates da esquerda e dos movimentos sociais.

O Jornal *Brasil de Fato* pode ser considerado um veículo da imprensa alternativa que, na sua especificidade, traz muito das ideias e da visão de mundo dos grupos que representa. Moraes (2009, p. 233), entende que os veículos alternativos são aparelhos privados de hegemonia.

Esse tipo de projeto não se esgota no plano comunicacional e estabelece vínculos com o ativismo político, visto que a produção alternativa tem afinidades programáticas e entrecruzamentos com o conjunto mais amplo dos organismos reivindicantes da sociedade civil. Em tal prisma, a comunicação é alternativa porque se estrutura para o trabalho político-ideológico, contrapõe conteúdos críticos, associa-se às mobilizações anticapitalistas, tem métodos colaborativos de gestão e formas não mercantis de financiamento.

O campo da comunicação alternativa pode ser definido como ações coletivas que fazem a crítica política, social e cultural e constroem novos referentes através da comunicação. Incluem-se aí projetos, experiências e veículos ligados a movimentos sociais, populares e comunitários, organizações políticas e coletivos ativistas comprometidos com o enfraquecimento do sistema e a construção de uma hegemonia voltada às lutas pela emancipação social.

O *Brasil de Fato*

No Fórum Social Mundial, no ano de 2003, em Porto Alegre, surge uma iniciativa que articula diversos movimentos sociais em torno de um projeto comum de comunicação contra-hegemônica. O jornal *Brasil de Fato* – veículo idealizado por movimentos sociais como a Via Campesina, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Consulta Popular e pastorais sociais – reúne movimentos sociais, ativistas políticos e intelectuais orgânicos de grande importância no cenário de lutas nacional e mundial, que compõem o seu Conselho Político⁴, além disso o semanário

4 Achille Lollo, Ari Alberti, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Assunção Erandes, Aton Fon Filho, Augusto Boal, Cácia Cortez, Carlos Marés, Carlos Nelson Coutinho, Celso Membrides Sávio, César Benjamim, Claus Germer, Dom Demétrio Valentini, Dom Mauro Morelli, Dom Tomás Balduino, Edmilson Costa, Elena Vettorazzo, Emir Sader, Egon Krakhecke, Fábio de Barros Pereira, Fernando Altemeyer, Fernando Moraes, Francisco de Oliveira, Frei Sérgio Górgen, Horácio Martins, Ivan Cavalcanti Proença, Ivan Valente, Jasper Lopes Bastos, Jesus Antunes, João Alfredo, João Capibaribe, João José Reis, João José Sady (in memoriam), João Pedro Stedile, Laurindo Lalo Leal Filho, Leandro Konder, Luís Alberto, Luís Arnaldo, Luís Carlos Guedes Pinto, Luís Fernandes, Luis Gonzaga (Gegê), Marcelo Goulart, Marcos Arruda, Maria Dirlene Marques, Michael Löwy, Nilo Batista, Oscar Niemeyer, Pastor Werner Fuchs, Pedro Ivo, Raul Pont, Reinaldo Gonçalves, Renato Tapajós, Ricardo Antunes, Ricardo Rezende Figueira, Roberto Romano,

é um dos principais órgãos da imprensa alternativa brasileira na atualidade.

A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas de 56 países da Ásia, África, América e Europa. No Brasil, os movimentos que fazem parte da Via Campesina são o Movimento Sem Terra, o Movimento de Mulheres Camponesas, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

De acordo com o sítio eletrônico⁵ da entidade, a Via Campesina é um “movimento autônomo, pluralista, sem ligações políticas, econômicas ou de qualquer outro tipo. Está formada por organizações nacionais e regionais, cuja autonomia é cuidadosamente respeitada”.

Já a Consulta Popular surgiu de diversos movimentos, instituições, pastorais e partidos na construção das marchas estaduais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1997, constatando a necessidade de reorganização da esquerda em busca de uma maior unidade de luta, com o objetivo de

sistematizar as idéias e propostas surgidas durante as marchas no sentido de questionar o rumo de uma esquerda institucional e propor o resgate dos valores e práticas militantes rumo à revolução brasileira, bem como constituir as bases teóricas para um Projeto Popular para o Brasil” (GEBRIM, 2005).

O Movimento Sem Terra – já com bastante visibilidade no contexto nacional, tanto pela abordagem dos meios de comunicação, quanto pelos diversos estudos realizados sobre o movimento – tem como bandeira principal a reforma agrária, questão estrutural e histórica no Brasil. O MST nasceu das lutas pela terra que foram retomadas a partir do final da década de 1970, sendo criado oficialmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, realizado em janeiro de 1984 em Cascavel, no Paraná. Hoje o MST está organizado em 22 estados e dá uma abrangência mais geral à sua atuação política, contra desigualdades e injustiças sociais, ajudando na organização do povo.

Enquanto articulação de movimentos sociais, ativistas, militantes e intelectuais, o *Brasil de Fato* coloca-se como projeto que pretende contribuir no debate de ideias e na análise dos fatos do ponto de vista da necessidade de mudanças sociais. Em sua primeira edição, o jornal define-se como um veículo

Rodolfo Salm, Rosângela Ribeiro Gil, Sebastião Salgado, Sérgio Barbosa de Almeida, Sérgio Carvalho, Sérgio Haddad, Tatau Godinho, Uriel Villas Boas, Valério Arcary, Valter Uzzo, Vito Gianotti, Vladimir Araújo, Vladimir Sacheta, Zilda Cosme Ferreira. Também participam do Conselho Político os membros do Conselho Editorial e jornalistas colaboradores.

5 <http://viacampesina.org/>

plural, que “abrigará distintas vozes representativas da luta pela construção de um projeto popular e democrático; brasileiro, procurará mostrar um país ocultado e aviltado pela *grande mídia*; crítico, não fará pacto com a mediocridade.” (*Brasil de Fato*, Ed. 0, 25/01/2003, p. 2).

Compreendemos, assim, a organização dos movimentos sociais brasileiros em torno do jornal *Brasil de Fato*, como uma tentativa de disputa contra-hegemônica através da mídia alternativa. Os conceitos e categorias de análise destacados na teoria gramsciana permitem-nos pensar temas e questões fundamentais a partir do jornal *Brasil de Fato*. Por um lado, como aparelho de hegemonia, o projeto idealizado pelos movimentos sociais representa uma iniciativa de mídia contra-hegemônica. É uma alternativa pela definição editorial, na escolha das fontes, na abordagem dos temas, que se referem principalmente às questões estratégicas para os movimentos sociais, cobrindo a agenda de manifestações, debates, ações, etc. O veículo pode ser compreendido, por outro lado, como tentativa de articulação política dos movimentos sociais e intelectuais ligados a eles, frente a um novo contexto político e diante das novas questões colocadas para a esquerda na América Latina, com a proximidade entre governos e movimentos sociais.

A principal característica do jornal *Brasil de Fato* é, por certo, a pretensão de ser um veículo articulador das diversas correntes políticas, movimentos sociais e intelectuais orgânicos em torno de um projeto de jornal que aglutine as forças de esquerda no Brasil. Este projeto, materializado no *Brasil de Fato* em 2003, foi idealizado pelos movimentos sociais, também, a partir da compreensão do caráter estratégico da comunicação para ampliação de suas pautas e visões de mundo. Colaborou para a adoção da estratégia midiática, a constatação de que a mídia burguesa e o latifúndio são os maiores aliados na política anti-reforma agrária e na repressão e criminalização dos movimentos sociais. O jornal *Brasil de Fato* configura-se, assim, enquanto alternativa dos movimentos sociais na disputa de opiniões na sociedade e no processo de enfrentamento com a mídia burguesa.

Dois fatos são especialmente importantes para compreendermos o cenário de consolidação e fortalecimento dos movimentos sociais que, nos anos 90, enfrentaram a conjuntura desfavorável de repressão do aparelho estatal e de criminalização de suas ações pela mídia. Apesar do cenário adverso, é possível perceber que muitos movimentos foram se consolidando enquanto importantes forças políticas no cenário nacional e internacional. Para isso, contribuiu a Marcha a

Brasília que aconteceu em 1997, quando os Sem Terras saíram em marcha de cada estado do país em direção a Brasília para pressionar pela reforma agrária. Outro fato marcante, foi a Conferência que aconteceu no mesmo ano na cidade de Itaici, em São Paulo. Do encontro de cerca de 300 militantes em Itaici, resultou a criação da Consulta Popular e a gestação do Projeto Popular para o Brasil.

A análise que os movimentos sociais brasileiros comumente fazem em relação à conjuntura baseia-se na identificação da alternância entre os períodos de ascenso e descenso das lutas populares. Os anos que antecederam o lançamento do jornal, como afirmamos, foram marcados por eventos promovidos pela esquerda brasileira. Em abril de 1997 a Marcha do MST para Brasília reuniu militantes que andaram por São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso até chegarem à Esplanada dos Ministérios. Outro exemplo importante foi a Campanha contra o Área de Livre Comércio entre as Américas (ALCA), que culminou, em 2002, num plebiscito no qual foram obtidas milhões de assinaturas. Além disso, o crescente número de votos obtidos por Lula e pelo PT ao longo da década de 1990, que culminou na vitória presidencial em 2002, contribuiu para o diagnóstico do período de ascensão dos movimentos sociais e partidos de esquerda no Brasil.

A compreensão de que o Brasil vivia um período de ascensão das lutas dos movimentos sociais e mobilizações na sociedade, ocasionou a antecipação do lançamento do *Brasil de Fato*. De acordo com o militante da Consulta Popular, Ricardo Gebrim, a eleição de Lula foi um dos principais motivadores da crença de que os movimentos sociais e a esquerda brasileira passava por um momento de reascenso.

Nós trabalhamos muito com essa ideia de que o ânimo do movimento de massas vive ciclos ascendentes e descendentes, e que o começo dos anos 90 marca um ciclo de descenso, e nós seguimos nesse ciclo. No nosso ver, a eleição do Lula podia ser um sinalizador de um novo ânimo da luta de massas. O Lula frustraria, ele tentaria impedir, mas ele seria empurrado por esse ânimo da luta de massas, ou seja, iria haver um momento de retomada, os professores iriam se organizar, os estudantes iriam sair, as categorias iriam pressionar. Haveria uma ação da sociedade. (NEGRÃO, 2007, p. 19)

Assim, a eleição de Lula contribuiu, decisivamente, para a análise dos movimentos sociais em relação ao momento de ascensão das lutas sociais no país. A confirmação da vitória do Partido dos Trabalhadores no pleito eleitoral foi, dessa forma, motivadora para que se apressasse o lançamento do jornal *Brasil de Fato*. Ainda de acordo com Gebrim, o pensamento que predominava entre o grupo de

trabalho constituído para planejar o jornal era de que

a direita vem para cima do Lula, ele vai ficar querendo satisfazer a direita, e nós vamos ter que pressionar, então é um momento de grandes mobilizações, precisamos do jornal rápido! O jornal tem que ser lançado agora!” (NEGRÃO, 2007, p. 20)

Em concordância com a análise de que a conjuntura política era favorável às lutas sociais, o *Brasil de Fato* coloca-se como porta-voz e aglutinador dos atores nesse processo de transformações e mudanças vividas no país. Essa compreensão levou os idealizadores do projeto a anteciparem o lançamento do jornal para o Fórum Social Mundial de 2003 – ainda que só tivesse conseguido, até então, metade da quantia inicialmente tida como necessária para garantir a circulação do jornal até sua consolidação na área editorial.

Assim, a partir da análise da conjuntura política daquele momento, os movimentos sociais colocaram como urgente o lançamento do jornal *Brasil de Fato*. João Alexandre Peschanski, repórter do *Brasil de Fato*, afirma que não se sabia exatamente qual era o espaço para esta proposta editorial.

Estávamos lançando um jornal no dia seguinte à eleição do Lula, em um processo extraordinário, depois desse fenômeno que foi a eleição do Lula, e não sabíamos exatamente o que aconteceria. Então a gente montou um projeto de disputa de banca, montamos um jornal semanal, porque não tinha conseguido angariar fundos suficientes para montar um diário, porque se tivesse a gente teria montado um diário para competir na banca. Isso foi um erro estratégico monumental. (NEGRÃO, p. 24, 2007)

O *Brasil de Fato* constituiu-se, ao longo da sua história, como um espaço privilegiado para a formação, a reflexão e o debate de ideias entre intelectuais orgânicos. Considerando a definição ampla de intelectual a partir de Gramsci (2004a), para quem “todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais”, é preciso ressaltar que a formação dos intelectuais não se dá num terreno democrático abstrato, mas segundo processos históricos concretos; essa formação está intrinsecamente relacionada a grupos sociais fundamentais. No caso do *Brasil de Fato*, existe uma tentativa de organizar os intelectuais orgânicos vinculados às classes subalternas.

Na definição de Zibechi dos principais traços comuns dos movimentos sociais e populares na América Latina, é ressaltado um aspecto fundamental para nossa reflexão: a capacidade dos movimentos sociais de formarem seus próprios intelectuais. Os movimentos sociais estão

tomando en sus manos la educación y la formación de sus dirigentes, con criterios pedagógicos propios a menudo inspirados en la educación popular.

[...] En todo caso, quedó atrás el tiempo en el que intelectuales ajenos al movimiento hablan em su nombre". (ZIBECHI, 2007, p. 24)

Entre as atividades do jornal *Brasil de Fato*, os elementos da formação e da produção descentralizada da informação, através dos comitês de apoio, indicam uma preocupação com a formação do público, ultrapassando a mera criação e satisfação de necessidades, características da imprensa forjada no marco das sociedades capitalistas e interessada na sua manutenção.

Na edição em que completou onze meses de existência, o jornal destaca o desafio de incorporar ao processo de produção, divulgação e distribuição um número cada vez maior de pessoas, movimentos sociais e mídias independentes. Com o objetivo de multiplicar os comitês de apoio, ampliar a rede nacional dos envolvidos na sustentação do jornal, o *Brasil de Fato* organizou debates, palestras e mesas redondas envolvendo os integrantes do Comitê Editorial, inclusive o editor-chefe do jornal, o jornalista José Arbex Jr.:

Estamos certos de que a aposta na crescente interação entre o Comitê Editorial e os comitês de apoio já formados, as universidades, os sindicatos e os movimentos sociais é o caminho mais seguro para a consolidação do *Brasil de Fato* como um jornal independente de expressão nacional. (Edição 40, 4 a 10 de dezembro de 2003, p. 02)

É importante, como ressaltamos, destacar outro aspecto que caracteriza o jornal: compreendê-lo, também, enquanto articulação política. O lançamento do *Brasil de Fato* no Fórum Social Mundial em 2003 foi, como afirmamos, um momento de grande entusiasmo para uma parte da esquerda. O veículo é lançado num cenário de grande efervescência política nacional, com a primeira eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), como presidente do país.

Em entrevista ao Núcleo Piratininga de Comunicação, o editor do jornal, Nilton Viana (2004), comenta alguns aspectos relacionados ao surgimento do *Brasil de Fato*:

Vivíamos um momento muito importante no país com a eleição do Lula presidente. Vivíamos um cenário de euforia e grande esperança de todo o povo brasileiro de que finalmente o país entraria no rumo certo, e que o companheiro Lula iria conduzir o Brasil para mudanças tão necessárias.

O jornal surge, portanto, não apenas como contraposição à grande mídia e à atitude de criminalização dos movimentos sociais, mas com a perspectiva de articulação dos próprios movimentos no novo cenário político.

Na edição de número zero do *Brasil de Fato*, de 25 de janeiro de 2003, a

coluna editorial do semanário traz reflexões acerca do novo cenário político latino-americano e sobre as ações dos movimentos de resistência que se proliferam em todo o mundo contra a política belicista estadunidense:

Em Florença, um milhão de pessoas fazem passeata contra esta guerra; outras paralisam os centros de Londres, Paris, Frankfurt e Washington; no Brasil, uma fulgurante resposta foi dada nas urnas, com a eleição do presidente Lula, indesejado pelas elites, refletindo um processo que se verifica também na Bolívia (expressiva votação em Evo Morales), Equador (vitória do coronel Lucio Gutiérrez), Venezuela (extraordinária resistência ao golpe) e Argentina (derrubada do governo De la Rúa / Cavallo).

O semanário destaca seu surgimento, inscrito nesse quadro de resistências, como uma necessidade de um veículo de amplitude nacional e que contextualize as notícias a partir da ótica dos trabalhadores. Destaca, ainda, sua identificação com o combate ao imperialismo e com a defesa dos direitos a uma vida digna, prazerosa e criativa, impedida pelo desemprego e extrema desigualdade.

Passaremos para a análise e desses elementos no contexto brasileiro, buscando identificar a compreensão dos movimentos sociais sobre os processos de hegemonia e aprofundamento da dominação e, por outro lado, sobre as lutas contra-hegemônicas. Seguiremos com a análise do jornal *Brasil de Fato*, pensando as contradições existentes na relação entre governo e movimentos sociais, o significado das políticas sociais de apoio e financiamento das iniciativas de movimentos sociais e organizações de resistência.

CAPÍTULO III

BRASIL DE FATO: UMA LEITURA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS ARTICULADOS NO JORNAL SOBRE AS RELAÇÕES DE HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA NO BRASIL

As questões suscitadas nesta pesquisa serão desenvolvidas neste capítulo a partir da análise de conteúdo das edições do jornal *Brasil de Fato* no período de 2003 a 2007, nos meses de janeiro, março, junho, setembro e dezembro de cada ano. Ao todo, foram estudadas 25 edições das primeiras semanas dos meses indicados.

No período inicial do estudo, realizamos uma pesquisa exploratória a partir da leitura de 60 edições da primeira semana de cada mês do jornal, nos anos definidos para o estudo – 2003 a 2007. Com esta leitura, identificamos os principais temas e questões em debate no período estudado, que apresentaremos aqui.

Nas 25 edições pesquisadas, privilegiamos as matérias jornalísticas, em seus diversos gêneros (notas, editoriais, reportagens, fotoreportagens, artigos, entrevistas, crônicas, charges) que apresentaram relação direta com o nosso objeto de pesquisa – as posições que os movimentos sociais, articulados no *Brasil de Fato*, apresentaram no jornal, sobre o governo Lula nos anos de 2003 a 2007. Ao todo foram analisadas 130 textos em diferentes gêneros jornalísticos.

O objetivo principal da análise é a identificação das posições expressas pelos movimentos sociais no jornal *Brasil de Fato* sobre o governo Lula. Pesquisamos o entendimento dos movimentos sociais tanto a respeito de como este governo se relaciona com o bloco de poder e a hegemonia política no Brasil; como, por outro lado, como se relaciona com os próprios movimentos e em que medida contribui ou não com processos de contra-hegemonia.

Na análise de conteúdo do jornal, procuramos identificar o entendimento dos movimentos sociais em relação às políticas setoriais como a reforma agrária, a política agrícola, educação, saúde, comunicação, etc; buscamos compreender, também, a avaliação da política externa e da política econômica do governo, assim

como questões referentes aos avanços da democracia como reação do Estado às ações dos movimentos sociais e de como tratam os espaços de participação da sociedade civil na discussão e definição das políticas públicas.

A compreensão da existência de uma articulação entre governos e movimentos sociais na construção da contra hegemonia é outra questão que nos interessa, pois entendemos que pode ser tanto um fator de ameaça à hegemonia das classes dominantes, como pode mesmo constituir um elemento de hegemonia das classes dominantes, que buscam construir sua hegemonia nos espaços dos dominados. Além das articulações possíveis de e entre governos, consideramos, nesta análise, também aquelas desses para e com os movimentos sociais. Nesse caso, estão compreendidas as políticas públicas, ações compensatórias, a criação de órgãos com competências específicas para atenderem demandas colocadas pelos movimentos, entre outras iniciativas.

Na análise realizada nesta pesquisa, identificamos, nas edições seguintes, os principais temas que trazem elementos para a compreensão da relação do governo Lula com a hegemonia e a contra-hegemonia no Brasil. Os temas que receberam maior atenção do *Brasil de Fato* no período analisado foram a política econômica do governo, a política externa e as relações com os organismos internacionais, as negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), a liberação dos transgênicos e a política ambiental, a reforma agrária, a política habitacional, as privatizações e reformas empreendidas pelo governo, a política cultural e os Direitos Humanos. Aparecem, ainda, debates sobre a relação do governo com os movimentos sociais, o papel dos intelectuais e a crise das esquerdas.

Na edição de número zero do jornal *Brasil de Fato*, de 25 de janeiro de 2003, é possível perceber que há uma preocupação expressa do jornal em posicionar-se sobre a relação do governo Lula com a hegemonia e a contra hegemonia no Brasil. Estas questões aparecem no *Brasil de Fato* tanto em matérias, notas e editoriais sobre as pautas, lutas e reivindicações dos movimentos sociais, como também em artigos e análises conjunturais e estruturais dos intelectuais orgânicos vinculados ao semanário.

Análises de intelectuais importantes no cenário nacional e internacional foram destaque nas edições do jornal *Brasil de Fato*. Artigos, entrevistas e crônicas assinadas por membros do Conselho Editorial do jornal e outros intelectuais de destaque contribuem para a nossa compreensão da linha editorial do jornal *Brasil de*

Fato, além da própria coluna editorial, onde a concepção de mundo e posições defendidas pelo semanário aparecem expressamente.

Dos membros do Conselho Político, colaboraram com o jornal, no nosso período de análise: Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Carlos Nelson Coutinho, Dom Tomás Balduino, Emir Sader, Francisco de Oliveira, João Pedro Stedile, Luis Gonzaga (Gegê), Marcos Arruda, Oscar Niemeyer, Plínio Arruda Sampaio, Reinaldo Gonçalves e José Arbex Jr. Além dos nomes que compõem o conselho editorial, destacamos a presença de Celso Furtado, Bautista Vidal, Zé Celso Martinez Corrêa, Fábio Konder Comparato, Noam Chomsky, Roberto Leher, Beth Carvalho, Sebastião Pinheiro, James Petras, Dom Pedro Casaldáliga, Atilio Boron, Érico Veríssimo, Maria Rita Kehl, Oscar Niemeyer, Frei Luiz Flávio Cappio, Damien Millet, Renato Ortiz, Fernando Solanas, Frei Beto, Maria Luiza Mendonça, Raúl Zibechi e Fidel Castro.

O Brasil de Fato sempre trouxe em suas páginas entrevistas com grandes nomes das esquerdas, desde a sua edição de número zero, que teve como chamada principal uma frase de Celso Furtado: “Lula precisa ter coragem”. Estudiosos do jornal *Brasil de Fato* (NEGRÃO, 2007; CASSOL, 2010) destacam entrevistas relevantes, a maioria delas realizada pelo jornalista Alexandre Peschanski.

A primeira entrevista de impacto, com Celso Furtado, foi feita por José Arbex Jr, João Pedro Stédile e Plínio de Arruda Sampaio. Ela estampa as páginas seis e sete da edição número zero. O economista – um dos principais expoentes da história da economia brasileira, além de pai do pensamento cepalino que predominou entre os intelectuais brasileiros da década de 70 e 80 – faz avaliações sobre a Alca e a relação entre Brasil e Estados Unidos, e sobre o governo Lula.

Em 2004, na edição 65, é publicada uma entrevista com Yasser Arafat, presidente da Autoridade Nacional Palestina, prêmio Nobel em 1994 e o principal líder da resistência palestina no Oriente Médio. Arafat morreu em novembro de 2004, seis meses após a publicação de sua entrevista no Brasil de Fato. Entrevistas com Noam Chomsky, Hugo Chávez são outros destaques.

O lançamento do *Brasil de Fato*, no Fórum Social Mundial, foi um grande evento que reuniu muitos dos intelectuais e ativistas de esquerda, o que os tornou, de certa forma, amigos do jornal e os levou a reconhecer no *Brasil de Fato* uma mídia alternativa importante. Além disso, o *Brasil de Fato* mantém relações com a organização Minga Informativa dos Movimentos Sociais, que está dentro de um

projeto maior chamado CLOC (Conferência Latino-Americana de Organizações Camponesas), que possui seus pontos principais em Cuba e no Equador. Essa articulação, segundo o jornalista Alexandre Peschanski, permitiu ao jornal *Brasil de Fato* o acesso a fontes importantes.

A análise de Celso Furtado, que ganhou destaque na capa da primeira edição com a chamada “Lula precisa ter coragem”, expressa algumas expectativas do campo da esquerda frente ao novo cenário traçado pelo jornal ao caracterizar a América Latina e o contexto de resistências e governos progressistas. Na entrevista concedida a João Pedro Stedile, Plínio de Arruda Sampaio Jr e José Arbex Jr., Furtado identifica os problemas sociais como os problemas fundamentais da sociedade brasileira e afirma que a eleição de Lula está relacionada com o êxito em mobilizar as forças sociais e identificar os problemas que afligem a população – pobreza, fome, miséria, desemprego.

A respeito das contradições, alianças e opções do governo, a compreensão de Furtado é que o que aconteceu, num primeiro momento, foi a ideia de que tudo deveria ser colocado a serviço da sobrevivência de uma conquista. A situação é analisada considerando a escolha do banqueiro e ex-presidente do *Bank of Boston*, Henrique Meirelles, para o comando do Banco Central, que é vista pelo economista como uma opção conjuntural:

Meirelles no BC é um acidente, não um dado estrutural. (...) O PT conquistou o poder, só que este poder, para se transformar em realidade, precisa ter sustentação social, legitimidade, apoio da opinião pública. Imagino que, passada essa primeira fase, haverá um grande debate, incluindo se o BC deve ou não ser orientado pelas finanças internacionais. O espaço conquistado depende da participação ampla da sociedade. É fácil você fazer uma caricatura da situação e perguntar: “Valeu a pena promover essa briga toda para terminar com Meirelles, um ex-executivo de banco internacional no comando do sistema monetário?” É preciso coragem para assumir certos riscos. Prefiro acreditar que se trata de um ato de coragem, de correr riscos para depois corrigir a rota (*Brasil de Fato*, Ed. 0, 25/01/2003, p. 07).

No editorial desta primeira edição, o *Brasil de Fato* situa o governo Lula no quadro de resistências que se manifestam em todo mundo e destaca o contexto dos governos latinoamericanos:

Em todo o mundo, afloram movimentos de resistência. Em Florença, um milhão de pessoas fazem passeata contra esta guerra; outras paralisam os centros de Londres, Paris, Frankfurt e Washington; no Brasil, uma fulgurante resposta foi dada nas urnas, com a eleição do presidente Lula, indesejado pelas elites, refletindo um processo que se verifica também na Bolívia (expressiva votação em Evo Morales), Equador (vitória do coronel Lucio

Gutiérrez), Venezuela (extraordinária resistência ao golpe) e Argentina (derrubada do governo De la Rúa / Cavallo) (*Brasil de Fato*, Edição 0, 25/01/2003, p. 02).

O governo Lula é situado num quadro de resistências e de demonstração de fortalecimento das possibilidades contra-hegemônicas que se manifestam na América Latina. Esse entendimento pode ser percebido na opinião do sociólogo Edgardo Lander, professor da Universidade Central da Venezuela, sobre o novo panorama político na América Latina, que Lander afirmar ser “representado pelas eleições de Lula, no Brasil, e de Lucio Gutiérrez, no Equador e que dá mais força a Chávez.” (*Brasil de Fato*, Ed. 0, 25/01/2003, p. 10) na sua opinião.

No primeiro ano do *Brasil de Fato*, destacamos, além da entrevista de Celso Furtado, as contribuições de Dom Tomás Balduino, presidente nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do físico e engenheiro Bautista Vidal e de Zé Celso Martinez Corrêa, do Teatro Oficina.

Figura histórica na luta pela reforma agrária no Brasil, Dom Tomás Balduino apresentou críticas à política de reforma agrária do governo Lula. Comparando o ministério do Desenvolvimento Agrário com o da Agricultura, o bispo afirma que “o primeiro é o primo pobre do segundo, que pede licença para ficar onde está. E sofre fortes concorrência em termos de orçamento. O outro tem tudo, nada é negado” (*Brasil de Fato*, Ed. 14, 5-11/06/2003, p. 7). A reforma agrária, diz o bispo, deve ser uma questão aprofundada pelas pessoas que acreditam, ainda, na possibilidade de um governo de mudanças.

Quando perguntado a respeito da sua visão sobre o papel dos movimentos sociais frente ao novo governo, Balduino afirmou que a chegada de Lula significou, em princípio, uma grande esperança, que ele relaciona “muito mais à pessoa do Lula do que ao PT. Ele tem carisma e, sendo de origem operária, tem estrutura de estadista. Já começa a dialogar em plano mundial.” (*Brasil de Fato*, Ed. 14, 5-11/06/2003, p. 7). Apesar disso, o bispo manifesta que tanto no CIMI quanto na CPT, há preocupações com as consequências das alianças no poder. “Os aliados avançaram mais que esperavam, e eles estão com toda força” (*Brasil de Fato*, Ed. 14, 5-11/06/2003, p. 7).

A crença do presidente da CPT no protagonismo dos movimentos sociais é expressa ao falar do MST, que, segundo Balduino, não tomaram a benção de ninguém, nem da Igreja, nem do governo, e criaram uma grande força popular. “Não partiu, portanto, do gabinete de sábios ou tecnocratas do governo, partiu da própria

caminhada. É isso que chamo da realização do Brasil dos nossos sonhos” (Brasil de Fato, Ed. 14, 5-11/06/2003, p. 7).

Na entrevista com o físico e engenheiro, José Walter Bautista Vidal, formado na Universidade de Santiago de Compostela (Espanha) e em Stanford (Estados Unidos), é discutido o caso da explosão que matou 21 técnicos e destruiu a plataforma de lançamento do VLS em Alcântara (MA). Para Bautista Vidal, um dos principais críticos do modelo atual de desenvolvimento da área energética, o que aconteceu foi uma sabotagem que, destruindo o parque produtivo e os centros tecnológicos brasileiros, tenta estrangular projetos estratégicos prioritários para o avanço do país. O estudioso alerta que a Base de Alcântara é a melhor base de satélites do mundo e que os Estados Unidos montaram uma estrutura gigantesca de espionagem industrial e tecnológica.

A edição 27, de setembro de 2003, traz também a interpretação de Zé Celso Martinez Corrêa sobre o momento político do país. No espetáculo *Os Sertões*, baseado na obra de Euclides da Cunha, Zé Celso remonta o conflito vivido em Canudos, interior da Bahia, em 1896. Para Zé Celso Martinez, enquanto a reforma agrária não for feita, o fantasma de Canudos continuará rondando o país. Questionado se achava que a reforma agrária seria feita pelo governo Lula, ele diz que é uma questão de correlação de forças e que o governo está dividido. Ele tem uma parte que está ligada aos movimentos sociais que, se forem rejeitados, vão crescer mais ainda (Brasil de Fato, Ed. 27, 04-10/09/ 2003, p. 16). Zé Celso demonstra ter confiança na pressão popular e acredita que o crescimento da sociedade não depende só do governo. “a maioria do povo tem de se virar e pressionar o governo, que se diz de centro-esquerda, para caminhar mais a esquerda” (Brasil de Fato, Ed. 27, 04-10/09/ 2003, p. 16).

A primeira edição do ano 2004 tem na capa [Anexo I] uma criança com uma bandeira do Brasil e a chamada “Brasil para todos, só com mobilizações”. A expressão da criança na foto e a composição do título denotam a esperança dos movimentos sociais do *Brasil de Fato* para o novo ano de governo. A capa traz, em menor destaque, uma foto de Lula com o boné do MST com o título “Participação popular garante reforma agrária”. Esta edição apresenta uma série de entrevistas com análises e perspectivas sobre o governo Lula com Fábio Konder Comparato, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Marcos Arruda, Noam Chomsky, Emir Sader, Roberto Leher e Beth Carvalho.

A análise do jurista Fábio Konder Comparato no *Brasil de Fato* é de que, um ano depois de instalado, o governo revelou-se incapaz de apresentar um projeto de país. Na opinião de Comparato, o PT não estava preparado para enfrentar o jogo. Ele diz que o poder significou, para o PT, uma aceitação do jogo do poder como ele é, ou seja, separado da vida do país. O jurista classifica os resultados apontados pelas pesquisas de opinião, que mostram que o povo continua a ter confiança pessoal no presidente Lula – “mesmo não tendo no governo ou no partido, tem no Presidente” – como típicos da relação política atual, no mundo todo, e sobretudo no Brasil, onde o povo não faz uma reflexão crítica em relação ao governo e as pessoas são dominadas pelo carisma pessoal.

O governo Lula veio apoiado por uma esperança muito grande, um calor humano extraordinário, e está aos poucos destruindo nossa esperança – o que é muito grave, porque governar não é só exercer o poder. É também ter um fundamento das ações do governo na consciência e na esperança do povo. Este governo adotou a política econômica do pensamento único e aprofundou as diretrizes do governo passado. (Brasil de Fato, Ed. 44, 01-07/01/2004, p. 4)

São destacados, ainda, na análise de Comparato, aspectos contraditórios da política externa do governo Lula. Ele aponta a política externa como “praticamente a única coisa que se salva nesse governo.” (Brasil de Fato, Ed. 44, 01-07/01/2004, p. 4) Mas, identifica uma contradição evidente no governo brasileiro, que

ao mesmo tempo em que lidera movimentos de libertação da periferia do mundo capitalista, das injunções que vem do centro do sistema, se conforma aplicadamente com todas as obrigações que são impostas ao país pelo Fundo Monetário Internacional. (Brasil de Fato, Ed. 44, 01-07/01/2004, p. 4)

A entrevista de Ariovaldo Umbelino de Oliveira⁶, chefe do departamento de Geografia e do laboratório de Geografia Agrária da Universidade de São Paulo, apresenta críticas à política de reforma agrária do governo Lula e visualiza um quadro histórico de mobilização social. Na opinião de Umbelino, se um governo popular, com um conjunto de políticas reformistas, não realizar a reforma agrária, a chamada via institucional começará a ser questionada.

O economista e educador do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul, Marcos Arruda, entrevistado pelo *Brasil de Fato*, defende que haja uma ampla mobilização popular para mudar os rumos da economia do governo Lula. Arruda se diz admirado com as mudanças ocorridas depois da tomada de posse de Lula. “Não

⁶Esta entrevista é melhor analisada na pauta da reforma agrária neste mesmo capítulo.

podia esperar que ele fosse recuar e ceder tanto ao FMI, arquivando completamente a sua postura crítica. O que vemos é a continuidade de uma postura sabuja, pelega.” (Brasil de Fato, Ed. 44, 01-07/01/2004, p. 8)

O linguista estadunidense, professor do Massachusetts Institute of Technology (MIT), Noam Chomsky, destacou, em sua entrevista ao *Brasil de Fato*, que o governo Lula precisa de apoio interno e dos movimentos sociais para romper com a subordinação às políticas imperiais. Quando questionado se Lula oferece uma resistência à colonização, Chomsky diz que Lula está tentando fazer resistência, mas não muita, o que ele considera previsível, já que, afirma, “um governo popular de esquerda no Brasil teria de ser mais reacionário que seus antecessores, pois teria que preservar o que os donos do mercado chamam de credibilidade em relação aos investidores internacionais” (Brasil de Fato, Ed. 44, 01-07/01/2004, p. 9).

Não há muitas opções neste sistema, por isso não dá para criticar Lula, diz Chomsky. “O único modo de tirar o governo desta linha – e mudar o rumo do país – é expulsar e rejeitar o sistema” (Brasil de Fato, Ed. 44, 01-07/01/2004, p. 9). Os caminhos apontados pelo linguista para essas mudanças são o cancelamento do pagamento da dívida externa, a distribuição de renda e propriedade, para colocar o Brasil no eixo do desenvolvimento e tirá-lo da subordinação aos imperativos das corporações. Além disso, é preciso apoio do povo, que precisa estar pronto e disposto a entender as consequências: resistir a ataques do sistema, lutar, trabalhar para criar um novo projeto de desenvolvimento, finaliza.

A análise de Emir Sader, doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, procura compreender os motivos da vitória de Lula e explicar a relativa estabilidade brasileira frente ao novo cenário. A vitória de Lula se deve, na opinião de Sader, ao fracasso do governo Fernando Henrique Cardoso – que já não podia exibir a estabilidade monetária como chave para que o país voltasse a crescer – e, por outro lado, à persistência do Partido dos Trabalhadores na oposição a esse governo.

A estabilidade relativa do país é explicada, pelo cientista político, em função da vitória de Lula ter se dado no marco de um descenso das mobilizações populares, que abriu espaço para uma campanha vazia de significados, marcada pela “Carta ao Povo Brasileiro”, que se comprometia a não romper contratos com o capital financeiro e pela figura do “Lulinha, paz e amor”.

Até agora, Lula detém a esperança dos mais pobres e tem uma recepção

muito simpática por parte das elites porque fez um primeiro ano conservador, golpeando conquistas populares ou deixando de realizar os programas sociais que havia prometido. Daí o clima de relativa tranquilidade do Brasil no primeiro ano. (Brasil de Fato, Ed. 44, 01-07/01/2004, p. 10)

A avaliação do representante da categoria de docentes, Roberto Leher, presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior (Andes) entre 2000 e 2002, é de que não houve um avanço no sentido de fortalecer o ensino público, o que representa um descompasso muito grande em relação às expectativas dos educadores. Segundo Leher, “esses educadores, (...) seguramente se sentiram frustrados com a política educacional do governo Lula.” (Brasil de Fato, Ed. 44, 01-07/01/2004, p. 13)

O sindicalista relata o caso do Plano Nacional de Educação, alternativo ao neoliberal que, de acordo com Roberto Leher, foi elaborado a partir da discussão na sociedade civil, nos movimentos sociais, nos sindicatos.

Havia uma expectativa de que o presidente Lula tomasse esse plano nacional de educação, se não como sua política, como uma referência legítima e forte para estabelecer um diálogo com os educadores. Mas eles foram sobejamente ignorados. (Brasil de Fato, Ed. 44, 01-07/01/2004, p. 13)

A sambista Beth Carvalho, simpatizante do Movimento Sem Terra, também fala sobre o governo Lula na edição 44 do *Brasil de Fato*. Ela diz que o governo Lula é “muito pouco à esquerda” (Brasil de Fato, Ed. 44, 01-07/01/2004, p. 16), principalmente considerando a origem popular do Lula.

Os desafios dos movimentos sociais frente ao neoliberalismo são abordados na entrevista do sociólogo, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e coordenador da Cátedra e Rede da Unesco e da ONU sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável, Theotônio dos Santos. A referência ideológica neoliberal é vista por Santos como uma contra-revolução, uma postura reacionária, que procura deter o avanço do movimento popular, ou da intervenção estatal voltada para as necessidades sociais. Há uma rejeição à doutrina neoliberal por parte do povo, demonstrada nas eleições e manifestações populares, segundo Santos, mas na elite continua havendo uma submissão à visão neoliberal comandada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Ele analisa a postura do novo governo frente aos anseios de mudança:

Estamos vivendo uma situação muito grave em que a população vota, derruba governo, e os que assumem o governo terminam praticando a mesma política. Esse é um problema mundial, e não ocorre só no Brasil. Mas aqui a coisa é muito grave pela grande expectativa de mudança de política no país. (Brasil de Fato, Ed. 79, 02-08/09/2004, p. 8)

A construção de um modelo alternativo depende, na opinião de Santos, da capacidade dos movimentos sociais e da própria esquerda de desenvolver um pensamento próprio e autônomo. Falta uma imprensa de esquerda no Brasil, destaca o sociólogo, que considera o Brasil de Fato como uma tentativa de romper essa limitação. “O movimento social e político não está suficientemente preparado para enfrentar um pensamento organizado e institucionalizado como o neoliberalismo.” (Brasil de Fato, Ed. 79, 02-08/09/2004, p. 8)

Destacamos, ainda, nas edições do ano de 2004, a análise de Plínio Arruda Sampaio, entrevistado por Bernadete Toneto e Tatiana Merlino na edição 53. A compreensão de Sampaio é que o governo Lula tem uma visão puramente financeira da economia e, ao mesmo tempo, se ilude e mostra ingenuidade com a ideia de que pode se inserir de forma autônoma e independente na globalização mundial.

Ao analisar o papel do Partido dos Trabalhadores nessa conjuntura de mudanças, Sampaio afirma que estão se revelando os problemas da longa involução do partido. O PT formou-se com dois pés, afirma Plínio, que é ex-secretário Agrário do Partido dos Trabalhadores: um deles era a política direta de pressão das massas, de mobilização popular, de rompimento com o sistema estabelecido. O outro pé era a política institucional, a presença nas instituições do Estado, as eleições, etc.

O pé da pressão direta das massas enfrentou dificuldades quando o capitalismo deu a volta por cima e criou o desemprego estrutural. A força da classe trabalhadora foi quebrada. E o pé eleitoral desenvolveu-se exageradamente. O PT cresceu como alternativa eleitoral, não como uma alternativa política. (Brasil de Fato, Ed. 53, 04-10/03/2004, p. 5)

Ao ser questionado pelo *Brasil de Fato* se compartilha da avaliação de alguns intelectuais que veem o PT como partido da burguesia, Sampaio afirma que o PT não é um representante da burguesia porque a burguesia não tem confiança no governo, apenas se beneficia da política econômica que segue favorecendo seus interesses. Entretanto, sua análise é de que o PT perdeu o rumo e passa por um momento de crise. “Era um partido que desafiava a ordem e foi se tornando um partido da ordem.” (Brasil de Fato, Ed. 53, 04-10/03/2004, p. 5)

Ele diz sentir-se marginalizado e sem diálogo com o governo e com a direção partido, do qual foi um dos fundadores, mas ainda não via a criação de um novo partido como solução. O momento, na avaliação do intelectual, é de reflexão, as

posições deveriam ser tomadas quando as coisas estivessem mais claras. Quando perguntado se mantinha a opinião de que o governo estava “em disputa”, Plínio Arruda Sampaio responde ao *Brasil de Fato* que é da teoria de que a esperança é a última que morre. “Eu estou lutando.” (Brasil de Fato, Ed. 53, 04-10/03/2004, p. 5)

A edição que inaugura o ano de 2005, em janeiro, mais uma vez, apresenta uma série de opiniões e análises de diversos intelectuais sobre as avaliações e perspectivas do cenário político e social no Brasil. Em 2005, a primeira edição do ano traz as contribuições, ideias e críticas de Gilberto Cervinski, coordenador nacional do MAB; do bispo de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga; do historiador e cientista político, Eric Toussaint; de Atilio Boron, secretário executivo do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (Clacso); do líder do movimento por direitos civis nos Estados Unidos, Tom Hayden e do escritor Luís Fernando Veríssimo. A edição conta, ainda, com um artigo de Plínio Arruda Sampaio sobre os rumos do governo, indicando o que mudou com os dois anos do governo de Lula.

As mobilizações do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e a sinalização de uma mudança na relação entre o movimento e o governo são temas da entrevista com o coordenador nacional do MAB, Gilberto Cervinski, realizada por Alexandre Peschanski. Cervinski afirma que o movimento nunca teve grandes esperanças no governo Lula: “mesmo este podendo ser um estimulador da mudança social, mas nunca vai ter força pra resistir à ação dos grandes consórcios econômicos.” (Brasil de Fato, Ed. 97, 06-12/01/2005, p. 7)

Outra concepção defendida pelo MAB, na entrevista do dirigente ao *Brasil de Fato*, é de que o PT não pode mais ser considerado como um partido de esquerda e se configura como uma agremiação de centro.

Abriu mão de diversos princípios históricos e, no governo, a situação é ainda mais complicada, pois está articulado com diversos partidos que são de direita mesmo. Isso se reflete em todas as medidas, na condução da política econômica, que está dirigida por grandes grupos financeiros, representados pelo presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. (Brasil de Fato, Ed. 97, 06-12/01/2005, p. 7)

A estratégia dos movimentos sociais deve ser, na opinião de Cervinski, intensificar as mobilizações que sinalizam a necessidade de o governo repensar os rumos de sua administração. A luta popular é o motor da solução dos problemas e isso é uma constatação histórica, afirma o militante do MAB. “É claro que o governo frustra as expectativas dos movimentos sociais e vai contra os princípios históricos do PT, mas a luta popular pode mudar essa orientação. Fazer luta é ajudar o

governo e o país” (Brasil de Fato, Ed. 97, 06-12/01/2005, p. 7).

A caracterização do governo Lula como ambíguo aparece na concepção do bispo de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga. Em entrevista ao *Brasil de Fato*, Casaldáliga afirma que a ambiguidade é o marco dos primeiros dois anos do governo Lula.

Por toda a política feita até aqui. Por ser um partido de esquerda, mas que na prática é muito de direita. Esse é um sentimento muito generalizado, de colegas bispos, religiosos, sindicalistas, intelectuais, do povo. (...) O povo tinha conquistado o poder por meio do Lula, e do PT, mas foi decepcionante. (Brasil de Fato, Ed. 97, 06-12/01/2005, p. 8)

Dom Pedro Casaldáliga identifica, como em outras análises que aparecem no jornal *Brasil de Fato*, que há duas classes de ministérios no governo Lula: “os de primeira classe, que são os econômicos e os economicistas, e os ministérios de segunda classe: os tipicamente sociais.” (Brasil de Fato, Ed. 97, 06-12/01/2005, p. 8)

Casaldáliga diz reconhecer que o governo é neoliberal e faz uma análise sob a perspectiva dos povos indígenas:

O índio não produz, o índio não planta soja, não exporta. Na visão do governo, o índio atrapalha as transnacionais, as madeireiras, as mineradoras. Já o índio, por sua história, sua natureza, é antineoliberal (Brasil de Fato, Ed. 97, 06-12/01/2005, p. 8).

O escritor Luís Fernando Veríssimo afirma, a partir de uma metáfora sobre o governo Lula, que o governo fez um acordo com o dragão. O jornalista Miguel Enrique Stédile lembra que antes da vitória do Lula, na eleição de 2002, Veríssimo havia dito que Lula representava uma nova possibilidade de retomar um projeto de Nação e que, no primeiro ano de governo, o escritor havia feito uma crônica sobre o cavaleiro preparado toda a vida para combater um dragão e, quando entrava na caverna, tornava-se amigo do dragão. Questionado sobre suas conclusões, chegando ao fim do segundo ano de governo, o escritor afirma que “não há dúvida de que houve um acordo com o dragão.” (Brasil de Fato, Ed. 97, 06-12/01/2005, p. 16) A questão, para Veríssimo, é saber até que ponto esse arranjo era inevitável, se é temporário e se é por estratégia ou convicção.

O paradoxo dos governos de esquerda é o tema da entrevista com o sociólogo argentino e secretário executivo do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso), Atilio Borón, que analisa a conjuntura política na América Latina. A reflexão de Borón sobre a conjuntura no continente é de que o que está

colocado, para as forças de esquerda, é a impossibilidade de conquista do poder pela via insurrecional, por não haver condições objetivas nem subjetivas para isso, e tampouco militares. Por outro lado, se as forças sociais que anseiam por mudanças, conquistam o poder, rapidamente são absorvidas por um Estado que tem sido redesenhado de tal maneira a atender aos interesses dos mercados. Esse é o grande dilema para os movimentos, governos e intelectuais de esquerda, que leva, na opinião do sociólogo, a uma crescente instabilidade no continente.

A convivência entre a democracia e o capitalismo é um paradoxo na visão de Borón, que caracteriza o cenário atual como *pós-democrático*, “isso quer dizer que nesses países sobrevive um ritual democrático – as pessoas vão as urnas, mas não tem condições de eleger absolutamente nada porque as candidaturas são todas iguais. (Brasil de Fato, Ed. 97, 06-12/01/2005, p. 10) A América Latina é a vanguarda da pós-democracia e necessita de uma reorientação das políticas de governo, diz o argentino. Mudanças nesse cenário dependem de movimentos e grandes eclosões sociais.

Acredito que isso não vai ocorrer pacificamente, nem se produzirá pela via institucional. (...) A esquerda que está no poder resiste em adotar as mudanças que a sociedade exige. Isso fará com que essas mudanças ocorram de maneira turbulenta, devido à incapacidade dessas elites de centro-esquerda ou de esquerda de iniciar essas mudanças. (Brasil de Fato, Ed. 97, 06-12/01/2005, p. 10)

Ao analisar a especificidade da situação brasileira, Borón afirma que o governo brasileiro está a serviço do capital financeiro internacional e quem está comandando o país são Antônio Palocci e Henrique Meirelles. “Lamentavelmente, Lula é uma figura decorativa.” (Brasil de Fato, Ed. 97, 06-12/01/2005, p. 10) Comparando o cenário brasileiro com o processo em curso da Venezuela, Borón afirma que

enquanto o Brasil caminha na contramão de fortalecer uma integração com bases sociais, Chávez lidera um processo que busca a alternativa para o desenvolvimento econômico, da integração necessária, como fazem com Cuba – médicos e educação em troca de petróleo. O processo não chega a ser socialista, mas é baseado na justiça social. (Brasil de Fato, Ed. 97, 06-12/01/2005, p. 10)

O pensamento de Plínio Arruda Sampaio sobre as mudanças que ocorreram no Brasil após dois anos de governo Lula é expresso no artigo sobre os rumos do governo, publicado na edição de janeiro de 2005. Sampaio faz uma análise

destacando três indicativos: redução da desigualdade, aumento da autonomia e organização política do povo.

O combate à desigualdade social limitou-se aos gastos assistenciais do Estado, afirma Sampaio, que constata que após dois anos de Fome Zero, Bolsa Escola, Renda Mínima e outros tantos títulos sonoros, o governo não conseguiu desfazer-se inteiramente do conceito neoliberal dos “gastos sociais focalizados”. A conclusão da análise de Sampaio, em relação ao aspecto destacado pelo intelectual, é de que não houve, nos dois primeiros anos do governo Lula, nenhum resultado significativo em termos de redução de desigualdades sociais.

Sobre a questão da autonomia, Sampaio faz um inventário das medidas estruturais e conjunturais do governo Lula e conclui que, após dois anos do Partido dos Trabalhadores no poder, o Estado brasileiro tornou-se mais débil e menos equipado para executar políticas econômicas, pois um número maior de decisões relevantes foi transferido para centros decisórios externos.

Quando trata da questão do aumento da autonomia e organização política do povo, Sampaio afirma ser este o plano que se encontra os piores resultados do governo Lula nos dois primeiros anos. “Pode-se concluir que, hoje, o movimento popular está mais fraco, mais confuso, mais dividido do que dois anos atrás.” (Brasil de Fato, Ed. 97, 06-12/01/2005, p. 14) Plínio Arruda refere-se aos rachas das tendências internas do PT e ao fato de vários sindicatos importantes estarem se desligando da Central Única dos Trabalhadores (CUT), como indicativos da situação de diluição e fragmentação do movimento popular.

A entrevista do arquiteto e militante comunista, Oscar Niemeyer, é destaque da capa da edição 131. A avaliação de Niemeyer, na entrevista ao *Brasil de Fato*, é de que o governo Lula não fez mudanças radicais, mas tem condições de implementar ações contra a pobreza. Lula é um ex-operário cheio de ânimo, diz Niemeyer, mas nunca foi comunista. “Seu projeto era melhorar o capitalismo, o que é um objetivo impossível, a meu ver. Minha posição é que precisamos de um presidente que tenha a força de virar a mesa e realizar mudanças radicais, como Castro e Chávez”. (Brasil de Fato, Ed. 131, 01-07/09/2005, p. 8)

Diante do cenário de crise da esquerda, a saída de Lula, na opinião de Niemeyer, seria se ligar à esquerda do PT, ao povo e apoiar com maior vigor a reforma agrária e o MST. “Deveria ser menos gentil com os donos dinheiro, inclusive com o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, um cretino que não deveria

existir.” (Brasil de Fato, Ed. 131, 01-07/09/2005, p. 8)

Na edição 149, de janeiro de 2006, os convidados a contribuírem com suas avaliações, análises, críticas e perspectivas sobre o cenário político nacional são Eduardo Fagnani, do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, o artista Chico César, o Frei Luiz Flávio Cappio e o jornalista José Arbex Jr. O contexto internacional⁷ é analisado por Jeffrey Frank, diretor da National Lawyers Guild, rede progressista de advogados estadunidenses; pelo professor de Geografia e parceiro do geógrafo brasileiro, Milton Santos, Richard Peet; por Damien Millet, presidente do Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo (CADTM); por Israel Arkonada, militante da Esquerda Independentista Basca.

A questão da transposição do rio São Francisco⁸ é o tema da entrevista com o bispo Frei Luiz Flávio Cappio e estampa a capa da edição 149 [ANEXO II], com a manchete “Lula decepciona e pobreza continua: às margens do Velho Chico, a água que nem chega à casa do povo será desviada para abastecer o agronegócio”. Esta é a crítica presente no discurso do Frei Luiz Cappio, que fez greve de fome para barrar a transposição do rio e conseguiu abrir um canal de diálogo com o governo federal. Cappio afirma que é contrário ao projeto de transposição porque a água não servirá aos pequenos produtores, mas às grandes empresas e ao hidronegócio e, além disso, afirma o bispo, o rio não tem condições de fornecer essa água.

Os programas de transferência de renda do governo são analisados na entrevista com o professor do Instituto de Economia da Unicamp, Eduardo Fagnani. Na opinião de Fagnani, esses programas são extremamente positivos e necessários numa estratégia de enfrentamento da pobreza e da desigualdade num país como o Brasil. “O equívoco é querer transformar estes programas na própria estratégia.” (Brasil de Fato, Ed. 149, 05-11/01/2006, p. 8) O estudioso defende, por outro lado, que o país não pode prescindir de políticas sociais universais clássicas no enfrentamento da questão social. “Está se criando um falso problema: ou política universal ou política focalizada. Precisamos das duas, além de crescimento econômico.” (Brasil de Fato, Ed. 149, 05-11/01/2006, p. 8)

Análises sobre mídia e política aparecem na edição de março de 2006 nas entrevistas do cientista social e estudioso da cultura, Renato Ortiz e do documentarista argentino, Fernando Solanas. A polêmica causada pela publicação

7 As entrevistas sobre a conjuntura internacional serão analisadas no tema **Política externa**, na medida em que as análises tenham relação com o governo brasileiro e a conjuntura do país.

8 Ver mais nas página 117 a 121

de charges contra a imagem do profeta Maomé, pelo jornal dinamarquês *Jyllands-Posten*, que lançou um concurso de charges contra a religião muçulmana é tema da entrevista com Renato Ortiz que afirma que o episódio “faz parte do espaço transnacional no qual as opiniões aparecem e no qual os meios de comunicação têm um papel fundamental.” (Brasil de Fato, Ed. 157, 02-08/03/2006, p. 12) O cientista social sugere que para pensar essa realidade complexa, os grupos que produzem informações precisam de uma maior autonomia. “Que essa autonomia permita, também, um grau razoável de criatividade.” (Brasil de Fato, Ed. 157, 02-08/03/2006, p. 12)

Fernando Solanas, expoente do cinema político latinoamericano, na entrevista ao *Brasil de Fato*, fala sobre a definição de seu trabalho como panfletário pela imprensa e diz que se sente orgulhoso de fazer panfletos estéticos com algum esforço para traduzir temas e imagens que são constantemente banalizados pela mídia. Referindo-se ao cenário político latino americano, o cineasta argentino, acredita que os povos estão buscando alternativas, o que não quer dizer que são todos governos de esquerda.

Os povos voltaram-se à esquerda, mas isso não significa que os governos resultaram da esquerda. No Brasil, a base popular, 50 milhões de pessoas votaram por uma mudança, mas o país segue o mesmo modelo econômico de antes. (Brasil de Fato, Ed. 157, 02-08/03/2006, p. 16)

No decorrer do ano 2006, o *Brasil de Fato* teve a pauta marcada pelo pleito eleitoral, que reelegeu, no segundo turno, Luiz Inácio Lula da Silva como Presidente da República, além de definir os cargos de governadores dos Estados, deputados federais, estaduais e senadores no Brasil. No nosso período de análise, destacamos as capas de duas edições importantes para a compreensão do nosso estudo: as primeiras semanas dos meses de setembro e outubro de 2006.

Em setembro, a capa da edição 184 do *Brasil de Fato* [ANEXO III], com a manchete “Por que Lula ganha força?”, acompanhada da legenda “O presidente Luiz Inácio Lula da Silva supera a barra dos 50% de intenção de votos e passa os 70% no Nordeste” mostra uma foto de Lula recebendo apoio entusiasmado de eleitores. Na matéria, que ocupa uma página inteira do jornal, o *Brasil de Fato* ouviu quatro intelectuais que, diz um texto em destaque ao lado da foto de Lula com operários, “analisam o sucesso do candidato do PT nas pesquisas que lhe dão vitória já no primeiro turno”. Os sociólogos Chico de Oliveira e Emir Sader, o teólogo Frei Betto e o cientista político Paulo d'Avila Filho fazem uma avaliação sobre as políticas sociais

do governo, a ausência de propostas do PSDB, a credibilidade pessoal do candidato do Partido dos Trabalhadores e o contexto geral da política brasileira. “No resumo, apontam para a inegável força de Lula.” (Brasil de Fato, Ed. 184, 07-13/09/2006, p. 3)

A avaliação de Emir Sader é que o voto no Lula é um voto social. “É um voto objeto direto da consequência das políticas sociais do governo. A respeito da questão se Lula ainda carrega em si a possibilidade de transformação, Sader afirma que não é uma possibilidade, mas um vetor de transformação das condições imediatas da população mais pobre. “Subir o Bolsa Família muda a vida das pessoas.” (Brasil de Fato, Ed. 184, 07-13/09/2006, p. 3)

Frei Betto, assessor especial de Lula entre 2003 e 2004, relaciona o crescimento do candidato petista ao êxito das políticas e ao carisma de Lula. “Lula segue crescendo pelo êxito que teve nas políticas sociais, especialmente o Bolsa Família.” (Brasil de Fato, Ed. 184, 07-13/09/2006, p. 3), afirma o teólogo.

A ausência de alternativas e a despolitização são os motivos apontados pelos outros dois intelectuais entrevistados pelo *Brasil de Fato*. Paulo d'Avila Filho discorda das análises que relacionam o êxito de Lula à política assistencialista e ao populismo. “Não concordo, pois o que se dá é uma percepção fina do eleitorado que, embora reconheça a crise, não vê alternativa diante de si. Quando não vê opção, o eleitor se volta ao que lhe trouxe alguma segurança.” (Brasil de Fato, Ed. 184, 07-13/09/2006, p. 3)

A despolitização do processo eleitoral é constatada pelo sociólogo Chico de Oliveira ao considerar que não há programa em debate.

Só quer o continuísmo. Vai fazer o que está dando certo. Vai fazer isso e continuar batendo na tecla do Bolsa Família. Não tem nada novo a anunciar. Se ele anunciar o que está preparando, perde votos, principalmente entre a classe média politizada. (Brasil de Fato, Ed. 184, 07-13/09/2006, p. 3)

A capa do mês de outubro, na semana após a eleição, que seguiu para ser definida no segundo turno, o *Brasil de Fato* estampa uma foto [ANEXO IV] que pode ser confundida com uma foto da própria campanha do PT e com a significativa manchete “Movimentos declaram apoio a Lula”, seguida da explicação: “Depois de não se posicionarem oficialmente no primeiro turno, agora organizações se unem contra Geraldo Alckmin”.

O editorial, na capa do jornal, conclama que “É preciso derrotar a direita”. Reproduzimos o texto quase em sua íntegra por considerarmos ser este o marco de

tomada de posição do jornal frente ao governo Lula.

O Brasil vive um momento muito delicado em sua conjuntura política, com uma grave crise de projeto. Por um lado, o governo Lula não acumulou forças suficientes para derrotar o neoliberalismo e a subordinação de nossa economia ao capital financeiro e às transnacionais – houve apenas pequenos avanços em diversas áreas sociais. Por outro lado, as organizações populares e o movimento de massa continuaram em refluxo. Isso gerou uma grave crise da esquerda partidária. Muitos setores abandonaram as propostas de mudança estrutural, e passaram a adotar os mesmos métodos da direita. Ou seja, usar os partidos apenas para proveito pessoal ou de grupos na disputa por cargos públicos. Com isso, entramos em uma grave crise ideológica, de falta de debate sobre a natureza da luta de classes e o projeto da classe trabalhadora.

Tudo isso produziu um cenário de correlação de forças adversa para a classe trabalhadora, e para os interesses do povo brasileiro.

[...]

A direita está viva, articulada, e pronta para tomar o governo! É chegada a hora de a militância social, de todas as forças políticas e populares que estiveram apáticas e desanimadas no primeiro turno, se mobilizar e impor uma derrota à direita. **É preciso garantir a vitória do Lula.** [grifo nosso]

A vitória de Alckmin não seria apenas a derrota do Lula, como castigo para os muitos erros que o PT e o governo cometeram, seria a vitória da burguesia sobre os interesses populares. Seria a legitimação do projeto neoliberal, que recoloniza o Brasil, a serviço do grande capital transnacional e dos bancos. Seria aceitar mais repressão aos movimentos sociais. Seria uma grande derrota dos pobres, dos trabalhadores.

Por isso, para quem não acreditava mais, temos um segundo turno, que é a verdadeira luta de classes. E a militância social não pode ter dúvidas, nem vacilações. Essa é a hora de nos mexermos, de nos mobilizarmos, de arregaçarmos as mangas e fazermos a campanha política. É a hora de transformarmos a campanha eleitoral numa verdadeira luta política, a favor da classe trabalhadora. Não se trata de pedir voto para o Lula, trata-se de derrotar, política e eleitoralmente, o projeto neoliberal. E, a partir da derrota da direita, exigir do segundo mandato as mudanças necessárias, tantas vezes prometidas, e sempre adiadas pela pressão das antigas alianças

(...)

Basta de apatia, vamos para as ruas derrotar Alckmin, a burguesia brasileira e os interesses do capital internacional. (Brasil de Fato, Ed. 188, 05-11/10/2006)

Este editorial ocasionou a saída do jornalista José Arbex Jr. do Conselho Editorial do *Brasil de Fato*. O editorial que declara apoio à Lula no segundo turno é considerado, por Arbex, “um ato de suicídio político”. Para notificar a sua saída, Arbex escreveu uma carta [Anexo IX] endereçada aos companheiros do jornal, em que expõe diversos momentos em que o jornal elogiou atos do presidente ou estampou em suas capas fotos dele.

A principal crítica de Arbex ao jornal é por este continuar a acreditar que o governo Lula ainda estaria em disputa entre a direita e a esquerda. Enquanto, para Arbex, como explicitado em sua carta,

não há mais o que esperar do governo dos transgênicos, do Haiti, dos mais espetaculares lucros do sistema financeiro, da privatização das reservas de petróleo da bacia de Campos etc. etc. Aliás, há sim o que esperar: mais desmandos, mais humilhações, mais corrupção, mais degradação moral da esquerda.

Chamando a linha editorial do jornal de nefasta por pedir votos em Lula, o jornalista lembra que o presidente Lula gosta de dizer que o seu governo fez em 4 anos muito mais do que o de FHC em 8. “Isso é uma verdade absoluta, em pelo menos um caso específico: em 4 anos, ele causou uma devastação maior na esquerda, do que os 8 anos de FHC... e os 20 de ditadura militar”.

Essa desarticulação e fragmentação da esquerda – cuja desordem é relacionada, em grande parte, ao governo Lula – tem consequências para o próprio jornal *Brasil de Fato* e movimentos sociais que o compõem. O jornal passa a ser visto cada vez mais, como um jornal do MST e da Consulta Popular, como analisa Ricardo Gebrim:

antes a esquerda brasileira que era razoavelmente unificada, pelo menos nos seus instrumentos, quer dizer, toda a esquerda sindical estava na CUT, a esquerda partidária estava quase toda dentro do PT. Depois, ela passa a se dividir, já surge um novo rearranjo, então nasce Conlutas, Intersindical, Psol, PSTU. E o jornal paga um preço, primeiro porque nesse rearranjo cada um quer construir e fortalecer o seu próprio meio de comunicação, e não sente o Brasil de Fato como o seu veículo. Segundo porque este rearranjo ocorreu obrigando-nos a explicitar uma posição tática, porque de um lado éramos pressionados por aqueles que queriam que o Brasil de Fato fosse um sustentáculo do governo Lula e saísse em defesa do governo, por outro lado, por aqueles que queriam que o jornal fosse um inimigo do Lula.” (NEGRÃO, 2007, p. 79)

Uma análise do segundo mandato do governo Lula, sob o prisma da luta de classes é apresentada na edição 201 do jornal *Brasil de Fato* na entrevista do cientista político Carlos Nelson Coutinho, que faz um balanço negativo dos impactos primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a esquerda brasileira.

O governo do Partido dos Trabalhadores é caracterizado, na opinião de Coutinho, pela persistência de uma política econômica abertamente neoliberal, liderada por um banqueiro, e pelo abandono do socialismo como proposta estratégica. A consequência dessa política foi a realização de um terceiro governo da era Fernando Henrique Cardoso. “E com um agravante: a era FHC, em seus dois primeiros governos, encontrou uma forte resistência no PT e nos movimentos sociais, o que dificultou em muito a adoção de uma política abertamente neoliberal.” (Brasil de Fato, Ed. 201, 04-10/01/2007, p. 5)

O empenho da esquerda brasileira, por mais de uma década, em levar Lula ao poder é compreendido por Coutinho, não por Lula ser um ex-retirante e um operário, mas porque ele encarnava um projeto de transformação radical da

sociedade brasileira, que tinha no Partido dos Trabalhadores e em vários movimentos sociais a ele ligados uma forte base social de apoio.

Esse projeto foi abandonado não só depois da chegada ao governo, mas já antes, na campanha eleitoral. A famosa “Carta aos brasileiros” já anunciava uma clara tomada de distância em relação à proposta transformadora que caracterizou o PT, a CUT e MST, desde suas origens. Muitos de nós, eu inclusive, fingimos ignorar isso e continuamos empenhados na campanha e, de certo modo, mesmo depois da vitória, ainda nos mantivemos por algum tempo confiantes, com a ideia de que o governo Lula seria efetivamente reformista, no sentido forte da palavra. (Brasil de Fato, Ed. 201, 04-10/01/2007, p. 5)

Não bastam as reformas, afirma Coutinho, elas só podem ser asseguradas e aprofundadas se forem encaminhadas no sentido de superar a lógica do capital. A estratégia das classes subalternas no século 21 deve ser o reformismo revolucionário. “Não devemos temer as reformas, mas buscar dirigi-las sempre no sentido da superação da lógica do capital.” (Brasil de Fato, Ed. 201, 04-10/01/2007, p. 5)

Meios de comunicação

Outra análise emblemática das opções e apoios do governo Lula e de sua relação com a hegemonia no Brasil pode ser identificada na pauta da comunicação em que o jornal abordou as relações entre mídia e política, além de apresentar críticas ao modelo de radiodifusão e à falta de políticas para a democratização da comunicação no país.

A foto que ilustra a matéria “Empresas de mídia sonham com cofres públicos”, já na primeira edição, mostra Lula e William Bonner [Anexo V] no Jornal Nacional no dia seguinte à eleição de Luiz Inácio Lula da Silva como Presidente da República e comemora: “mais de uma hora para a vitória do Partido dos Trabalhadores”. No dia anterior, Lula havia concedido sua primeira entrevista como Presidente eleito, também para a Rede Globo, no Fantástico.

Depois de apresentar um balanço das dívidas da Globo, o jornal explica a postura da imprensa em relação à candidatura do Partido dos Trabalhadores – diversa da que se viu em eleições anteriores – em função do interesse das empresas de comunicação de que o governo resolva a crise econômica do setor.

Hoje, a lua de mel da Globo com Lula também é emblemática do que ocorre na imprensa brasileira. Em maior ou menos grau, a ordem agora é evitar o confronto direto com o novo governo. Afinal, pode estar nas mãos do

presidente a solução da crise do setor, ou pelo menos a diminuição dos problemas de caixa dos quase falidos conglomerados. (*Brasil de Fato*, Ed. 0, 25/01/2003, p. 05)

O jornal analisa, ainda, o significado desse apoio do ponto de vista do governo Lula e afirma que a crise da mídia abre diversas perspectivas.

Por um lado, é importante para o Presidente neutralizar a oposição natural que lhe faria a imprensa burguesa, se estivesse em boa saúde financeira. [...] Deste ponto de vista, faz sentido a boa vontade com a *Globo* revelada por figuras de primeiro escalão, como os ministros José Dirceu e Miro Teixeira. O primeiro, jantando em restaurante de Brasília na noite da posse de Lula, tratou de marcar conversas com João Roberto Marinho, que, junto com seus irmãos, comanda a Globopar. O titular da pasta das Comunicações, já na primeira semana de mandato, foi a São Paulo almoçar com José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, ex-todo poderoso da *Globo* (*Brasil de Fato*, Ed. 0, 25/01/2003, p. 05).

A aproximação entre a mídia e o governo Lula – no cenário de crise que levou a *Globo Comunicações e Participações* (Globopar), que acumulava uma dívida de 2,6 bilhões de dólares, a decretar uma moratória no montante de 1,5 bilhões de dólares – resultou mais tarde, num proposta do governo de socorrer as empresas de comunicação através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em dezembro de 2003, os grupos de mídia entregaram um estudo ao BNDES, indicando que as empresas de comunicação, somadas, deviam cerca de R\$ 10 bilhões, dos quais 60% eram dívidas da *Globo*. O BNDES fez uma proposta de crédito de R\$ 2 bilhões para capital de giro e de R\$ 2 bilhões para modernização. Porém, mais tarde as empresas mostraram desinteresse pela proposta. A ANJ (Associação Nacional de Jornais), Abert (Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão) e Aner (Associação Nacional das Editoras de Revistas) encaminharam uma carta ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) manifestando o desinteresse na proposta apresentada pelo banco de socorro às empresas de comunicação, que ficou conhecido como Pró-Mídia.

Este episódio expressa não apenas as boas relações com a grande mídia, mas ajuda, também, a caracterizar as políticas direcionadas aos veículos alternativos e com projetos contra-hegemônicos. O empréstimo do BNDES, que se restringia a grandes conglomerados de comunicação, recebeu críticas do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação que cobrou do governo critérios e contrapartidas como transparência nas negociações, tratamento equânime entre os segmentos privados, estatais e públicos da mídia, incluídos os veículos

comunitários, universitários e alternativos. Além disso, os movimentos pela democratização das comunicações exigiram a garantia de que os financiamentos não seriam usados para agravar a concentração da propriedade dos meios de comunicação

No período em que assumiu a presidência, o único aceno do governo Lula no sentido de iniciativas que objetivassem democratizar as comunicações foi a demonstração do Ministro das Comunicações, Miro Teixeira, de que pretendia realizar mudanças no processo de concessões de rádio e televisão. O *Brasil de Fato* cobrou do governo a introdução de mecanismos que permitissem uma real democratização do setor de comunicação no Brasil e afirmou, por outro lado, que o governo teria o desafio de “desarmar a bomba que é a crise dos grandes conglomerados – sem cair na tentação (ou ilusão) de a eles se aliar – de forma a preservar os empregos e parte da produção cultural brasileira.” (*Brasil de Fato*, Ed.0, 25/01/2003, p. 05)

A segunda figura a assumir a pasta do Ministério das Comunicações, o Senador Hélio Costa, é chamado de ministro da TV Globo pelo *Brasil de Fato*, que critica o fato de que, no governo Lula, os métodos de distribuição de canais de rádio e TV, no Brasil, continuaram “os mesmos de 50 anos atrás, na base do toma-lá-dá-cá entre políticos e puxa-sacos dos poderosos de plantão.” (*Brasil de Fato*, Ed. 209, 01-07/03/2007, p. 06)

A postura do governo de não estabelecer estratégias para modificar, ou mesmo constituir um novo marco regulatório para o setor das comunicações fica evidente já no programa de governo onde, segundo o *Brasil de Fato*, o PT já havia deixado de lado a defesa da democratização dos meios de comunicação. O jornal critica a falta de alianças mais sólidas com a mídia mantida e influenciada pelos setores da esquerda e os movimentos sociais:

não estão se mexendo para formar redes de rádio e TV realmente comprometidos com os postulados democráticos; não estão criando e nem fortalecendo novos veículos para possíveis confrontos políticos e ideológicos.” (*Brasil de Fato*, Ed. 44, 01-07/01/2004, p. 14).

Além de não apoiar os veículos ligados aos movimentos sociais, o governo manteve a política de prioridade informativa, relações privilegiadas e destinação de verbas públicas aos grandes meios de comunicação. Em janeiro de 2004, a edição 44 traz um artigo do professor da PUC-SP e editor da revista Sem Terra, Hamilton Octavio de Souza, intitulado “A batalha ideológica travada na mídia” que destaca o fato de que o governo Lula, “em vez de democratizar a comunicação (...) adota

política de boas e privilegiadas relações com a imprensa conservadora e dominante.” (*Brasil de Fato*, Ed. 44, 01-07/01/2004, p. 14). [Anexo VI]

O artigo de Hamilton Octavio de Souza identifica quatro fatos significativos que marcaram as boas relações do governo Lula com os oligopólios de comunicação:

a confortável omissão diante da caçada da Anatel às rádios comunitárias; a presença do presidente e seus ministros no velório de Roberto Marinho (o sujeito mais danoso à democracia brasileira em todos os tempos); a enxurrada de anúncios governamentais veiculados na mídia conservadora e reacionária; e a ação clandestina para induzir o BNDES a socorrer os grandes grupos de mídia com bilhões de dólares dos cofres públicos (*Brasil de Fato*, Ed. 44, 01-07/01/2004, p. 14).

A questão das rádios comunitárias aparece em outras três edições que tratam principalmente da perseguição da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) às rádios sem concessão do Estado. Na edição 92, o *Brasil de Fato* explica como a ação integrada da Polícia Federal e da Anatel concorre para a repressão das rádios comunitárias.

Existe uma parceria entre a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e a Polícia Federal (PF) para reprimir as rádios comunitárias. A Anatel paga as diárias dos agentes e o combustível dos veículos utilizados. Talvez por conta dessa parceria, que livra alguns policiais do enfrentamento do crime e ainda os remunera por isso, a PF faz algumas retribuições como a ação do dia 26 de novembro que reprimiu cerca de 150 manifestantes de pelo menos dez movimentos sociais que se uniram à Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço-RS) e ocuparam o prédio da Anatel, em Porto Alegre. Rapidamente, apenas meia hora depois da ocupação, vários camburões de policiais apareceram para defender a agência. (*Brasil de Fato*, Ed. 92, 02-08/12/2004, p. 4)

A mesma edição cita a instalação do Grupo de Trabalho para tratar de rádios comunitárias e tentar reduzir a burocracia no Ministério das Comunicações. De acordo com o jornal, o governo criou um GT com a mesma intenção na ano anterior, em 2003, “e suas boas propostas foram para o lixo”. Uma função colocada para o novo GT foi estudar um modo de aperfeiçoar a fiscalização, que, para o *Brasil de Fato*, é uma forma de melhorar a repressão às rádios. “Como se vê, o governo continua inimigo das rádios comunitárias” (*Brasil de Fato*, Ed. 92, 02-08/12/2004, p. 4), conclui o jornal.

A repressão aos comunicadores populares e fechamentos de rádios comunitárias são, também, noticiadas pelo jornal. A edição 118 critica o fechamento da Rádio Comunitária Novo Ar, em São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro, que funcionava desde 1998 e mantinha, também, um telecentro comunitário, uma

biblioteca e um cursinho popular em parceria com a UERJ. “Ninguém consegue entender porque um órgão federal como a Anatel tem que calar um veículo de comunicação fundamental para uma pequena parcela da comunidade fluminense”. (*Brasil de Fato*, Ed. 118, 02-08/06/2005, p. 4). O fechamento da Rádio Heliópolis, em julho de 2005, também foi notícia no *Brasil de Fato*. O jornal critica a burocracia enfrentada pelas rádios comunitárias para se tornarem legais.

No texto que anuncia a publicação do aviso de habilitação para 70 emissoras em São Paulo, Cristina Cavalcanti, da Oboré, entidade atuante na área de comunicação popular, afirma que cerca de 335 entidades manifestaram interesse em obter uma habilitação na capital, desde 1998, o que mostra que a demanda é bem maior do que o oferecido pelo Ministério das Comunicações. O deputado estadual Simão Pedro (PT), coordenador da Frente Parlamentar de Apoio às Rádios Comunitárias, afirma que o atraso na determinação, é resultado da pressão da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), órgão representativo das empresas privadas de radiodifusão, mas acentua, por outro lado, que a falta de vontade política em resolver a questão estava prejudicando a imagem do governo federal. “É um ponto muito contraditório desse governo”. (*Brasil de Fato*, Ed. 197, 01-13/12/2003, p. 4)

Críticas ao monopólio na mídia e ao sistema de concessões aparecem em duas notas da coluna “Fatos em Foco” durante o período analisado. A crítica à concentração, também na TV paga, aparece na nota “Monopólio protegido”, que afirma que a fusão da Sky e da DirecTV deram para a nova empresa o controle de 97% do mercado de TV por satélite. “O Ministério das Comunicações, a Anatel e o Ministério Público dormem em berço esplêndido! Pior: a Sky e a DirecTV pertencem a um grupo dos Estados Unidos. São estrangeiras.” (*Brasil de Fato*, Ed. 157, 02-08/03/2006, p. 6)

A campanha pelo controle público das concessões de rádio e tv foi outro destaque da pauta sobre a comunicação no *Brasil de Fato*. A Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) realizou, em agosto de 2007, o Seminário sobre Concessões de Rádio e TV, cujo principal encaminhamento foi que do dia 5 de outubro como Dia Nacional de Mobilizações por Controle Público sobre as Concessões de Rádio e TV. A data foi escolhida por ser o dia do vencimento de diversas concessões, inclusive as das cinco emissoras próprias da Rede Globo (São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte e Recife).

Por fim, destacamos nesta pauta algumas reflexões sugeridas pelo jornal *Brasil de Fato* sobre a área de comunicação social durante o governo Lula:

Quais categorias de operários e quais grupos de esquerda controlam emissoras de rádio e televisão? Quais militantes socialistas têm espaço e podem expressar livremente o que pensam nos veículos de comunicação? Democracia não é conviver com a diversidade ampla? (*Brasil de Fato*, Ed. 209, 01-07/03/2007, p. 4).

Política econômica

Na análise sobre a política econômica do governo Lula, na entrevista do economista Celso Furtado, coloca-se em questão dois caminhos para a um projeto nacional no Brasil contemporâneo. Furtado afirma que, primeiro, é preciso identificar o espaço que existe para agir nessa direção e destaca que a capacidade de comando do país sobre sua economia é muito menor do que em épocas passadas. “Com a dívida externa que tem, a capacidade do Brasil de ser livre é muito limitada.” (*Brasil de Fato*, Ed. 0, 25/01/2003)

Existe uma espécie de esterilização do debate econômico no Brasil, para Furtado, que afirma haver uma distância muito grande entre a universidade e a sociedade, o que faz com que os debates universitários não tenham repercussão, não se projetem em ação. Os problemas sociais estão aflorando, é preciso chegar em nível de polêmica para que esses problemas sociais levem a população a perceber que a política não é jogo de elites, mas sim uma disputa pelo poder real.

O principal traço da política econômica, no entanto, não foi se pautar pelas questões sociais, como queria Celso Furtado, mas a manutenção do *superávit* primário em níveis elevados, garantindo o pagamento da dívida externa e as exigências de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

Um dos resultados desta política, como indica o Relatório de Direitos Humanos 2003, realizado pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, foi que “as pessoas pobres e excluídas tornaram-se as principais vítimas da diretriz econômica do governo” (*Brasil de Fato*, Ed. 40, 04-10/12/2003). Os rumos da política econômica contrariam, também, o que disse o Ministro da Casa Civil, José Dirceu durante um debate na Câmara dos Deputados em maio de 2004: “Se a política econômica não resolve os problemas do povo, não vale a pena ser governo.” (*Brasil*

de Fato, Ed. 66, 03-09/06/2004).

De acordo com dados publicados pelo *Brasil de Fato*, a política econômica do governo Lula garantiu, nos primeiros quatro meses de 2004, um *superávit* de R\$ 25 bilhões, enquanto os gastos com todos os ministérios da área social atingiram apenas R\$18bilhões. “O único e verdadeiro ministério desse país, se chama Ministério dos Juros!” (*Brasil de Fato*, Ed. 66, 03-09/06/2004)

O orçamento previsto para 2004, se cumprido, daria um certo desafogo à economia brasileira, é o que prevê a matéria “Um ligeiro sopro sobre a economia em 2004”, em que o jornal demonstra esperar, da proposta orçamentária algum crescimento, ao reservar cerca de R\$32,4bi para investimentos, quase 26% a mais que a previsão mais atualizada para 2003, e 40% acima do que a União e suas estatais investiram no último ano do governo FHC.

Um ano depois, em setembro de 2004, o título da matéria da editoria de economia foi “Orçamento não passa de promessa”. O jornal informava que o orçamento anunciado no início de 2004 como aquele que seria o maior orçamento de todos os tempos para habitação e saneamento básico, atividades que geram emprego, como muitas das promessas do governo, acabou não passando de pura retórica.

Na prática, contudo, até agosto, dos recursos da ordem de R\$ 5 bilhões do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) que se destinariam à habitação, foram de fato aplicados 33%, ou R\$1,65 bilhão, de acordo com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). (...) No setor de saneamento básico, a situação é ainda mais grave, já que não foram liberados mais do que 5% dos recursos prometidos para 2004. (...) O levantamento da CBIC, apresentado em reunião do Conselho Curador do FGTS, também mostra que o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), principal projeto para a população de baixa renda, não recebeu um tostão. O programa contaria com R\$1 bilhão do FGTS. (*Brasil de Fato*, Ed. 79, 02-08/09/2004)

Na mesma edição, o *Brasil de Fato* constata, na matéria “A classe média está sumindo”, que o brasileiro empobreceu. A classe média que, em 1981, representava 43,53% da população do país, em 2002, teve participação reduzida para 36,03%. Resultado da estagnação da economia, este declínio significou que 11 milhões de pessoas migraram para classes sociais mais baixas (de menor renda), afirma o jornal. As consequências sociais da estagnação econômica são a marginalização dos operários e o desemprego dos trabalhadores com maior nível de escolaridade, de acordo com Waldir Quadros, professor da Unicamp e ex-diretor do Instituto de Economia da Universidade, entrevistado pelo jornal.

A questão do desemprego, também presente na pauta do *Brasil de Fato*, mobilizou os trabalhadores e trabalhadoras no período que estudamos. A edição de dezembro de 2003, fala do lançamento do Movimento Desemprego Zero – Por uma Política Econômica de Promoção do Pleno Emprego, que surge do reconhecimento de que o desemprego constitui o foco da crise social brasileira. O tema, que chegou a ser destaque na campanha presidencial em 2002, praticamente desapareceu da agenda, lembra o *Brasil de Fato*. “Não se fala mais na criação de 10 milhões de empregos em quatro anos.” (*Brasil de Fato*, Ed. 40, 04-10/12/2003)

A política macroeconômica do governo Lula, criticada pelo *Brasil de Fato*, é baseada, de acordo com o jornal, no tripé liberalização financeira, superávit primário e taxa de juros reais elevadíssimas, todos fatores geradores de desemprego. Os números para economia no primeiro ano de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mostram um balanço largamente negativo em quase todas as áreas, de acordo com o jornal, que indica que o desemprego encerrou o ano de 2003 à taxa de 12%, contra 10,9% em 2002.

A análise do jornal é que a economia não só não conseguiu criar empregos em número suficiente para abrigar todos os que chegam ao mercado de trabalho, como só consegue isso promovendo um aumento da informalidade, desestabilizando as relações formais de trabalho.

Tudo porque a equipe econômica decidiu dar continuidade à política de arrocho aplicada ao longo de oito anos pelo governo anterior, acolhendo-se integralmente a “cartilha” recomendada por credores internacionais e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para não descontentá-los. (*Brasil de Fato*, Ed. 44, 01-07 de janeiro de 2004)

O protesto organizado pela Central dos Movimentos Sociais, que levou 20 mil pessoas às ruas em novembro de 2004, pedindo mudanças na política econômica do governo Lula, foi uma reação importante dos movimentos sociais e ativistas de diversos setores, que pediram a saída de Henrique Meirelles da presidência do Banco Central. João Pedro Stédile, da coordenação nacional do MST, ouvido pelo *Brasil de Fato*, afirmou que o protesto “é um favor para o governo pois viemos dizer que esse modelo econômico gera desemprego e só aumenta as fileiras de sem-teto e sem-terra no país.” (*Brasil de Fato*, Ed. 92, 02-08/12/2004)

Ao contrário do que pediram os movimentos sociais, Henrique Meirelles manteve-se na presidência do Banco Central durante os dois mandatos do governo Lula e ainda houve articulação de setores do governo para dar *status* de Ministro,

tentando aprovar a autonomia do Banco Central. A medida do governo duramente criticada pelos movimentos sociais e pelo *Brasil de Fato*, que na nota “Cinismo oficial”, afirma que “é de embrulhar o estômago o discurso de algumas lideranças do PT em defesa da medida provisória casuística que dá *status* de ministro ao presidente do BC, Henrique Meirelles”. De acordo com o jornal, a “blindagem” não é para impedir ataques dos setores que praticam a especulação financeira, mas para dificultar investigação sobre os negócios escusos de Meirelles lesivos ao país.

Outro fato emblemático e alvo de críticas dos movimentos sociais foi a manutenção, como aponta a pauta do *Brasil de Fato* durante todo o período que analisamos o jornal, do *superávit* primário em níveis elevados e a garantia de pagamento da dívida externa, em detrimento de investimentos sociais. Na edição 66, a matéria intitulada “O *superávit* é cada vez maior” define como deplorável o cenário da economia no Brasil e critica as prioridades da política econômica do governo Lula:

De um lado, o governo alega que uma elevação do salário para R\$300 é impraticável, pois obrigaria a União a gastar mais R\$4 bilhões esse ano. Do outro, o ministro da Fazenda Antonio Palocci, vai à mídia comemorar um *superávit* de R\$11,9 bilhões só no mês de abril. O maior desde 1991 (*Brasil de Fato*, Ed. 66, 03-09/06/2004)

A manutenção do *superávit* e o cumprimento das metas de acordos internacionais também tiveram consequências para a política de reforma agrária no governo Lula. A matéria “Reforma agrária fica com metade do prometido”, fala do corte no Orçamento da União de R\$15,9 bilhões, para obedecer metas estabelecidas no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que previa, para o ano de 2005, *superávit* fiscal de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB). O corte atingiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que teve que reduzir de 115 para 40 mil novas famílias assentadas no ano de 2005.

No mês seguinte, o *Brasil de Fato* traz a notícia de que o Banco Central comemorou, em abril de 2005, o *superávit* de 5,02% do PIB, acima da meta de 4,25% para o ano. O jornal explica que

isso quer dizer que o governo conseguiu “economizar” recursos de programas sociais e de obras públicas para pagar com folga os juros cobrados pelos credores internacionais. É a mesma coisa que tirar o pão da boca de milhões de brasileiros para comprar caviar para meia dúzia de banqueiros. (*Brasil de Fato*, Ed. 118, 02-08/06/2005).

A política econômica do governo Lula recebeu críticas, também, do

Movimento dos Atingidos por Barragens. Giberto Cervinski, da coordenação nacional do MAB, disse que modelo econômico do governo atrapalha o desenvolvimento, “pois as estatais, que poderiam gerar energia, precisam se manter nos parâmetros do superávit primário, estabelecido pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, ficamos reféns das empresas privadas, principalmente transnacionais.” (*Brasil de Fato*, Ed. 97, 06-12/06/2005)

A concepção de crescimento econômico que guia as políticas implementadas pelo governo Lula é colocada em questão pelo teólogo Leonardo Boff e pelo jurista Fábio Konder Comparato. Há um princípio fundamental que não foi entendido pelo governo, na opinião de Comparato, o de que o desenvolvimento econômico é apoiado em uma política econômica correta. Não se luta contra a miséria por meio de políticas sociais, simplesmente, afirma o jurista, que acredita que a desigualdade social não é provocada pela falta de políticas sociais, mas por uma política econômica perversa, intrinsecamente redutora da igualdade social e cada vez mais concentradora de renda.

Na crônica “Impasses do crescimento”, Boff nota a ausência de uma visão crítica de fundo acerca dos impasses que se escondem atrás do crescimento econômico. Há que se tomar em conta que já há quatro séculos o crescimento representa a ideologia dominante em todas as sociedades ditas modernas que, para o teólogo, estruturou-se ao redor de dois pressupostos: de que os recursos da natureza e o crescimento para frente seriam ilimitados.

Esses pressupostos, citados por Boff, certamente guiaram as decisões do governo Lula como demonstra a matéria “Na balança, a destruição da natureza” que afirma que, com o comprometimento com um crescimento econômico de 5% por ano pra seu segundo mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu um alento aos desenvolvimentistas e preocupou ambientalistas.

Também insatisfeitos com a estagnação econômica provocada pelo neoliberalismo, ambientalistas e movimentos sociais veem com reservas a ideia de crescer a qualquer custo. Por sua vez, a mídia conservadora e o presidente já apontam a legislação de proteção do meio ambiente e as lutas dos povos tradicionais como entraves ao crescimento. (*Brasil de Fato*, Ed. 197, 07-13/12/2003)

O editorial que pergunta “Crescimento para quem?”, cita o manifesto dos economistas, lançado em novembro de 2004, intitulado “E nada mudou”. Para os economistas que assinam o manifesto, a adoção pelo governo Lula da mesma

política econômica adotada no segundo mandato do governo FHC – e com objetivo de manter o modelo inaugurado por Collor – demonstra que o desejo de mudança, expresso pelo povo nas eleições de 2002, foi usurpado pelo mesmo poder econômico, que quer manter a todo custo seus privilégios. O documento assinala que há convicção de que, a despeito do aprofundamento da crise social, não há sinais de reversão da atual política econômica. Ao contrário, o governo tem reafirmado que não quer mudar.

As críticas à política econômica são expressas, ainda, na principal coluna opinativa do *Brasil de Fato*. No editorial da edição 79, o jornal afirma que as grandes corporações exportadoras, as transnacionais, o capital estrangeiro e os bancos são os principais privilegiados da política econômica do governo. Apesar do povo brasileiro ter votado contra o neoliberalismo, ressalta o editorial, o governo Lula ainda não conseguiu implementar uma política econômica que representasse uma mudança, com distribuição de renda, garantia de trabalho, valorização dos salários, e universalização dos serviços públicos.

Uma charge publicada na edição 157 [Anexo IV], de março de 2006, mostra um dos símbolos do capitalismo, o banqueiro das histórias em quadrinho, Tio Patinhas, indo para o Brasil, onde, diz ele, “o lucro é muuuuito maior!!!” (*Brasil de Fato*, Ed. 157, 02-08/03/2006). Outras notícias publicadas no *Brasil de Fato* confirmam que os bancos foram um dos maiores privilegiados com a política econômica do governo Lula. Como afirma o título de uma matéria da edição 01 do jornal, “Para os bancos, o paraíso é aqui”. Segundo o *Brasil de Fato* a rentabilidade do sistema bancário brasileiro passou a ser quase o triplo da média mundial.” (*Brasil de Fato*, Ed. 01, 08/03/2003)

O ano de 2004 foi marcado, no âmbito da economia, por recorde histórico de lucro dos bancos. Analistas e as próprias instituições apontam três principais razões para repetir, em 2004, o aumento de lucros, de acordo com o *Brasil de Fato*: os ganhos com juros na concessão de créditos, o valor cobrado pelos serviços, e os títulos públicos do governo brasileiro, que pagam aos investidores juros dos mais altos do mundo, em 18,75% ao ano naquele período.

Para o Ministério da Fazenda, não se pode acusar o setor bancário porque seus lucros são altos. Elcio Tokeshi, representante do Ministério, afirmou que os bancos não fazem nada de ilegal. “Estão aproveitando uma oportunidade que o mercado brasileiro oferece. Estando a taxa de juros num patamar alto, isso também

facilita esses lucros.” (*Brasil de Fato*, Ed. 105, 03-09/03/2005)

O ano de 2005 repetiu a lucratividade e bateu mais um recorde. Juntos, os cinco bancos mais rentáveis em 2005 faturaram 18,8 bilhões de reais. Bradesco (R\$5,5bi), Itaú (5,25bi), Banco do Brasil (R\$4,15bi), Caixa Econômica Federal (R\$2,07bi) e Unibanco (R\$1,84bi) foram os responsáveis pelo maior lucro da história do sistema bancário no Brasil. O professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Reinaldo Gonçalves, fonte da matéria, indica que um dos instrumentos que o governo deveria utilizar para quebrar tal dominação seria os bancos estatais, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, que poderiam lançar mão de medidas para puxar pra baixo taxas, tarifas bancárias e o spread bancário. “Só que o governo Lula não tem coragem por causa das contribuições de campanha” (*Brasil de Fato*, Ed. 157, 02-08/03/2006), afirma Gonçalves.

Os trabalhadores, por sua vez, não tiveram o mesmo êxito, a renda sofreu queda de 1,4% em 2005. Enquanto o lucro dos cinco maiores bancos do país experimentou um salto de 52% entre os primeiros nove meses do ano de 2005 – o melhor resultado para o setor, em uma década, de acordo com o *Brasil de Fato* – o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou que o rendimento médio dos trabalhadores começou a encolher, quinto mês de virtual estagnação no mercado de trabalho nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pela instituição.

A opinião do *Brasil de Fato* é de que é impossível governar para o povo e com o povo, “sem romper com o imperialismo, as transnacionais e suas agências institucionais, como o FMI e o Banco mundial”. (*Brasil de Fato*, Ed. 14, 05-11/06/2003). Em seu discurso durante a Cúpula entre América Latina, Caribe e União Europeia, citado na edição de junho de 2004, o presidente Luiz Lula da Silva mostra concordar com esta opinião ao alertar que, mesmo com os países latino-americanos, e inclusive o Brasil, seguindo a agenda ditada pelo mercado financeiro, a miséria se agravou no hemisfério. Entretanto, o Brasil comemorou, no dia seguinte ao pronunciamento, um recorde histórico de economia de dinheiro público para pagamento da dívida (*superávit* primário). Em outro discurso, durante a reunião do G8 em Evian, na França, em que participou como convidado, Lula defendeu formação de um fundo mundial contra a fome. Durante o encontro, pelo menos cem mil pessoas participaram de protestos contra a cúpula do Império – afirma a matéria do *Brasil de Fato* – para exigir anulação da dívida externa dos países pobres e o fim dos ataques às conquistas dos trabalhadores europeus.

O jornal acredita ser equivocado pensar que investimentos estrangeiros só vêm com o aval do FMI. Os países mais fracos só conseguirão defender os interesses do seu capitalismo e de sua população, afirma o editorial da edição 40, se forem capazes de construir suas próprias estratégias comerciais, junto com políticas macroeconômicas adequadas ao seu nível de desenvolvimento, e aos seus objetivos nacionais. Entretanto, como afirma o economista Marcos Arruda, em entrevista ao *Brasil de Fato*, o Brasil está jogando dentro do contexto ideológico e doutrinário do livre comércio. Arruda afirma que o discurso dentro do marco do livre comércio se repete na Organização Mundial do Comércio (OMC), mas a OMC é o quadro menos desfavorável, ressalta.

Quando há vários grandes países na nossa frente, temos a possibilidade de jogar com as contradições existentes entre eles e tentar fazer negociações que diversifiquem nossa dependência. Em vez de colocar todos os ovos numa cesta só, a gente coloca um pouco na Europa, um pouco no Japão, nos Estados Unidos, e muito na relação Sul-Sul (*Brasil de Fato*, Ed. 44, 01-07/01/2004).

Para o economista, essa é a parte mais inovadora e avançada do governo Lula: a abertura de conversações comerciais, de diálogos, de colaboração da América Latina e entre países da África e Ásia. Uma negociação Sul-Sul tem enormes perspectivas, acredita.

Política externa

A suspensão do pagamento da dívida externa foi outra questão defendida na coluna opinativa do jornal *Brasil de Fato*. O editorial da edição 27 e uma entrevista de Celso Furtado na mesma edição defendem a moratória da dívida. Para Celso Furtado, indicado para o Prêmio Nobel de Economia, o Brasil deve se preparar para enfrentar uma moratória que poderá ser uma saída inevitável para o país voltar a crescer. No editorial, o jornal lembra que, em dezembro do ano 2003, expirava o acordo feito pelo Brasil com o FMI e cobra uma nova postura do governo:

O governo federal terá, então, uma excelente oportunidade de começar a “preparar o país” para uma outra via, que privilegie o desenvolvimento nacional, alocando recursos para a saúde, educação, infraestrutura básica e reforma agrária, mesmo que isso contrarie a vontade dos banqueiros (que exigem a manutenção do superávit primário em níveis altíssimos e a estabilidade da moeda como prioridade absoluta) (*Brasil de Fato*, Ed. 27, 04-10/09/2003).

Para enfrentar as pressões dos banqueiros, afirma o editorial do *Brasil de Fato*, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva conta com o apoio popular. “É só uma questão de vontade política.” (*Brasil de Fato*, Ed. 27, 04-10/09/2003).

O linguista estadunidense e professor do Massachusetts Institute of Technology (MIT), Noam Chomsky, também defende que para mudar o rumo do país é preciso rejeitar o sistema. “Para tanto, a primeira etapa é cancelar o pagamento da dívida externa, que não é legítima. Também é necessário fazer a distribuição de renda e propriedade, para colocar o Brasil no eixo do desenvolvimento e tirá-lo da subordinação aos imperativos das corporações.” (Ed. 44, 01-07/01/2004) Para que a ruptura com o sistema ocorra, é preciso muito apoio interno, afirma Chomsky.

O povo precisa estar pronto e disposto a entender as consequências: resistir a ataques do sistema, lutar, trabalhar para criar um novo projeto de desenvolvimento. É preciso haver cooperação internacional, e o Mercosul, se consolidado, pode ser uma importante ferramenta. Finalmente, são necessários movimentos de solidariedade dentro dos Estados Unidos e de outros países ricos para impedir seus governos de realizarem intervenções militares (Ed. 44, 01-07/01/2004).

Há resistência em tratar o tema da dívida, de acordo com o historiador e cientista político, Eric Toussaint, que afirma que o governo não quer levantar a questão da dívida porque interessa à burguesia brasileira a continuidade do pagamento. “E Lula não quer entrar em contradição com a burguesia e tampouco com o FMI ou com o Banco Mundial”. (*Brasil de Fato*, Ed. 92, 06-12/2005) A segunda questão destacada pelo historiador é que os movimentos sociais na América Latina, em geral, não relacionam diretamente os impactos do pagamento da dívida com a falta de recursos para gastos sociais. “É um erro. Se não existe dinheiro para a reforma agrária ou para a educação, isso tem a ver com o pagamento da dívida” (*Brasil de Fato*, Ed. 92, 06-12/2005)

A decisão de suspender o pagamento da dívida não pode, entretanto, ser uma posição isolada, é o que afirma Eric Toussaint, presidente do Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo, em entrevista ao *Brasil de Fato*. Toussaint cita a proposta da Venezuela de criar uma articulação de países endividados que, segundo o presidente venezuelano, Hugo Chávez, é um “fórum de devedores para dizer ao FMI e a todos credores que vamos pagar a dívida, mas não podemos mais pagá-la como estamos fazendo a 20 anos.” (*Brasil de Fato*, Ed. 53, 04-10/03.2004)

O historiador lembra que a proposta de Chávez é de que, no lugar de pagar

os credores, se invista os recursos em saúde e educação, com a criação de um fundo humanitário internacional, em lugar do FMI. No entanto, a Venezuela não interrompeu o pagamento da dívida externa, afirma.

A diferença é que parte dos recursos do petróleo são destinados aos programas sociais. É o único governo no mundo, falando do mundo capitalista, que se apoia sobre as mobilizações do povo e que realmente utiliza grande parte dos seus ingressos fiscais para melhorar as condições de vida da população. Isso é extraordinário. Por não ter uma situação igual à da Argentina ou à do Brasil, a Venezuela não vai decretar de maneira isolada o não pagamento da dívida. A decisão não pode ser tomada sozinha. Sempre se menciona represálias, mas quais seriam? Os Estados Unidos não vão invadir o Brasil porque deixou de pagar a dívida externa (*Brasil de Fato*, Ed.97, 06-12/06/2005).

A ideia da Venezuela é, segundo o *Brasil de Fato*, estender para o hemisfério a lógica da revolução bolivariana e seu modelo de integração, baseado na cooperação mútua entre os países e no desenvolvimento dos povos a partir do fortalecimento dos Estados. A Venezuela sugeriu aos países da Organização dos Estados Americanos, a criação de estratégias e ações com o objetivo de reduzir os índices de pobreza, desigualdade e exclusão social. Na ocasião da 35ª Assembleia Geral da OEA, a posição da Venezuela apoiada pela maioria dos países – incluindo Brasil – prevaleceu sobre a proposta estadunidense de criar um mecanismo de intervenção, caso fosse avaliado pelos países membros descumprimento às regras da organização.

O bolivarianismo não tem, na opinião de Emir Sader, abrangência suficiente para ser uma proposta articuladora das forças de esquerda e antiimperialistas no conjunto da América Latina. Para Sader, a esquerda latinoamericana deveria concentrar forças na construção da integração continental.

Deve ver como ela pode se dar a partir da reorganização, aprofundamento e extensão do Mercosul, que pode ser o espaço de afirmação dos projetos de justiça social, soberania nacional, democracia política, de caráter antiimperialista e por um mundo multipolar” (*Brasil de Fato*, Ed. 44, 01-07/01/2004).

A política externa do governo Lula é também denominada de pirotécnica pelo jornal. “Esses pirotécnicos, que conduzem parte da política externa de Lula, são responsáveis pelas quatro dezenas de viagens de Lula ao exterior, com resultados pífios do ponto de vista da inserção ativa do país no cenário internacional.” (*Brasil de Fato*, Ed. 66, 03-09/06/2004) Na opinião do jornal, essas viagens tem benefícios altamente questionáveis e se restringem a somente dois aspectos: “1. a chamada

diplomacia de projeção pessoal do Excelentíssimo Senhor Presidente da República; e 2. na política interna, como manobra diversionista pelos resultados negativos da gestão econômica e da política social.” (*Brasil de Fato*, Ed. 66, 03-09/06/2004)

São destacados, ainda, aspectos contraditórios da política externa do governo Lula. Em entrevista ao *Brasil de Fato*, Fábio Konder Comparato aponta a política externa como “praticamente a única coisa que se salva nesse governo” (*Brasil de Fato*, Ed. 44, 01-07/01/2004) Mas, ao mesmo tempo, identifica uma contradição evidente no governo brasileiro: “Ao mesmo tempo em que lidera movimentos de libertação da periferia do mundo capitalista, das injunções que vem do centro do sistema, se conforma aplicadamente com todas as obrigações que são impostas ao país pelo Fundo Monetário Internacional.” (*Brasil de Fato*, Ed. 44, 01-07/01/2004)

O editorial da edição 105, de março de 2005, observa as contradições da política externa de Lula que, de acordo com o jornal, “é errática, não há dúvidas, e aí está a indefensável intervenção do Haiti para comprovar, numa linha completamente antagônica ao acordo firmado com a Venezuela.” (*Brasil de Fato*, Ed. 105, 03-09/03/2005) O acordo a que o texto se refere é a aliança estratégica do Brasil com a Venezuela que incluiu a compra de aviões militares e de armamentos junto à indústria nacional, além da participação de Cuba, retirando-a do isolamento.

Outro texto da edição 118, de junho de 2005, aponta justamente para a pressão e mobilização da sociedade em solidariedade à Cuba. Organizações de solidariedade ao país caribenho definiram, num encontro em São Paulo, por cobrar do governo brasileiro uma mudança de estratégia em relação à situação do país na Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU). Nos anos de 2004 e 2005, o Brasil se absteve na votação do pedido de condenação da ilha feito pelos Estados Unidos.

A intervenção no Haiti, a qual o jornal se refere no editorial citado acima, é pauta de outras seis edições do *Brasil de Fato*. A Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), liderada pelo Brasil, que enviou 1,2 milhões de homens ao Haiti, ao custo de R\$150milhões está relacionada, segundo o jornal, à necessidade de aumentar a participação do Brasil no cenário internacional. “O assento permanente no Conselho de Segurança da ONU exige um posicionamento político claro, exige apoiar as ações das Nações Unidas. É isso que é o envio de tropas.” (*Brasil de Fato*, Ed. 66, 03-09/06/2004), é o que afirma Tarciso Dal Maso Jardim, jurista, consultor do Senado, em entrevista ao *Brasil de Fato*.

Um iniciativa do governo brasileiro no Haiti, noticiada no *Brasil de Fato*, foi a tentativa de articulação de um partido político no país ocupado, via Partido dos Trabalhadores. Segundo o jornal, o presidente e o secretário de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores (PT), José Genuíno e Paulo Ferreira, participaram de encontros regulares com políticos do Haiti para articular uma agremiação, dita de esquerda, no país.

A articulação foi criticada por Markus Sokol, do Diretório Nacional do PT, e pela direção nacional do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Sokol participa de um movimento de oposição à intervenção militar no Haiti, iniciada em maio, e acompanha as discussões no partido sobre a situação do país. Estranhando muito desconhecer a informação, explicou: “A iniciativa teria que ter passado pelo Diretório, mas não passou. Nunca houve uma discussão sobre esse assunto” (*Brasil de Fato*, Ed.92, 02-08/12/2004).

Valério Arcary, do PSTU, partido que se opõe à ocupação do Haiti e faz oposição ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ironizou o uso do termo “esquerda” para definir o partido que PT está ajudando a criar no Haiti e afirmou que a criação de um partido de esquerda depende de mobilização popular, o que não está ocorrendo no Haiti.

Markus Sokol é, também, um dos organizadores do abaixo-assinado endereçado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, exigindo o retorno das tropas brasileiras que estão no Haiti. Para o petista, a ocupação do Haiti vai contra o direito dos povos de se autogovernarem. “Atendendo a um pedido dos Estados Unidos, país que ajudou a depor o presidente haitiano, o governo brasileiro está indo contra o que o levou a ser eleito: o respeito aos valores democráticos.” (*Brasil de Fato*, Ed. 92, 02-08/12/2004)

Em novembro de 2005, um grupo de organizações e de ativistas estadunidenses encaminharam à Organização dos Estados Americanos uma acusação de que a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), liderada pelo Brasil participou de massacres de civis no Haiti. O Itamaraty negou a acusação e afirmou em nota à imprensa que:

A petição em causa sugere que 'há um modelo sistemático de assassinatos extra-judiciais e massacres em Porto Príncipe, perpetrados pela Polícia Nacional Haitiana e as forças da Minustah sob o comando brasileiro'. Sem prejuízo do exame de acusações específicas, claramente definidas, o governo brasileiro rejeita essa afirmação genérica e assinala que houve, na verdade, uma diminuição sistemática e consistente de assassinatos e massacres e uma melhoria constante do ambiente de segurança geral no

Haiti, graças à presença e atuação das forças da ONU (*Brasil de Fato*, Ed. 01-07/12/2005).

De acordo com o jornal, “o Brasil está envolvido até o pescoço no caos, por obra e graça de uma decisão desastrosa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de enviar tropas ao Haiti.” (*Brasil de Fato*, Ed. 01-07/12/2005) O objetivo de Lula e a estratégia formulada pelo Itamaraty era, lembra o jornal, “mostrar serviço” para, em troca, obter uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Outra ação imperialista do governo Lula na América Latina levou a protestos da Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (Coanie) e outras organizações sociais, que contestaram a licença dada pelo governo do Equador à Petrobras, para que explore petróleo no Parque Nacional Yasuní, na Amazônia Equatoriana, declarado uma das maiores reservas mundiais. Segundo a matéria do *Brasil de Fato*, o assessor do presidente Lula para assuntos internacionais, Marco Aurélio Garcia, respondeu aos líderes indígenas que é preciso fortalecer a unidade dos pobres da América Latina e pensar como fortalecer o Mercosul. “Porém, pelos acordos assinados entre Lula e o presidente Lúcio Gutiérrez, os “sócios do Brasil” para avançar seus planos econômicos não são os povos, mas sim os governos e as empresas.” (*Brasil de Fato*, Ed. 79, 02-08/09/2004) , ressalta o jornal.

Embora o governo defenda a integração sulamericana sem a tutela dos Estados Unidos, a matéria lembra que, dias antes, no Chile, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva havia afirmado que o presidente George W. Bush “é um companheiro indispensável para o Brasil e para a América do Sul.” (*Brasil de Fato*, Ed. 79, 02-08/09/2004)

Duas outras edições trazem notícias sobre a relação do Brasil com os Estados Unidos em que o Brasil adota posições contrárias aos interesses estadunidenses. A primeira pauta envolvendo a questão da propriedade intelectual, traz a informação de que o Brasil lidera um grupo de países em desenvolvimento, numa luta contra os Estados Unidos, pelo compartilhamento do conhecimento. “Queremos mostrar que criar condições para todos, não apenas para os desenvolvidos, é o melhor caminho para a democracia, a estabilidade entre os países e as relações entre os povos”, é o que afirma Sérgio Amadeu, presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), autarquia vinculada à Casa Civil da Presidência da República, na matéria do *Brasil de Fato*.

A outra questão refere-se à decisão do governo Lula de suspender a votação, na Câmara dos Deputados, do acordo que permitiria o uso da Base de Alcântara pelos Estados Unidos. Essa decisão, como ressalta o *Brasil de Fato*, foi resultado de uma grande mobilização em nível nacional e continental, por meio da Campanha contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e da resistência das comunidades remanescentes de quilombos em Alcântara. Em 2002, o plebiscito popular sobre a Alca incluiu uma pergunta sobre o controle da base de Alcântara pelos Estados Unidos, rejeitado por mais de dez milhões de votantes.

Área de Livre Comércio das Américas - ALCA

Sobre a Alca, o jornal *Brasil de Fato*, afirma já em um dos primeiros editoriais, na edição de março de 2003, que o presidente Lula tem uma gravíssima responsabilidade: “sem o Brasil, não haverá Alca; com a Alca, como diz o professor Celso Furtado, não haverá Brasil.” (*Brasil de Fato*, Ed. 01, 08 de março de 2003). O jornal defende que o governo deveria convocar uma consulta popular para conhecer a opinião dos brasileiros. Dez milhões já votaram contra a Alca, no processo conduzido pelos movimentos sociais em setembro de 2002. Ignorar essa demonstração democrática é fazer o jogo do império, afirma o jornal.

Se o governo Lula quer merecer a esperança nele depositada pela nação, deve deixar que o povo decida, mediante a convocação de um plebiscito oficial sobre a Alca, e fugir dos acordos espúrios, selados no silêncio dos gabinetes, protegidos da vigilância popular – prática preferida da burocracia estatal. Aceitar a Alca significaria curvar-se à total subordinação de nossa economia, à recolonização da política e da cultura, como afirmou o próprio presidente na campanha (*Brasil de Fato*, Ed. 01, 08 de março de 2003).

A Alca foi também tema do Grito dos Excluídos do ano de 2003, como noticiado no *Brasil de Fato*. O Grito promoveu uma campanha contra a implantação da Alca.: “Em defesa da nossa soberania, vacine-se contra a Alca!” “O destino do país não pode ser entregue a mãos estranhas, guiadas por ambições de exploração e de submissão do Brasil a interesses hegemônicos de impérios que pretendem se impor pela ameaça da força e pelos ardis do mercantilismo.” (*Brasil de Fato*, Ed. 27, 04-10/09/2003)

Esta é também a opinião de Plínio Arruda Sampaio, que afirmou num artigo para o jornal *Brasil de Fato*, que a Alca foi pensada para vencer quaisquer

resistências à penetração dos capitais estadunidenses nos países da América do Sul. “Cabe, pois, reiterar: obviamente a Alca não interessa aos latinoamericanos.” (*Brasil de Fato*, Ed. 14, 05-11/06/2003)

Apoios à política externa do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aparecem principalmente no que se refere às estratégias de integração Sul-Sul. O senador Eduardo Suplicy é um dos simpatizantes desta condução:

Quero aqui expressar o meu apoio às diretrizes expressas pelo ministro Amorim, bem como pela maneira como o presidente Lula vem conduzindo a política externa brasileira, especialmente ao coordenar os esforços dos presidentes dos países da América do Sul visando fortalecer a nossa integração (*Brasil de Fato*, Ed. 14, 05-11/06/2003).

O economista Marcos Arruda, educador do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul, concorda com o êxito da estratégia brasileira de investir na relação Sul-Sul. “Essa é a parte mais inovadora e avançada do governo Lula. O que ocorreu de melhor foi a abertura de conversações comerciais, de diálogos, de colaboração da América Latina e entre países da África e Ásia.” (Ed. 44, 01-07/01/2004)

Transgênicos

Os debates e decisões em torno da liberação dos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) foram acompanhados pelo *Brasil de Fato*, que criticou as ações do governo e as decisões da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), pautando-se pelo programa de governo sobre o qual se elegeu Lula que, afirma o jornal, “defende claramente a realização de estudos sobre impactos ambiental, toxicológico e socioeconômico do cultivo consumo de alimentos geneticamente modificados” (*Brasil de Fato*, Ed. 0, 25/01/2003). O programa, como aponta o *Brasil de Fato*, propõe também ações de controle, fiscalização e repressão a plantios clandestinos e ilegais no país, além da reavaliação da composição e funções do Conselho da CTNBio, a quem compete analisar os pedidos de liberação de alimentos transgênicos.

Episódios envolvendo a liberação de milho transgênico, importado da Argentina e dos Estados Unidos; da safra de soja contaminada no Rio Grande do Sul e do algodão transgênico plantado ilegalmente são avaliados pelo *Brasil de Fato* como resultantes da pressão dos ruralistas e das empresas de biotecnologia sobre o

governo que, de acordo com o jornal, está dividido internamente quando o assunto são os OGMs.

O governo divide-se entre a defesa do princípio científico “de precaução”, que exige pesquisas que atestem os riscos de um produto novo, antes que este chegue ao mercado, previsto no programa de governo do ex-candidato Lula e defendido pelos Ministros do Meio Ambiente, Marina Silva, do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, e da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral. Do outro lado, estão os ministros Luis Furlan, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Roberto Rodrigues, da Agricultura, ex-presidente da Associação Brasileira de Agrobusiness.

Para o *Brasil de Fato*, existe uma disputa entre dois modelos:

Um, defendido pelo agronegócio e pelos empresários da biotecnologia. Outro, pelos que reivindicam melhor distribuição de renda, reforma agrária, prioridade à produção de alimentos, soberania alimentar, meio ambiente equilibrado – aqui estão todas as forças progressistas do país, incluindo os movimentos do campo, ambientalistas, entidades de defesa do consumidor (*Brasil de Fato*, Ed. 79, 02-08/09/2004, p. 13).

A avaliação é compartilhada por setores do próprio governo. O gerente de recursos genéticos da Secretaria de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente, Rubens Nordari, afirma não haver uma política nacional de biossegurança, critica a falta de apoio financeiro à realização de pesquisas independentes e destaca o êxito da pressão dos ruralistas e do agronegócio:

A bancada ruralista se fortaleceu muito nos últimos tempos em função de duas grandes safras que aumentaram o poder do agronegócio e elegeram deputados. Além disso, com o dinheiro que essas empresas do agronegócio ganham, tornam-se mais robustas e tentam sensibilizar o governo, a sociedade, e os órgãos de comunicação, que estão visivelmente comprados. É uma campanha muito bem orquestrada. E, hoje, por exemplo, as empresas criaram organizações não-governamentais que estão fazendo propaganda das empresas de biotecnologia. É uma operação bastante agressiva que ocorre em todos os níveis de governo, sociedade, produtores, no Congresso Nacional. Eles estão bem organizados e com muito dinheiro (*Brasil de Fato*, Ed. 97, 06-12/01/2005, p. 04).

Em setembro de 2006, num artigo para o *Brasil de Fato*, Eduardo Galeano, lamenta o fato do governo ter empreendido “uma dessas piruetas que pouco favor fazem a democracia, e disse sim à soja transgênica, embora seu partido tenha dito não durante toda a campanha eleitoral” (*Brasil de Fato*, 07 a 13/09/2006, p. 02). A liberação aconteceu, na verdade, já no primeiro ano de governo, como afirma a edição de janeiro de 2004: “Dia 16 de dezembro, o presidente Lula sancionou a lei [convertida da MP 131] que autoriza o cultivo da soja transgênica para este ano”

(*Brasil de Fato*, Ed. 44, 01-07/01/2004).

Meio ambiente

O jornal trata, ainda, da postura do governo frente às questões ambientais. Quando anunciou o compromisso com um crescimento econômico de 5% ao ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu um alento aos desenvolvimentistas e preocupou ambientalistas. Mesmo demonstrando insatisfação com a estagnação econômica provocada pelo neoliberalismo, ambientalistas e movimentos sociais veem com reservas a ideia de crescer a qualquer custo, afirma o jornal. Outra preocupação é com o ataque da mídia conservadora que aponta a legislação de proteção do meio ambiente e as lutas dos povos tradicionais como entraves ao crescimento.

O discurso do presidente Lula com críticas a ambientalistas, índios e quilombolas, dizendo que travam o desenvolvimento, serviu de senha para a direita bater pesado nos setores mais empenhados na defesa do meio ambiente. Tanto é que o conservador jornal *O Estado de São Paulo* publicou um editorial chamando-os de “ecoxiitas” e “ecofundamentalistas”, só para tentar desqualificá-los (*Brasil de Fato*, Ed. 197, 07-13/12/2006).

Identificamos, no período analisado, a referência a apenas uma decisão que favorece a pauta dos movimentos sociais no que se refere ao meio ambiente. A decisão que tirou do ar a campanha “Monsanto – Se você já pensou num mundo melhor, você já pensou em transgênicos”. O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) considerou que a campanha transmitia afirmações de cunho científico passíveis de dúvidas e que não constituíam, conforme queria a Monsanto, a opinião unânime da comunidade científica, da sociedade civil e dos próprios órgãos governamentais.

Habitação

A política de habitação do governo aparece numa matéria sobre o Programa de Crédito Solidário (PCS) do Ministério das Cidades. Como destaca o título “Poucos recursos para baixa renda”, com o recurso de apenas R\$400 milhões, das

quase 3 mil propostas recebidas, apenas 684 serão executadas, assim o programa só atende um quinto dos projetos recebidos. Na mesma edição, o jornal afirma que o orçamento do governo para o setor não passa de promessa:

Na prática, contudo, até agosto, dos recursos da ordem de R\$ 5 bilhões do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) que se destinariam à habitação, foram de fato aplicados 33%, ou R\$1,65 bilhão, de acordo com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). (...) O levantamento da CBIC, apresentado em reunião do Conselho Curador do FGTS, também mostra que o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), principal projeto para a população de baixa renda, não recebeu um tostão. O programa contaria com R\$1 bilhão do FGTS (*Brasil de Fato*, Ed. 79, 02-08/09/2004, p. 06).

Mesmo com os recursos reduzidos, o projeto de crédito solidário para habitação é saudado pela União dos Movimentos por Moradia (UMM) como uma iniciativa importante por trabalhar com famílias organizadas em associações ou cooperativas. O coordenador da UMM, Donizete de Oliveira Fernandes, afirma que “essa é uma reivindicação que os movimentos populares fazem desde 1991. A diferença é que vamos poder centralizar os recursos nas cooperativas e construir as moradias em sistema de mutirão e auto-gestão” (*Brasil de Fato*, Ed. 79, 02 a 08 de setembro de 2004, p. 06). A reivindicação dos movimentos de moradia é que o governo libere terrenos e imóveis desocupados pertencentes à União. De acordo com Fernandes, o governo Lula se comprometeu a ceder terrenos e prédios públicos desocupados, mas isso não se concretizou ainda.

Educação

A política educacional do governo é analisada na entrevista de Roberto Leher – Doutor em Educação, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior (Andes) 2000-2002. Na avaliação de Leher, no primeiro ano do governo Lula, não houve um avanço no sentido de fortalecer o ensino público. O professor critica a proposta do governo de cobrar contribuições de ex-alunos de universidades públicas. Isso implicaria mudar o artigo 206 da Constituição Federal, que assegura ensino gratuito nos estabelecimentos públicos, afirma.

A proposta de privatização do ensino público também divide ministros. Na edição 40, de dezembro de 2003, o *Brasil de Fato* ressaltava as divergências:

De um lado, o Ministro da Fazenda afirma que os investimentos de cunho social nas instituições de ensino superior são malfeitos e desnecessários. Do outro, o Ministério da Educação considera um equívoco do governo a tentativa de mudar o financiamento (*Brasil de Fato*, Ed. 40, 04-10/12/2003).

Ainda de acordo com Roberto Leher, o governo brasileiro convocou o Banco Mundial para co-patrocinar a Reforma Universitária.

Um dos dogmas do Banco Mundial é que América Latina, África e sul da Ásia não podem ter universidades baseadas no que eles chamam pejorativamente de “modelo europeu”, isto é, uma universidade gratuita que produz conhecimento. Para os técnicos do banco, os países periféricos não vão mais ter espaço na economia mundial competindo com produtos de alto valor agregado, ou seja, produtos com alto índice de conhecimento incorporado. (...) Esse é o pensamento do Banco Mundial, parceiro do governo Lula para fazer nossa reforma universitária (*Brasil de Fato*, Ed. 44, 01-07/01/2004).

Reformas tributária e previdenciária

O envolvimento do Banco Mundial com outras reformas do governo Lula são citadas pelo jornal *Brasil de Fato*. O artigo de Maria Lucia Fattorelli Carneiro, vice-presidente da Unafisco Sindical e coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, sobre a Medida Provisória 258-2005 – que centraliza em um único órgão, toda a administração tributária do país por meio da fusão da Secretaria da Receita Federal (SRF) com a Secretaria da Receita Previdenciária (SRP) – ressalta que a medida, que concentra toda a arrecadação tributária e previdenciária sob o domínio do Ministério da Fazenda, coincide com o surgimento das propostas de aumento do *superavit* primário para 5% do PIB. “Parece evidente o risco de utilização dos recursos da Previdência para o cumprimento dessas políticas econômicas suicidas!” (*Brasil de Fato*, Ed. 131, 01-07/12/2005)

O artigo cita, também, o empréstimo do Banco Mundial de 658,3 milhões de dólares ao Brasil, para apoiar as reformas previdenciárias em implementação pelo governo. O documento-programa deste empréstimo (disponível no site do Banco Mundial) afirma expressamente:

Este esforço está sendo feito a partir do reconhecimento de que as reformas do Regime Geral de Previdência Social e do Regime Próprio de Previdência dos Servidores envolverão reduções nos benefícios, e que os trabalhadores devem ter o acesso a sólidos esquemas de aposentadoria complementar (*Brasil de Fato*, Ed. 131, 01-07/12/2005).

Água e saneamento

Outra instituição com grande poder de interferência sobre as políticas do governo brasileiro, como demonstra o *Brasil de Fato*, é o Fundo Monetário Internacional (FMI). A matéria “FGTS financia transnacionais da água” denuncia que um acordo com FMI obriga o país a abrir mercado de saneamento a grupos estrangeiros do setor de engenharia e veta liberação de recursos para empresas públicas.

Um acordo firmado no governo Fernando Henrique Cardoso e ratificado pelo governo Lula, obriga o Brasil a abrir licitação internacional para realizar obras de saneamento com recursos do FGTS.

Numa palavra, obriga a destinar o dinheiro compulsoriamente poupado pelos trabalhadores para fazer frente a períodos de desemprego, doenças e aposentadoria, e utilizado pelo governo para financiar investimentos em habitação e saneamento básico, aos grandes grupos que dominam o mercado mundial da água (*Brasil de Fato*, Ed. 27, 04-10/09/2003).

A fala do secretário Nacional de Saneamento Ambiental, Abelardo de Oliveira Filho, na matéria, indica que a solução que expõe o Brasil ao risco de contratar serviços de engenharia de transnacionais em área na qual as empresas brasileiras tem competência e excelência reconhecidas internacionalmente, não é o ideal. O mais grave, afirma o jornal, é que não falta dinheiro para o setor, ao contrário do mito construído para justificar a privatização e a entrada de grupos estrangeiros. “O problema não é a falta de recursos, mas a cláusula do acordo com o FMI que impede as empresas públicas (estaduais e municipais) de fazer investimentos” (*Brasil de Fato*, Ed. 27, 04-10/09/2003).

A política energética, por outro lado, é lembrada como anti-privatista pelo *Brasil de Fato*, que diz que, na tentativa de remediar estragos causados por privatizações equivocadas, “o governo busca uma regulamentação severa do setor hidroelétrico, sob a atenta e inteligente coordenação da ministra Dilma Rousseff.” (*Brasil de Fato*, Ed.79, 02-08/09/2004)

No editorial da edição 105, “Auditoria das privatizações”, critica o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ter “anistiado antecipadamente a privatária tucana, esquecendo toda a oposição que fizera contra o desmonte do Estado, que transferiu 75% da economia brasileira para a propriedade de não-residentes” (*Brasil*

de *Fato*, Ed. 105, 03-09/03/2005). Segundo o jornal, Lula e FHC acertaram, em 2002, que não haveria ataques entre eles.

Questões indígena e quilombola

A questão indígena é outro tema que se destaca na cobertura do jornal. A questão fundiária é apontada como uma das principais causas da violência contra os povos indígenas que resultou na morte de 287 índios, entre 1995 e 2005, como demonstra um relatório sobre violência divulgado pelo *Brasil de Fato* na edição de junho de 2006. De acordo com o vice presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Saulo Feitosa, “Quanto menos se demarca terras, mais casos de violência são registrados” (*Brasil de Fato*, Ed. 170, 01-07/06/2006).

O caso denunciado pelo povo Xucuru é ilustrativo da situação. O cacique xucuru, Marcos Luídson de Araújo, sofreu um atentado em que morreram dois de seus companheiros. Segundo informações do *Brasil de Fato*, dos 27.500 hectares do território demarcado e homologado, apenas 30% encontram-se em posse do povo xucuru. O restante ainda está nas mãos de 281 fazendeiros e posseiros. Para o Cimi, “a ausência da ação do Estado resultou em duas mortes anunciadas com meses de antecedência pela Organização dos Estados Americanos (OEA), que havia encaminhado ao próprio Governo Federal pedido de proteção policial ao cacique Marcos” (*Brasil de Fato*, Ed. 01, 08/03/2003). A matéria informa, ainda, que além do cacique, há outras 24 lideranças xucuru ameaçadas de morte, sendo que seis foram assassinadas nos últimos dez anos.

Outros dois textos sobre retomadas dos povos Terena e Maxacali aparecem em nosso período de análise. No território dos Terena, os cerca de 5 mil indígenas vivem em 2.600 hectares, apesar de estudo antropológico ter identificado 36.288 hectares como terra indígena. Os Maxacali também pedem regularização da área indígena que foi transformada em pasto quando ocupada por fazendas, após a expulsão dos indígenas de seu território, na década de 1950. Os indígenas reivindicam da Fundação Nacional do Índio (Funai) a regularização da área: “Cansamos de esperar pela Funai. Já fizemos muitos documentos, mas nada aconteceu. Não vamos esperar mais, pois estão acabando com nossa mata”, afirma uma das lideranças indígena (*Brasil de Fato*, Ed. 131, 01-07/09/2005).

A questão indígena é analisada, ainda, nos textos sobre os Relatórios de Direitos Humanos no Brasil, elaborados pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. De acordo com o relatório de 2003, o número de assassinatos de lideranças indígenas bateu recorde nos últimos dez meses. Foram 22 casos, de janeiro a outubro. O relatório critica a falta de vontade política do governo em homologar as terras indígenas e de completar o processo de demarcação de suas terras. O relatório do ano seguinte, aponta, de acordo com o *Brasil de Fato*, que a dívida com os povos indígenas permanece. “Além dos casos de violência contra os povos indígenas – o secretariado nacional do Conselho Indigenista Missionário teve conhecimento da ocorrência de 16 assassinatos de indígenas em 2004” (*Brasil de Fato*, Ed. 92, 02-08/12/2004).

A homologação do território indígena Raposa Serra do Sol é tratada na edição 118, destacando projetos que ameaçam a homologação. Os deputados Francisco Rodrigues (PFL-RR) e Luciano Castro (PL-RR) reclamam da “exorbitância do poder regulamentar” e da existência de “colossais vazios ou enclaves territoriais por eles não ocupados, entre uns e outros aldeamentos” (*Brasil de Fato*, Ed. 118, 02-08/06/2005). Os indígenas refutam os argumentos dos parlamentares sustentando que toda a extensão da terra indígena Raposa Serra do Sol é ocupada por retiros onde a produção está se expandindo.

A pauta dos quilombolas é tratada na edição 79 numa matéria que se refere ao Programa Brasil Quilombo lançado em março de 2004 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com o *Brasil de Fato*, o governo elegeu como uma de suas prioridades sociais a resolução dos problemas da população quilombola, com o objetivo de garantir boas condições de vida às famílias, respeitando suas diferenças culturais. Para a Coordenação Nacional das Comunidades de Quilombos (Conaq), o programa atende velhas reivindicações da população e estabelece o debate com os movimentos sociais: “Lula abriu o debate. Pudemos expor nossas demandas, discutir soluções e trabalhar propostas em conjunto”. (*Brasil de Fato*, Ed. 79, 02-08/09/2004).

Por outro lado, a Conaq considera que o governo “está tímido” em relação às políticas sociais, especialmente para as comunidades remanescentes de quilombolas. As melhorias atendem, de acordo com a Coordenação das Comunidades de Quilombos, apenas quatro das 743 comunidades quilombolas reconhecidas. Para integrante da Conaq, muitos projetos do governo não tem a

preocupação de tornar as comunidades auto-sustentáveis: “Facilitar a venda das frutas que são produzidas nas áreas, como as bananas, seria um modo de ajudar as pessoas a ter independência” (*Brasil de Fato*, Ed. 79, 02-08/09/2004).

A atuação da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) também é criticada pela Associação Ocaratê que realiza trabalhos voluntários com as comunidades remanescentes de quilombos: “A longo prazo, percebemos que as ações da Funasa não são efetivas por motivos práticos, como falta de manutenção das obras e de equipes nas áreas, e por motivos mais fundamentais, como falta de participação dos quilombolas na elaboração dessa política” (*Brasil de Fato*, Ed. 79, 02-08/09/2004).

Direitos Humanos

No tema dos Direitos Humanos, o *Brasil de Fato* ressaltou, em nosso período de análise, as políticas de governo direcionadas à garantia de direitos e deu destaque aos relatórios da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e Relatório da Anistia.

Na reportagem sobre o Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, o jornal destaca, entre as medidas do plano, a tipificação do trabalho escravo como crime hediondo e a expropriação de terras de escravistas. O plano foi elaborado com o apoio de entidades como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). De acordo com o jornal,

Entre janeiro e fevereiro, o Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho resgatou 827 trabalhadores escravos, em Estados como o Pará, Mato Grosso, Maranhão e Goiás – no ano passado, até a primeira quinzena de março, foram libertadas 372 pessoas. Foram nove ações, uma feita com o objetivo de rastrear as condições de trabalho e duas que ainda estão em andamento, e R\$ 733.576,09 pagos em multas por fazendeiros. Segundo a CPT, em 2002 foram libertados 5.665 escravos. Esse número representa um aumento de mais de dez vezes em relação aos dados de 2000, quando o número de pessoas descobertas em regime de escravidão era de 465, de acordo com a CPT (*Brasil de Fato*, Ed. 01, 08/03/2003, p. 07).

O programa “Brasil sem Homofobia” - projeto da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) é outra iniciativa do governo citada pelo jornal. O programa tem como objetivo, de acordo com o *Brasil de Fato*, modificar o tratamento discriminatório ainda muito comum enfrentado pelos integrantes das comunidades de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros (GLBT).

O *Brasil de Fato* divulgou, ainda, os Relatórios sobre Direitos Humanos no Brasil elaborados pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, que desde 2000 acompanha a situação dos direitos humanos no Brasil, fruto do trabalho de 25 entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a Marcha das Mulheres e a Campanha Jubileu Sul.

Em 2003, a Rede divulgou um levantamento que mapeou as principais violações aos direitos humanos no Brasil durante os primeiros nove meses de atuação do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O relatório concluiu, de acordo com o *Brasil de Fato*, que as pessoas pobres e excluídas são as principais vítimas da diretriz econômica do governo, que continua na direção das políticas implementadas nas duas últimas décadas, priorizando o capital especulativo em detrimento de investimentos produtivos e acatando as demandas do Fundo Monetário Internacional.

Para uma das diretoras da Rede Social, Maria Luiza Mendonça, enquanto não houver uma mudança real nos rumos da economia “que é o que os eleitores do Lula esperavam”, a situação dos direitos humanos não vai mudar. “Somente políticas compensatórias não serão suficientes para resolver os enormes desafios existentes em relação aos direitos humanos” (*Brasil de Fato*, Ed. 40, 04-10/12/2003, p. 07).

Outro Relatório Direitos Humanos no Brasil, divulgado em dezembro de 2004, constata que as violações aos direitos humanos no país continuaram. De acordo com os dados da matéria, em 2004, apenas 5.440 famílias de acampamentos do MST tinham sido assentadas desde o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. São divulgados, ainda, dados da Ouvidoria Agrária Nacional que indicam que, de janeiro a agosto de 2004, o número de ocupações de terra aumentou 47% em relação ao mesmo período do ano passado, chegando a 271. O jornal critica o governo por ter rejeitado a proposta de desapropriar 36 milhões de hectares, a fim de distribuir terra para 1 milhão de famílias, a um custo de R\$24 bilhões, alegando que não havia verba suficiente e diminuiu a meta para 400mil famílias. “Entretanto, o Ministério da Fazenda aumentou a meta do superávit primário com o FMI para além de R\$59,6 bilhões”, afirma a matéria do *Brasil de Fato* (Ed. 92, 02-08/12/2004).

Ainda segundo o relatório, a Comissão Mundial de Barragens (World Commission On Damns – WCD/2000) estimou que 1 milhão de pessoas foram expulsas de suas terras devido à construção de barragens no Brasil. O Movimento

dos Atingidos por Barragens no Brasil mostra, também, que a cada 100 famílias deslocadas, 70 não recebem nenhum tipo de indenização.

Mais violações aos direitos humanos, envolvendo o Movimento dos Atingidos por Barragens, são relatados na matéria “Relatora da ONU visita Campos Novos”. Segundo relatório elaborado pelo MAB e entregue a Hina Jilani, relatora da Organização das Nações Unidas para Defensores de Direitos Humanos, 107 militantes do MAB respondem processos na Justiça, na Bacia do Rio Uruguai, onde acontecem os conflitos por conta da Usina Hidrelétrica de Campos Novos.

No relatório entregue à ONU, militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento Sem Terra (MST) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) denunciam que, ao criminalizar os defensores dos direitos das populações atingidas por barragens, o Estado e as empresas construtoras pretendem, na verdade, atingir o MAB. A organização do MAB é tratada como subversiva à ordem estabelecida e um risco à sustentação do modelo energético como ele está constituído hoje.

A relatora da ONU, Hina Jilane, constatou em sua visita que, apesar da Constituição Federal estar bem fundamentada, quando se refere aos direitos humanos, as mudanças não são aparentes na vida real das pessoas. Para Jilane, os movimentos sociais brasileiros são os agentes da mudança. “E uma forma de apressar a realização dessas mudanças é dar total apoio a esses movimentos. Eles merecem o apoio político ser reservas do governo” (Brasil de Fato, Ed. 149, 05-11/01/2006)

O Relatório anual da organização não-governamental Anistia Internacional também foi divulgado pelo jornal. Segundo o *Brasil de Fato*, a principal conclusão do texto do relatório é de que os níveis de violação de direitos humanos permaneceram extremamente elevados, apesar das iniciativas da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), ligada ao governo federal. De acordo com o coordenador do Movimento Nacional de Direitos Humanos, Ariel de Castro Alves, o programa dos defensores de direitos humanos da SEDH jamais saiu do papel. Ele afirma que a SEDH é uma incógnita, não mostrou a que veio e infelizmente só funciona para lançar cartilhas. Seria necessário ter orçamento para intervir nas linhas de ação dos Estados” (*Brasil de Fato*, Ed. 118, 02-08/06/2005, p. 03).

Destacamos, por fim, o artigo do ministro-chefe da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Nilmário Miranda, sobre os novos

desafios para a garantia direitos humanos no país. Miranda destaca a indivisibilidade dos direitos e afirma que se não houver respeito aos direitos civis e políticos, não haverá direitos econômicos, sociais e culturais. Ressalta, também, os esforços do governo federal na concretização dos direitos através do Programa Primeiro Emprego, Fome Zero, Bolsa Escola, Programa Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, que “são algumas das iniciativas do governo Lula que podem e devem ser compreendidas como políticas públicas de promoção dos Direitos Humanos” (*Brasil de Fato*, Ed. 40, 04-10/12/2003).

Transposição do Rio São Francisco

Outro projeto do governo Lula que mereceu a atenção do jornal foi a transposição do Rio São Francisco. A obra é taxada de “demagógica” pelo *Brasil de Fato*, que destaca o fato da questão da transposição ter sido uma das discussões mais polêmicas do Fórum Social Nordestino em 2004.

A afirmação do ambientalista Henrique Cortez, da Articulação do Semi-Árido (ASA), é de que o problema do projeto não estaria na transposição – que é uma tecnologia simples, utilizada há mais de 100 anos no mundo inteiro – mas na concepção técnica do seu projeto. Para Cortez, a questão é que as três questões mais relevantes não estão contempladas no projeto: a revitalização do São Francisco, o acesso à água e o modelo de desenvolvimento. Há três transposições diferentes segundo Cortez.

Primeiro vai ter a do São Francisco; daqui a cinco anos, a transposição do Tocantins para o São Francisco; e, daqui a dez anos, do Tocantins para o Parnaíba. Ele explica que a transposição do Tocantins para o São Francisco leva água para o oeste da bacia, que é a nova fronteira de expansão do agronegócio na Bahia. E do Tocantins para o Parnaíba, é levar água exatamente para a nova fronteira de expansão do cerrado (*Brasil de Fato*, Ed. 92, 02-08/12/2004).

O ambientalista afirma que a transposição vai levar a água basicamente para os grandes reservatórios, que ou atendem áreas urbanas ou à produção irrigada e lembra que “a produção irrigada não é do seu Zezinho, nem da dona Mariazinha, e o governo quer o projeto porque ele é rápido, tem efeito pirotécnico, dá discurso, dá palanque, tem placa” (*Brasil de Fato*, Ed. 92, 02-08/12/2004, p. 06).

As críticas da Comissão Pastoral da Terra, com sentido semelhante,

direcionam-se ao fato de o objetivo central da transposição ser levar água para fomentar o agronegócio no semi-árido. Segundo Roberto Malvezzi (Gogó), coordenador nacional da CPT, se as obras forem concluídas, 70% da água será usada para irrigação, 26% para consumo em grandes cidades e, apenas 4% para a dispersa população do semi-árido. A crítica final ao projeto é que ele se encaixa na lógica da indústria da seca: “Grandes obras, uso de muito dinheiro público (R\$ 1,078 bilhão, só em 2005), empreiteiras gigantes de pouca discussão”, descreve Gogó (*Brasil de Fato*, Ed. 92, 02-08/12/2004, p. 13).

As disputas pelas definições em torno da transposição do Rio São Francisco passam por dois órgãos: o Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF) e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). De acordo com o *Brasil de Fato*, o Comitê, composto essencialmente por representantes da sociedade civil, já se posicionou contrário ao projeto como ele vem sendo apresentado pelo Ministério da Integração Nacional. O Conselho, que ainda não se manifestou, é formado, na maioria, por membros do governo federal e deve apoiar os desejos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva – fervoroso defensor da transposição.

Na definição sobre o aproveitamento externo dos recursos hídricos da bacia do São Francisco, o Comitê decidira que o uso das águas do São Francisco, fora da bacia, seria restrito ao consumo humano e animal, desde que as bacias receptoras fizessem um estudo para comprovar a necessidade do envio dessa água. “Essa decisão, tomada por esmagadora maioria, praticamente inviabiliza o projeto, porque ele não foi feito para isso”, argumenta Ruben Siqueira, coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Bahia (*Brasil de Fato*, Ed. 92, 02-08/12/2004, p. 13).

Para o governo, apesar do canal de diálogo aberto com a sociedade, a decisão é do próprio governo. João Bosco Senra, secretário executivo da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente e também do CNRH, afirma que “O Conselho tem competência para deliberar quando a questão envolve muitos Estados e o Comitê extrapolou seu raio de atuação quando decidiu sobre o uso externo da água da bacia do São Francisco”.

Uma denúncia, publicada na edição 143 do *Brasil de Fato*, indica que os espaços de diálogo com a população e com as organizações da sociedade civil foram, na realidade, ignorados. Segundo o jornal, o Exército estaria fazendo o levantamento topográfico para o início da obra e, portanto, descumprindo decisão judicial e acordo firmado em outubro de 2005 entre o presidente Lula e o frei Luiz

Flávio Cappio, bispo da diocese da Barra (BA). Luciana Khoury, promotora de justiça da Bahia e coordenadora do Projeto de Defesa do São Francisco da Bahia, afirma que o governo não ouve as críticas. “Mesmo com relação às ações judiciais, a única preocupação é vencê-las no julgamento do mérito. O governo não faz qualquer esforço para se adequar ao que elas pedem. Precisa um juiz vir a obrigá-los a adotar as medidas” (*Brasil de Fato*, Ed. 144, 01-07/12/2005, p. 04).

Em entrevista ao *Brasil de Fato*, o frei Luiz Flávio Cappio, bispo da Diocese de Barra, que se manteve 11 dias de jejum em protesto contra a transposição do Rio São Francisco, afirmou manter a esperança no debate com o governo, mas admite que se decepcionou com a retomada da proposta de transposição.

O jornal destaca na chamada da entrevista a seguinte afirmação do Frei Cappio: “O governo Lula foi uma decepção” (*Brasil de Fato*, Ed. 149, 05-11/01/2006). Na apresentação do entrevistado, é ressaltado que o ano de 2005 será lembrado como aquele em que uma greve de fome conseguiu frear um projeto do governo federal apoiado por diversas oligarquias e pelo capital internacional.

Luiz Cappio explica os motivos da opção pela greve de fome:

Quando vimos que toda a nossa contribuição não foi levada em conta. Não apenas nossa contribuição mas também a sociedade como um todo foi ignorada. Quem sabe um grito de desespero poderia sensibilizar as autoridades. Foi isso que levou ao jejum e a oração. Dar um grito em defesa do rio porque os argumentos da razão não tinham sido suficientes (*Brasil de Fato*, Ed. 149, 05-11/01/2006)

Ele taxa de absurdo o projeto da transposição porque a água não será para os pequenos. Se fosse para os pequenos, para dessedentação do povo e animal, poderíamos até pensar duas vezes, mas o destino das águas são as grandes empresas, é o capital e o hidronegócio, diz o frei.

Sobre a posição do presidente Lula na questão da transposição do Rio São Francisco, Luiz Cappio lembou que havia uma grande esperança de que a chegada de Lula ao governo federal representasse uma mudança em relação ao projeto de transposição, que já vinha sendo cogitado desde o mandato de Fernando Henrique Cardoso. “Mas qual não foi a nossa surpresa quando no primeiro semestre do governo Lula o projeto se tornou prioridade. A decepção foi muito grande.” (*Brasil de Fato*, Ed. 149, 05-11/01/2006)

O frei franciscano relatou, ainda, sua participação numa audiência com o presidente Lula e o ministro Ciro Gomes, da Integração Nacional.

Percebemos o interesse dele [Lula] em saber mais. Embora o presidente

estivesse do outro lado, ele queria aprender a nossa concepção uma vez que apresentamos dados com os quais acredito que ele não está familiarizado – não lhe dizem. Portanto, faz-se necessário que alguém lhe diga, 'não, Lula, é assim, assim e assim...', para que ele saiba o outro lado da questão. (...) Depois que eu expus os nossos documentos, o Ciro interveio querendo defender a transposição. Ele falou bastante e quando terminou eu disse: “Olha presidente Lula, com todo respeito ao ministro, nós não viemos aqui para discutir a transposição. Estamos aqui para discutir alternativas de convivência com o Semi-Árido. (Brasil de Fato, Ed. 149, 05-11/01/2006)

Dom Luiz Cappio ressaltou, por fim, três conquistas obtidas a partir da reunião: o início dos debates, a paralisação do projeto de transposição e a abertura para se formular uma agenda de convocação dos vários setores da sociedade brasileira para discutir o assunto.

Essas conquistas, entretanto, não se materializaram. A capa da edição 249, de dezembro de 2007, traz uma foto de Luiz Cappio, no sétimo dia de jejum, protestando contra a transposição do rio São Francisco, com a manchete: “Governo Lula tenta abafar greve de fome de frei Luiz”. A matéria do jornal afirma que a estratégia do governo é isolar o frei Luiz da mídia, dos políticos do Nordeste e da própria Igreja. Segundo o *Brasil de Fato*, o governo federal, especialmente o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Integração Nacional Geddel Vieira Lima, não dão mostra de que vão suspender a transposição. Ao mesmo tempo, a pressão para a interrupção do projeto aumenta, há demonstrações de solidariedade individuais e o apoio crescente de diversas entidades nacionais e internacionais.

Outra matéria sobre o mesmo tema, ocupando menor espaço na editoria *Nacional* é intitulada “Lula mente em defesa do projeto” e sustenta que o presidente tenta deslegitimar opositores da obra com argumentos falsos. De acordo com o texto, Lula disse que o bispo o colocou numa situação complicada, em que teria que escolher entre Luiz Cappio, “que faz uma greve de fome premeditada, e 12 milhões de nordestinos que precisam da água para sobreviver” (Brasil de Fato, Ed. 249, 06-12/12/2007). O jornal critica o presidente por deslegitimar os opositores do projeto, jogando-os contra a população do Semi-Árido, a qual seria supostamente beneficiada pela obra.

Ao adotar tal postura, o presidente ignora os 34 anos que frei Luiz dedicou à população pobre que vive às margens do rio São Francisco. (...) Com suas declarações, Lula também relega a história de diversas organizações sociais e populares que se posicionam contra a transposição, como a Via Campesina e a Articulação do Semi-Árido (fórum que reúne mais de 750 instituições da sociedade civil na região). (Brasil de Fato, Ed. 249, 06-12/12/2007)

Reforma agrária

A reforma agrária destaca-se como uma das principais pautas do *Brasil de Fato* no período da nossa pesquisa. Aparecem análises de diversos intelectuais sobre a política agrária do governo, notícias sobre as ações dos movimentos sociais para pressionar o governo, ocupações de terra, denúncias sobre violência no campo e conquistas de assentamentos, além de reportagens sobre formas coletivas e solidárias de organização dos trabalhadores na terra.

Comparações de dados relativos à política do governo Lula para a reforma agrária, de um lado, e sobre os financiamentos para o agronegócio e para grandes proprietários, de outro, são feitas pelo *Brasil de Fato* e evidenciam que os principais beneficiados pela política agrária do governo tem sido o agronegócio e a grande propriedade.

Na matéria “Pequenos agricultores pressionam por reforma agrária”, Romário Rosseto, do Movimento dos Pequenos Agricultores, afirma que as corporações e grandes proprietários recebem mais dinheiro do Estado que os pequenos agricultores. “Em 2004, o governo disponibilizou R\$5,4 bilhões para os camponeses, enquanto o agronegócio recebeu R\$27 bilhões - 16% dos quais para apenas dez corporações” (*Brasil de Fato*, Ed. 66, 03-09/06/2004).

De acordo com o *Brasil de Fato*, o volume de crédito destinado ao custeio e a investimentos no setor agropecuário praticamente triplicou nos últimos dez anos. “Estima-se, para a safra 2003-2004, uma injeção de R\$32,4 bilhões – 45% a mais do que os R\$22,4 bilhões destinados pelo governo e bancos ao setor na safra passada” (*Brasil de Fato*, Ed. 66, 03-09/06/2004). O salto ajudou a aumentar as receitas e os lucros acumulados pelo agronegócio em anos recentes, numa evolução festejada por ministros e pela imprensa, afirma o jornal.

O estudioso dos movimentos sociais na zona rural e chefe do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, critica o fato de que os intelectuais que ocupam cargos decisórios no núcleo duro do governo não veem a reforma agrária como uma alternativa de política de desenvolvimento econômico, mas como uma política compensatória.

A concepção desse núcleo duro do governo Lula se aproxima muito do governo Fernando Henrique. Ao analisar as metas do PNRA [Plano Nacional de Reforma Agrária], vemos que elas não são muito diferentes daquilo que o último governo fez. Inclusive, são menores do que o próprio PT já teve nas eleições de 89 e 94. (*Brasil de Fato*, Ed. 44, 01-07/01/2004)

Esta concepção da reforma agrária apenas uma política compensatória é contraditória, como afirma Oliveira, se considerarmos as reivindicações dos movimentos sociais. O pesquisador acredita que haverá mobilização social “e, se um governo popular, com um conjunto de políticas reformistas, não realizar a reforma agrária, a chamada via institucional começará a ser questionada”. (*Brasil de Fato*, Ed. 144, 01-07/01/2004)

A grande imprensa é uma das entusiastas e apoiadoras da política encabeçada pelo ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, de acordo com o *Brasil de Fato*, que diz que o ministro, “patrocinado por ruralistas conservadores e neoliberais, conta também com forte apoio da revista *Veja*, a mais panfletária publicação da direita colonizada” (Ed. 66, 03-09/06/2004). A matéria “*Lobby poderoso*” critica a fala de Rodrigues na revista *Veja* defendendo o agronegócio dos grandes proprietários contra a agricultura familiar e as propostas de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Em outro texto da mesma edição, o *Brasil de Fato* afirma que os recursos da reforma agrária vão para os bancos e critica o fato de que o arrocho dos gastos públicos, decidido pela equipe econômica para poupar recursos e pagar os juros da dívida, tenha deixado o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) com poucos recursos. De acordo com o jornal, o resultado mais evidente desta política, é que houve um aumento dos conflitos e da tensão no campo nos primeiros meses de 2004. “Os números mostram que não há interesse real em fazer a reforma agrária” (*Brasil de Fato*, Ed. 66, 03-09/06/2004).

No ano seguinte, em 2005, foi anunciado novo corte nos recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O corte orçamentário reduziu para menos da metade os recursos previstos para o MDA, o que reduziu a meta de 115 mil novas famílias assentadas para 40 mil famílias. A decisão atingiu, ainda, projetos de qualificação pessoal, desapropriação de terras e programas de assistência técnica. Com o corte, o orçamento que o MDA possui representa 25% a menos do que foi aplicado em 2004, quando as metas de assentamento não foram totalmente cumpridas. De acordo com o *Brasil de Fato*, O MDA não foi o único afetado. A redução faz parte do contingenciamento geral no Orçamento da União em R\$15,9

bilhões, para obedecer metas estabelecidas no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que prevê para este ano *superavit* fiscal de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB).

A política agrária recebeu novas críticas dos movimentos sociais, em 2006, por conta do pacote agrícola anunciado pelo governo federal. De acordo com *Brasil de Fato*, com as medidas anunciadas para a safra 2006-2007 seriam destinados R\$10 bilhões à agricultura familiar, enquanto R\$50 bilhões ficariam para o agronegócio.

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) afirma que as medidas estão muito aquém das reivindicações dos movimentos e lamenta o fato do governo ter cedido às pressões do agronegócio. Para Altair Bunde, dirigente nacional do MPA, o governo deveria ter aproveitado o momento para confiscar e desapropriar as terras de produtores devedores dos bancos públicos. Mas, apenas cedeu às pressões na bancada ruralista. “Isso acontece porque o governo não tem posição definida” (*Brasil de Fato*, Ed. 170, 01 a 07 de junho de 2006), acredita Bunde.

O relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Terra, Deputado Federal João Alfredo (PT), também critica a priorização do pagamento do *superávit*. Em entrevista ao *Brasil de Fato*, o relator afirma que, o vice-presidente José Alencar disse em audiência que, no Brasil, o pagamento da dívida pública é sagrada, inquestionável. Na opinião de João Alfredo, cada vez que o governo aumenta os juros, isso também aumenta as despesas com o pagamento da dívida, o que acaba tirando recursos das áreas sociais. Para o deputado, há um embate entre duas visões de desenvolvimento rural:

a que privilegia o agronegócio, personificada no ministro Roberto Rodrigues, e a questão social e ambiental, que podemos identificar nos ministros Miguel Rosseto, do Desenvolvimento Agrário, e Marina Silva, do Meio Ambiente. Hegemonicamente, está valendo a visão do agronegócio e do capital estrangeiro.

Na questão da decisão sobre os transgênicos, analisada anteriormente neste texto, a avaliação do *Brasil de Fato* vai na mesma direção ao afirmar que há visões opostas dentro do governo quando o assunto é a questão agrária e ambiental. O jornal identifica de um lado, o programa de governo do ex-candidato Lula, defendido pelos Ministros do Meio Ambiente, Marina Silva, do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, e da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral. Do outro lado, estão os ministros Luis Furlan, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e Roberto

Rodrigues, da Agricultura, ex-presidente da Associação Brasileira de Agrobisness.

Dados positivos aparecem apenas na fala do secretário nacional da Agricultura Familiar, Valter Bianchini, que representava o presidente Lula e o ministro Miguel Rossetto no 4º Encontro da Jornada de Agroecologia. De acordo com o *Brasil de Fato*, Bianchini enfatizou o crescente investimento do PT na agricultura familiar via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). “Passamos de menos de R\$2 bilhões destinados ao crédito rural do setor para investimentos de mais de R\$7 bilhões nas diversas modalidades do Programa”, informou o representante do governo. (*Brasil de Fato*, Ed.118, 02-08/06/2005)

A pauta da reforma agrária no jornal *Brasil de Fato* faz referência, também, às conquistas de terras e assentamentos rurais em todo o país. A edição 105 cita a conquista do acampamento Terra Prometida, que será destinado à reforma agrária. O acampamento fica em Felisburgo, Minas Gerais, onde pistoleiros comandados pelo fazendeiro Adriano Chafik Luedy assassinaram cinco trabalhadores sem-terra em 2004. A edição 131, anuncia que o mandante do massacre foi preso. Segundo o jornal, o fazendeiro confessou ter sido o mandante do assassinato de cinco integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Felisburgo (MG), em 20 de novembro de 2004.

Uma nota da edição 66 ressalta uma medida favorável à luta dos trabalhadores rurais: a decisão inédita do Supremo Tribunal de Justiça de trancar o processo penal contra o sem terra Elmar Nascimento Cezimbra, do MST do Paraná.

Segundo o advogado Elmano Freitas, a decisão do STJ é histórica: além de conceder a liberdade aos trabalhadores, determinou o trancamento da ação penal para todos os envolvidos no caso, por falta de justa causa, e garantiu o arquivamento da ação penal para os sem terra que não foram presos em flagrante (*Brasil de Fato*, Ed. 66, 03-09/06/2004).

Outra pauta importante foi sobre a inauguração da Escola Latinoamericana de Agroecologia no Paraná. O objetivo da instituição – uma parceria entre o governo da Venezuela, o Estado do Paraná, a Universidade Federal do Paraná, a Via Campesina Internacional e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – é formar pedagogos em agroecologia para atuar de forma permanente junto aos camponeses, construindo uma nova matriz tecnológica, baseada na agroecologia. O jornal cita o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, que afirmou que a escola se soma a um plano de melhoria da qualidade produtiva em assentamentos, de diminuição da dependência de insumos e de estímulo à

produção de bancos de sementes. “A iniciativa é uma forma de resistir ao padrão tecnológico concentrador de renda, excludente e destruidor dos recursos naturais do nosso país” (*Brasil de Fato*, Ed. 131, 01-07/09/2005).

A pauta aparece, também, no artigo de Peter Rosset, coordenador da Rede de Investigação-Ação sobre a Terra e membro do Comitê Internacional do Fórum Mundial de Reforma Agrária, “A perversidade das políticas agrárias do Banco Mundial”, que destaca as distorções e tentativas de apropriação da pauta dos movimentos sociais pelo Banco Mundial. O Banco Mundial se diz favorável à reforma agrária em muitos países, mas o que o Banco entende como reforma agrária está muito longe do que é reivindicado pelos sem-terra, diz Rosset.

Ao contrário, o Banco está utilizando a retórica da reforma agrária para pressionar pela “liberalização dos mercados agrários”, isto é, a liberdade de comprar e vender a terra como mercadoria, sem levar em conta que é a sobrevivência das pessoas que está em jogo. Com este fim, o Banco deu impulso a políticas para privatizar as terras públicas e para dividir as propriedades em pequenas parcelas, com títulos individuais de propriedade que podem ser vendidos.

(...)

O Banco Mundial também estimulou a disseminação de bancos da terra em vários países. Com tais bancos, os muito pobres são induzidos a contratar empréstimos a altas taxas de juros para comprar terra de má qualidade, que os proprietários ricos desejam vender, a preços supostamente “de mercado”, mas que são, frequentemente, muito superiores aos seus valores reais (*Brasil de Fato*, Ed. 92, 02-08/12/2004).

Esta ação do Banco Mundial, com os programas do banco da terra, são implementadas, principalmente, em países onde os movimentos populares estão mais ativos e têm mais êxito na ocupação de terras ociosas, como no Brasil, onde o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) colocou a reforma agrária na agenda do debate nacional. O *Brasil de Fato* critica a ação do Banco Mundial de tentar despolitizar a questão da terra, deslocando a reforma agrária do âmbito da política para o do mercado, ao mesmo tempo que tenta sabotar o apoio aos movimentos mais bem sucedidos.

Outra crítica a uma concepção determinada de reforma agrária aparece na entrevista do pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Fernando Gaiger, que fala da discussão do papel da pequena propriedade na esquerda e critica o uso do termo agricultura familiar em oposição à agricultura de grande tamanho. Para Gaiger, ambas as agriculturas fazem parte do núcleo duro do sistema capitalista agrário. “São o núcleo produtivo. Sob esse prisma, os agricultores

familiares modernizados e o agronegócio são a mesma coisa: detentores da produção gerando a riqueza agrícola do país.” (*Brasil de Fato*, Ed. 97, 06-12/01/2005)

O debate deve centrar-se na oposição entre latifúndio e pequena propriedade, segundo o pesquisador, pois sempre existiram segmentos de pequeno tamanho da agricultura familiar incorporados ao processo produtivo. Muitos agricultores familiares têm cálculos capitalistas, afirma.

A definição do limite das propriedades agrária é também uma preocupação dos movimentos sociais. Na edição 105, a matéria “Propriedade sem limites” cita uma emenda constitucional enviada à a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados e apoiada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e mais 44 entidades, que prevê que, no Brasil, nenhuma propriedade agrária localizada nos Estados ao Norte poderá ter mais de 3.700 hectares e estabelece o limite de 700 hectares para fazendas no Sul.

O *Brasil de Fato* explica o processo de tramitação da emenda na Câmara e afirma que a decisão de levar a emenda a votação esbarra no parecer do relator da CCJ, o deputado Coriolano Sales (PFL-BA). O relator é indicado pelo presidente da Comissão de Constituição e Justiça, a quem cabe a maior bancada, ou seja, o PT, desde 2002. Para o secretário-executivo do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, Gilberto Pontes de Oliveira, “Colocar este projeto em discussão com um relator do PFL é entregar o ouro ao bandido” (*Brasil de Fato*, Ed. 105, 03-09/03/2005). A estratégia dos movimentos sociais é direcionada ao Parlamento e também aposta na mobilização social. “O Fórum pensou numa proposta que tivesse um pé no Parlamento e outro na mobilização social. Se um deputado apresentasse a emenda, nós teríamos de dois a três anos para constituir uma campanha permanente de arrecadação de assinaturas”, explica Oliveira. (*Brasil de Fato*, Ed. 105, 03-09/03/2005).

O pesquisador Fernando Gaiger vê nos movimentos sociais a potência para mudar a situação agrária no país:

É preciso apoiar quem está na luta tentando fazer as coisas caminharem de forma melhor, sustentar a luta dos sem-terra, cobrar melhorias na educação para o povo ficar mais crítico e impor algum tipo de controle sobre a mídia – não dá para alguém ser dono de todos os tipos de comunicação, jornal, rádio e televisão. É necessário democratizar a imprensa nacional. A mídia “morde” quando os movimentos estão conquistando espaço na luta e “sopra” quando a conjuntura está muito ruim para os movimentos. Atualmente a mídia está no ataque, principalmente porque um parceiro

nosso está no poder e não está fazendo o que deveria. Ai, eles deitam e rolam. (*Brasil de Fato*, 06-12/01/2005)

Esta opinião é compartilhada por diversos intelectuais que se pronunciaram no jornal no período analisado. Reinaldo Corrêa Costa, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia também entende que “com o governo do PT, sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, a solução continua nas mãos dos movimentos sociais que fazem com que o governo se aparelhe e coloque a discussão da reforma agrária na agenda nacional.” (*Brasil de Fato*, Ed. 105, 03-09/03/2005)

Plínio de Arruda Sampaio, coordenador da primeira proposta do Plano Nacional de Reforma de Agrária (PNRA), também lamenta a política agrária do governo Lula: “Eu sempre acompanhei o companheiro Lula, mas não consigo admitir que tenhamos assentado menos famílias do que o governo anterior que era contra os trabalhadores” (*Brasil de Fato*, Ed. 92, 02-08/12/2004). Sampaio classifica o PNRA como “um programa de assentamento com viés de reforma agrária. Com a pressão das massas, é possível chegar a reforma agrária” (*Brasil de Fato*, Ed. 53, 04-10/03/2004, p.5)

As ações dos movimentos sociais para pressionar pela reforma agrária continuaram durante o governo Lula, como é possível perceber nas pautas do *Brasil de Fato*. A edição de setembro de 2004 anuncia a retomada de ações do MST no Rio Grande do Sul. De acordo com dados da matéria, existem 2500 famílias vivendo em acampamentos no Estado, algumas à espera de terra há mais de cinco anos. Segundo o MST, apenas 52 famílias foram assentadas no Estado nos 20 meses do governo Lula. Em 2004, apesar da promessa de assentamento para duas mil famílias, nenhuma delas recebeu terra. O anúncio da retomada das ocupações de terra veio depois do descumprimento, por parte dos governos federal e estadual, de todos os acordos e promessas de reforma agrária no Estado:

O movimento informa que durante todo esse período procurou dialogar com o governo. Várias audiências foram realizadas com o ministro Miguel Rosseto, do Desenvolvimento Agrário (MDA), além de reuniões sistemáticas com o secretário executivo do ministério e a superintendência estadual do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). No entanto, segundo integrantes do MST, em cada uma das reuniões era criada uma nova expectativa e nada do que era acertado, inclusive os acordos judiciais, foi cumprido pelo governo. (*Brasil de Fato*, Ed. 79, 02-08/09/2004)

Destacamos, por fim, na pauta da reforma agrária, a reportagem “Comuna da

terra: trabalho e dignidade” que trata das ocupações rururbanas (rural e urbana), onde os sem terra organizam atividades de modo coletivo e solidário. A experiência chamada “Comuna da Terra” é um modelo idealizado pelo MST que consiste em organizar assentamentos de sem terra, em pequenos núcleos, perto dos grandes centros urbanos, para trabalhadores urbanos que já foram agricultores ou que podem vir a ser. O que diferencia o assentamento convencional do da comuna é que o segundo está territorialmente próximo às cidades e o modo que se faz o corte dos lotes prioriza a sociabilidade, a integração entre as famílias e o desenvolvimento cultural. Outro aspecto importante refere-se à produção e comercialização. A localização das comunas facilita o escoamento e consegue realizar a venda direta para os consumidores, sem a figura do atravessador. Além disso, a produção das comunas é por princípio, orgânica e agroecológica.

A questão da reforma agrária esteve presente na pauta do jornal *Brasil de Fato*, como é possível identificar no conteúdo das matérias, tanto do ponto de vista das análises da política de reforma agrária do governo, das críticas à criminalização dos movimentos sociais por parte da mídia, das denúncias sobre prisões e perseguições a lideranças, violações de direitos humanos; como, por outro lado, ressaltando conquistas dos movimentos sociais e avanços na sua organização e autonomia.

Movimento sindical

As questões relacionadas ao movimento sindical são, recorrentemente, tratadas no *Brasil de Fato*, sendo que a abordagem principal refere-se às posições da Central Única dos Trabalhadores, maior central sindical brasileira, frente às políticas do governo Lula, a jornada de trabalho e o salário mínimo. É importante registrar que, no período em que acompanhamos o jornal *Brasil de Fato*, Luiz Marinho, passou de presidente da Central Única dos Trabalhadores a Ministro do Trabalho.

Na primeira sua primeira edição, o *Brasil de Fato* já indica preocupações sobre os rumos do movimento sindical no novo governo. A matéria “O que será do movimento sindical com Lula presidente?” traz reflexões dos dirigentes das principais centrais sindicais brasileiras e do sindicalista que se tornou Presidente da República. As fotos que ilustram a matéria (ANEXO VIII) mostram Luiz Inácio Lula da

Silva como líder sindicalista numa assembleia e, em outro momento, como presidente, indicando as contradições e questões colocadas pela nova configuração do cenário político. “Ontem, o líder metalúrgico que injetou sangue novo no sindicalismo; hoje, o presidente que muda o tom, em nome da conciliação de interesses conflitantes” (Brasil de Fato, Ed. 0, 25/01/2003).

A fala do presidente da CUT, o professor de história da arte João Felício, marca as diferenças de projeto entre o novo governo, do Partido dos Trabalhadores, e a projeto social democrata do governo anterior. Felício afirma que seria um erro histórico tratar projetos diferentes como a mesma coisa e acrescenta que sua postura será diferente da que teve com presidentes anteriores. “Se eu adjetivar Lula do mesmo que fazia com com Fernando Henrique, estou indiretamente dizendo que eles são a mesma coisa, e não são” (Brasil de Fato, Ed. 0, 25/01/2003). O dirigente da CUT acena para uma postura de negociação, mais que enfrentamento no novo cenário: “A massa quer um bom acordo. A massa não está sempre com a faca e a foice querendo luta. Ela quer resolver seus problemas numa negociação” (Brasil de Fato, Ed. 0, 25/01/2003). No primeiro encontro que teve com os militantes da área sindical, Lula acentuou que o movimento sindical deve passar por grandes mudanças e afirmou, na mesma direção que João Felício, que “É hora de menos bravata”.

Na avaliação do estudioso do sindicalismo brasileiro, João Guilherme Vargas Neto, a principal mudança é que, pela primeira vez, há um casamento entre a pauta do movimento sindical e a pauta do governo. A análise do especialista é de que Lula deve inaugurar o período do “trabalhar junto”.

A matéria ressalta, também, o fato da Força Sindical, segunda maior central do país, enfrentar, com a nova conjuntura, uma situação inversa, a de estar na oposição. Fato que o dirigente presidente Paulo Pereira da Silva, encarou como positivo: “Agora somos oposição. Alguns companheiros podem achar que isso seja ruim. Eu acho que isso pode ser muito bom para nós” (Brasil de Fato, Ed. 0, 25/01/2003).

A reforma trabalhista foi uma das pautas debatidas no jornal. A redução da jornada de trabalho aparece num artigo do senador Paulo Paim (PT-RS), que defende que a reforma trabalhista deve objetivar a geração de empregos. “Nenhuma economia cresce espoliando o trabalhador” (Brasil de Fato, Ed. 53), afirma Paim, que critica o fato da jornada de trabalho no Brasil ser uma das mais elevadas do

mundo e não encontrar paralelos em países de situação econômica semelhante.

Já o artigo do deputado federal, Vicente Paulo da Silva, Vicentinho (PT-SP), na mesma edição, defende que, com a reforma trabalhista, haja flexibilização sem redução de direitos. Para Vicentinho, trata-se de atualizar a legislação trabalhista, sem o dogma de ter que flexibilizar para simplesmente reduzir direitos. Ele diz, no artigo publicado no *Brasil de Fato*, que apresentou uma Proposta de Emenda Constitucional, na Câmara dos Deputados a fim de que a Comissão Especial da Reforma Trabalhista possa encaminhar as discussões a partir de uma proposição que já incorpora alguns dos princípios de liberdade sindical positiva preconizados pela Organização Internacional do Trabalho e já praticados nos países de relações trabalhista mais modernas.

Uma preocupação dos movimentos sociais, no jornal *Brasil de Fato*, foi demonstrada em relação ao projeto que pretendia restringir o direito de greve no serviço público. O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, confirmou, na edição 236, em setembro de 2007, que juntamente à restrição do direito de greve, a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que garante a negociação coletiva no serviço público, seria enviada ao Congresso. Bernardo afirmou, ainda, que esperava que a CUT e o PT reagissem com normalidade “porque a greve é um direito, mas não pode ser uma regra” (Brasil de Fato, Ed. 236, 06 a 12 de setembro de 2007).

O secretário sindical do Partido dos Trabalhadores, João Felício, rechaçou o projeto afirmando que seria “uma excrecência, um absurdo” (Brasil de Fato, Ed. 236, 06 a 12 de setembro de 2007). O texto prevê, entre outras coisas, que dois terços da categoria têm que estar presentes na assembleia para legitimar uma greve.

Um exemplo prático mostra que essa lei representaria a proibição do direito de greve: a Apeoesp, sindicato dos professores do ensino oficial de São Paulo, categoria de Felício, conta com 150 mil filiados. Portanto, os professores teriam que reunir 100mil pessoas, de todo o Estado, para deflagrar uma paralisação (Brasil de Fato, Ed. 236, 06 a 12 de setembro de 2007).

Notícias sobre mobilizações da Central Única dos Trabalhadores aparecem na edição 92. Na coluna *Fatos em Foco*, o jornalista Hamilton Otavio de Souza, afirma em tom irônico que finalmente a CUT resolveu mobilizar-se pelos interesses dos trabalhadores brasileiros, referindo-se a uma marcha organizada pela CUT, em dezembro de 2004, para defender um “salário mínimo decente”. O jornalista lembra

que o presidente Lula prometeu, na campanha de 2002, dobrar o valor do salário-mínimo, mas só conseguiu fazer pequenos reajustes de recomposição inflacionária.

As mobilizações dos trabalhadores pelo aumento do salário são tratadas, também, no artigo do então presidente da CUT, Luiz Marinho, debatendo os rumos do governo. Marinho lembrou que Congresso Nacional estava se preparando, naquele momento, para votar o Orçamento da União de 2005 e afirmou criticamente que “a mesma hipocrisia com que o salário-mínimo tem sido tratado no Brasil tende a se repetir na discussão da peça orçamentária” (Brasil de Fato, Ed. 92, 02-08/12/2004).

O líder sindical afirma que os trabalhadores querem, pela mobilização, garantir que o governo e os parlamentares adotem outra lógica no reajuste do salário mínimo, compreendendo-o como principal indicador para a distribuição de renda e a justiça social no país. As mobilizações às quais Luiz Marinho se refere tem a intenção de abrir diálogos com o governo para a pauta dos trabalhadores.

Marinho lamenta que, no Orçamento da União de 2004, a proposta da CUT de recuperação do salário-mínimo, com o objetivo de dobrar o valor nominal até 2007, não teve eco. Mas afirma, por outro lado, que o Ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, comprometeu-se a reunir todas as centrais sindicais para que houvesse tempo hábil de debater o tema antes da votação do Orçamento no Congresso.

E é com base nesse compromisso que já solicitamos nova audiência com Ricardo Berzoini e vamos realizar essa ampla mobilização. Queremos discutir alternativas – e estamos abertos a outras propostas – para que o assunto não continue sendo, historicamente, relegado a segundo plano (Brasil de Fato, Ed. 92. 02-08/12/2004).

No ano seguinte, o *Brasil de Fato* noticia nova mobilização das centrais sindicais para pressionar, mais uma vez, o governo e os parlamentares a garantirem os recursos para o aumento do salário mínimo, desta vez para o Orçamento de 2006. A Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), a Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNT) e a Força Sindical convocaram a 2ª Marcha Nacional em defesa da valorização do salário mínimo. A marcha reuniu mais de 15 mil trabalhadores, em Brasília, manifestando-se por mudanças na política econômica e pelo desenvolvimento econômico e social do país. O protesto defendeu também a redução da jornada de trabalho e o reajuste da tabela de Imposto de Renda.

A valorização do salário mínimo foi, também, uma questão defendida nas manifestações do Dia Internacional da Mulher. Em 2006, o 8 de março teve a

valorização do salário mínimo como principal bandeira de mobilização nacional. “A escolha do tema foi uma estratégia para levar às ruas a reflexão não apenas sobre o poder aquisitivo da população, como também sobre as diferenças históricas nas remunerações de mulheres e homens” (Brasil de Fato, Ed. 15702-08/03/2007).

Mais duas matérias destacaram, nas edições 184 e 223, o posicionamento das centrais sindicais frente à política do governo Lula na área trabalhista. A primeira trata de um projeto de lei que desvia 80% dos “recursos livres” do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a área de infra-estrutura, com financiamento da construção de estradas, ferrovias, portos e energia elétrica, etc. Segundo o *Brasil de Fato*, a CUT, um dos oito membros da sociedade civil no Conselho Gestor do FGTS, foi favorável à iniciativa de Luiz Marinho, Ministro do Trabalho. Outras três entidades representantes dos trabalhadores também apoiaram a proposta - Força Sindical, Social Democracia Sindical, Central Geral dos Trabalhadores.

O jornal lembra que a medida em relação direta com a política econômica praticada ao longo do governo Lula, que somou R\$520 bilhões destinados ao pagamento de juros da dívida pública (interna e externa). “O governo corta investimentos e destina mais recursos de seu orçamento para pagar os juros da dívida. (...) como contrapartida, tenta retirar verba de obrigações sociais para conseguir receita para investimentos em infraestrutura” (Brasil de Fato, Ed. 184, 07-13/09/2006).

A outra matéria, na edição 223, fala da medida provisória que concede autonomia financeira às entidades sindicais e as reconhece juridicamente. A manchete da matéria destaca o “Acordo entre movimento sindical e governo para legalizar centrais” e a foto que a ilustra mostra Luiz Marinho, ex-presidente da CUT e, naquele momento, ministro do Trabalho, participando de manifestação ao lado de Paulinho, presidente da Força Sindical. No texto, são ressaltadas posições da Conlutas e Intersindical, que temem que a contrapartida exigida pelo governo seja o apoio das centrais a projetos que reduzem os direitos trabalhistas.

Zé Maria, da Confederação Nacional de Lutas (Conlutas), afirma ser a favor da legalização das centrais sindicais. Critica, por outro lado, o fato do processo de legalização das entidades ter sido equivocado e afirma que o entendimento da Conlutas é que a legalização das centrais veio em troca da instituição do Conselho Nacional de Relações de Trabalho (CNRT). Nesse conselho, composto por entidades patronais e centrais sindicais, será acertada a flexibilização dos direitos

trabalhistas, afirma Zé Maria.

A Intersindical também tece críticas e ressalvas ao CNRT:

Sabemos, por experiências anteriores, que esses fóruns no âmbito do governo, com a participação de empresários e trabalhadores acabam decidindo pela retirada de direitos trabalhistas. A opinião daqueles com maior poder aquisitivo sempre prevalece. Não há como conciliar interesses da classe burguesa com os da classe trabalhadora (Brasil de Fato, Ed. 223, 07-13/06/2007)

Para a CUT, o CNRT será um espaço importante de debate, além de promover uma descentralização. “Sem esse fórum, as decisões ficam todas no Ministério do Trabalho. O processo de legalização das centrais não tem nada a ver com retirada de direitos.” (Brasil de Fato, Ed. 223. 07-13/06/2007)

A abordagem do *Brasil de Fato* faz uma crítica explícita à postura de conciliação da CUT, ao referir-se à adesão e apoio da central dos trabalhadores às propostas do governo, ao explorar as contradições e consequências do ex-dirigente sindical ter se tornado ministro do Trabalho no governo Lula. A foto de Luiz Marinho, ainda como presidente da CUT, ao lado de Paulo Pereira da Silva, dirigente da Força Sindical, que estaria na oposição ao governo como é dito na matéria “O que será do movimento sindical com Lula presidente?”, na primeira edição do *Brasil de Fato*, em que Paulinho diz que a Força Sindical passa a ser oposição, mas ele acredita que “isso pode ser muito bom para nós” (Brasil de Fato, Ed. 0, 25/01/2003).

CONCLUSÃO

Considerando a análise apresentada no capítulo anterior, apresentaremos a nossa compreensão acerca dos processos de hegemonia e contra hegemonia no Brasil, a partir da análise das posições políticas dos movimentos sociais articulados em torno do jornal *Brasil de Fato* sobre o governo Lula – por um lado, a respeito de como este governo se relaciona com o bloco de poder e a hegemonia política no Brasil; e, por outro lado, como se relaciona com estes movimentos sociais e em que medida contribui ou não com processos contra hegemônicos. Retomamos, nestas considerações finais, alguns conceitos expostos no referencial teórico que contribuem com a análise e nos ajudam a caracterizar o governo Lula a partir da leitura dos movimentos sociais e intelectuais articulados no *Brasil de Fato*.

Procuramos identificar, a partir da análise do referencial gramsciano e do estudo das posições políticas dos movimentos sociais articulados no jornal *Brasil de Fato* sobre o governo Lula, as seguintes questões:

- Como os movimentos sociais articulados em torno do jornal *Brasil de Fato* entendem a relação com o governo Lula, se como uma reprodução da hegemonia do bloco no poder ou como parceiro na luta por transformações?
- Os movimentos sociais ligados ao jornal *Brasil de Fato* apresentam posições contra hegemônicas no jornal?
- Como os movimentos sociais articulados no jornal *Brasil de Fato* interpretam os espaços de participação dos movimentos na definição de políticas públicas, como os conselhos, comissões, conferências, etc?
- Como evolui a avaliação dos movimentos expressa no jornal, no decorrer dos cinco anos do governo?

Para uma compreensão adequada destas questões, retomamos o conceito de hegemonia, discutido no primeiro capítulo deste texto. Hegemonia refere-se à combinação da direção moral, política e intelectual da sociedade com a função de dominação. A hegemonia é exercida pelo consentimento e pela força, e constrói-se a partir da sociedade civil – na busca pelo consenso e pela liderança cultural e político ideológica; do controle da estrutura econômica e da dominação do Estado através da força e da coerção.

Esses conceitos articulam-se, na embricada teoria gramsciana, em torno de um conceito fundamental que é o “Bloco Histórico”. Na formação do bloco histórico, a conquista da hegemonia por uma classe social concretiza-se, ao nível estrutural, como a classe fundamental no campo econômico; e no âmbito da superestrutura,

através da dominação do Estado e da direção ideológica exercida pelos intelectuais.

A constituição do bloco histórico, formando uma aliança de classes com a predominância de uma das classes ou frações, exige do grupo dominante sacrifícios de ordem econômica e política, compromissos que vão até o limite em que não firmam seus interesses fundamentais. A hegemonia pressupõe, segundo Gramsci (2004b, p. 48),

que sejam levados em conta os interesses e as tendências do grupo sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica.

A vida estatal é concebida, no referencial gramsciano, como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis entre os interesses dos grupos fundamentais e os interesses dos grupos subordinados, “equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo (GRAMSCI, 2004b, p. 42).

Considerando a hegemonia como um processo contínuo de disputas e conquistas táticas e estratégicas, podemos afirmar que é possível experimentar práticas contra hegemônicas e de resistência, mesmo num terreno desfavorável, em que a ação do Estado define-se não só pelas suas funções tradicionais de domínio, mas também como órgão que articula diferentes representações e organismos da sociedade civil em torno das suas definições legais e de suas políticas.

A partir da análise do referencial gramsciano e do estudo das posições políticas dos movimentos sociais articulados no jornal *Brasil de Fato* sobre o governo Lula, os problemas e questões que nos colocamos estão relacionados a um cenário de convivência entre alianças de classes, concessões programáticas e tentativas de conciliação de interesses conflitantes empreendidas pelo governo Lula. Ao mesmo tempo, tem-se uma conjuntura identificada, inicialmente, como favorável aos movimentos sociais, que demonstram esperar que o governo realize as mudanças ansiadas pelas classes populares, que faça reformas estruturais, mas é um cenário que vai se mostrando, nas avaliações dos intelectuais que se posicionaram no *Brasil de Fato*, desestruturador das forças de esquerdas no país.

A partir daqui, nos dedicaremos ao entendimento do objetivo principal da pesquisa que é a compreensão das posições políticas dos movimentos sociais

articulados em torno do jornal *Brasil de Fato* sobre o governo Lula, a respeito de como este governo se relaciona com o bloco de poder e a hegemonia política no Brasil, por um lado; e, como se relaciona com os movimentos sociais e processos contra hegemônicos, por outro.

Para uma compreensão adequada das questões colocadas na pesquisa, destacamos a primeira conclusão a que chegamos, nesta análise, de que as posições dos movimentos sociais no *Brasil de Fato* tiveram um caráter contra hegemônico e uma perspectiva crítica em relação aos campos da esquerda que adotaram posturas conciliatórias. Afirmando esse pressuposto, passaremos à compreensão dessas posições em relação ao governo Lula.

Tomando como base, no pensamento gramsciano, o conceito de bloco histórico e as alianças de classe que se configuram para manter a hegemonia em uma determinada formação social, chegamos a uma compreensão sobre a relação entre o governo Lula e a hegemonia no Brasil, questão destacada como objetivo principal desta pesquisa.

A chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo significou uma possibilidade mudança na configuração do bloco de poder no país. Ainda que o governo Lula tenha mantido, ou mesmo aprofundado, políticas, interesses e privilégios das classes hegemônicas, é preciso considerar que as classes dominantes também tiveram que permitir certas concessões e passaram a conviver com um governo que inaugura uma nova maneira, totalmente distinta de governos anteriores, de tratar o movimento social, as manifestações das esquerdas e as reivindicações populares no Brasil.

Pensando, mais uma vez, junto com Gramsci, ressaltamos sua ideia de que as classes hegemônicas precisam considerar os interesses e as tendências do grupo sobre os quais a hegemonia será exercida. Na constituição de um bloco histórico é preciso, na visão do marxista italiano, que se forme um certo equilíbrio de compromissos, formando uma aliança de classes com a predominância de uma das classes ou frações, o que exige do grupo dominante sacrifícios de ordem econômica e política, compromissos que vão até o limite em que não firam seus interesses fundamentais. A questão é entender até que ponto as alianças do governo Lula comprometem os interesses da classe trabalhadora e a construção da contra hegemonia ou, por outro lado, as concessões da burguesia comprometeram o bloco histórico.

Ao colocar a questão sobre as concessões das classes hegemônicas que permitiram a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder, procuramos entender se o novo governo significou algum abalo na configuração da hegemonia e na formação do bloco histórico dominante. O que se percebe, da análise das posições dos movimentos sociais no jornal *Brasil de Fato*, é que o equilíbrio de compromissos, formado pela aliança de classes que permitiu a chegada de Lula e do PT ao governo, não contrariaram os interesses das classes hegemônicas fundamentais.

A compreensão que expressamos sobre esse cenário é de que as classes hegemônicas tiveram que ceder em aspectos pouco significativos, e tiveram a garantia de que, no campo econômico, seus privilégios estariam garantidos. Na pauta do *Brasil de Fato*, a maior parte das críticas dos movimentos sociais e intelectuais sobre o governo Lula é direcionada à política econômica implementada pelo governo. São noticiadas marchas e manifestações dos movimentos sociais e partidos de esquerda em Brasília, pedindo mudanças na política econômica e a saída do banqueiro Henrique Meirelles do Banco Central.

O ministro da Fazenda Antonio Palocci e o presidente do BC, Henrique Meirelles, são apontados como principais responsáveis pelos rumos da economia, cujo crescimento esteve associado à manutenção do *superávit primário* em altos níveis, para garantir o pagamento da dívida externa e interna. A continuidade do pagamento da dívida foi, recorrentemente, criticado pelo jornal. Além disso, percebemos que a concepção limitada de crescimento econômico do governo Lula, teve consequências para as políticas sociais que tiveram um caráter compensatório e focalizado, com limitações de orçamento que prejudicaram seus objetivos.

A nossa análise do *Brasil de Fato* procurou entender, por outro lado, a compreensão dos movimentos sociais articulados no jornal sobre a relação do governo Lula com a contra hegemonia, se consideram o governo Lula um parceiro nas lutas por transformações contra hegemônicas ou como uma reprodução do bloco de poder.

Considerando, neste momento, o cenário das alianças que se formaram e tornaram possível a eleição do candidato do Partido dos Trabalhadores como Presidente da República e seu significado para as forças de esquerda e movimentos sociais, retomamos a questão sobre até que ponto os acordos e compromissos que levaram Lula a Presidência da República comprometeram os interesses

fundamentais, o essencial de um projeto das forças contra hegemônicas no país.

As posições políticas dos movimentos sociais no jornal *Brasil de Fato* sobre a relação do governo Lula com os movimentos sociais remetem a um cenário de contradições, caracterizado por uma certa abertura para discutir as pautas e reivindicações dos movimentos sociais, mas esse contexto, aliado à manutenção e aprofundamento de uma política econômica perversa e desigual, mantenedora dos interesses hegemônicos, não permite que se concretize os compromissos do governo com os movimentos sociais.

A opção do governo é clara se comparamos, nos cinco anos de análise, os recordes do *superávit primário* comemorados pela equipe econômica, aos cortes nas políticas sociais, criticados pelos movimentos sociais. Muitos intelectuais identificam, em suas análises, uma contradição, expressa na oposição entre as visões representadas por grupos ministeriais divididos, como afirmou ao *Brasil de Fato* Dom Pedro Casaldáliga: “os de primeira classe, que são os econômicos e os economicistas, e os ministérios de segunda classe: os tipicamente sociais” (*Brasil de Fato*, Ed. 97, 06-12/01/2005, p. 8).

A crítica dos movimentos sociais no jornal aparece, muitas vezes, direcionada à política econômica e ao Banco Central, o que expressa uma opção dos movimentos por não rechaçarem o governo como um todo, mas estabelecerem críticas direcionadas aos aspectos mais problemáticos de sua política.

Mas, se considerarmos as principais pautas do *Brasil de Fato* presentes em nossa análise no capítulo anterior, é possível perceber que o avanço da hegemonia, em todas elas, foi maior do que as perspectivas contra hegemônicas. Como disse Dom Tomás Balduino, presidente nacional da CPT, na entrevista ao *Brasil de Fato*, “os aliados avançaram mais que esperavam, e eles estão com toda força” (*Brasil de Fato*, Ed. 14, 5-11/06/2003, p. 7).

Algumas interpretações expressas no *Brasil de Fato* ressaltaram o aspecto de disputa de concepções em torno do governo Lula. Outras análises identificaram um cenário em que o governo se encontrava dividido ou marcado por ambiguidades.

Há, ainda, entendimentos de que o governo Lula significou uma terceira fase da Era FHC, aprofundando as diretrizes desse governo, como apontaram as análises de Fábio Konder Comparato, Carlos Nelson Coutinho e Marcos Arruda que afirma “O que vemos é a continuidade de uma postura sabuja, pelega” (*Brasil de Fato*, Ed. 44, 01-07/01/2004, p. 8).

Emir Sader acredita, diversamente das concepções anteriores, que a vitória de Lula se deve ao fracasso do governo Fernando Henrique Cardoso e, por outro lado, à persistência do Partido dos Trabalhadores na oposição a esse governo. Coutinho defende, por outro lado, que o cenário atual, além de ser uma continuidade de políticas e projetos, tem o agravante de que não há mais a resistência do PT e dos movimentos sociais a uma política neoliberal, agora encabeçada pelo presidente Lula.

A sensação de que o governo poderia fazer mais e que deveria estar “mais à esquerda” na luta social foi uma opinião presente em muitas análises expressas no *Brasil de Fato* durante os cinco anos de nossa pesquisa. A visão expressa por Chomsky foi de que o governo “tentou fazer resistência, mas não muita” (*Brasil de Fato*, Ed. 44, 01-07/01/2004, p. 9). O representante dos docentes do ensino superior, Roberto Leher, disse que sua categoria se sentiu frustrada com a política educacional do governo. Niemeyer afirmou que Lula não fez mudanças radicais, apesar de implementar ações contra a pobreza. E, nas palavras da sambista e apoiadora do Movimento Sem Terra, Beth Carvalho, o governo Lula, apesar de sua origem popular é “muito pouco à esquerda” (*Brasil de Fato*, Ed. 44, 01-07/01/2004, p. 16).

É possível deduzir, da análise das posições dos movimentos no jornal, que muitas das expectativas de mudanças dos movimentos sociais foram frustradas, e que as possibilidades de transformações vislumbradas com a vitória do PT não se concretizaram efetivamente na política do governo Lula.

Na visão de Dom Pedro Casaldáliga: “o povo tinha conquistado o poder por meio do Lula, e do PT, mas foi decepcionante (*Brasil de Fato*, Ed. 97, 06-12/01/2005, p. 8). Ou, como classifica, Theotônio dos Santos, é uma situação grave em que “a população vota, derruba o governo, e os que assumem o governo terminam praticando a mesma política” (*Brasil de Fato*, Ed. 79, 02-08/09/2004, p. 8). O que é expresso, também, na metáfora do escritor Luís Fernando Veríssimo sobre o cavaleiro preparado toda a vida para combater um dragão e, quando entrava na caverna, tornava-se amigo do dragão. O ponto de vista de Veríssimo é que “não há dúvida de que houve um acordo com o dragão” (*Brasil de Fato*, Ed. 97, 06-12/01/2005, p. 16).

A opinião de Zé Celso Martinez Corrêa e de Ariovaldo Umbelino de Oliveira foi de que se o governo não atendesse a pauta dos movimentos sociais, não realizasse,

ao menos, as políticas reformistas, poderia haver um crescimento dos movimentos sociais, um questionamento da via institucional.

Esse cenário se aproxima, em nossa opinião, da conjuntura descrita na entrevista do sociólogo Atilio Borón, sobre as questões colocadas para as forças de esquerda que estão diante da impossibilidade da conquista do poder pela via insurrecional, por não haver condições objetivas, subjetivas e tampouco militares para tanto. E, por outro lado, “se as forças sociais que anseiam por mudanças, conquistam o poder, rapidamente são absorvidas por um Estado que tem sido redesenhado de tal maneira a atender aos interesses dos mercados” (Brasil de Fato, Ed. 97, 06-12/01/2005, p. 10). Além disso, na visão do sociólogo, as elites de centro esquerda e de esquerda tem se demonstrado incapazes de iniciar as mudanças desejadas pelos movimentos sociais populares.

Esse dilema colocado aos movimentos sociais leva, em nossa opinião, a uma certa desarticulação das forças de esquerda que apostam – a partir da avaliação do novo cenário em que há um governo mais próximo – na via institucional, do diálogo e ocupação das estruturas do Estado como tática política. Considerando, como Gramsci, que a vida estatal é uma contínua formação e superação de equilíbrio instáveis entre os interesses dos grupos fundamentais e os interesses dos grupos subordinados, é possível afirmar que os movimentos sociais e intelectuais de esquerda adotaram uma tática de disputa política numa conjuntura que identificaram como favorável à defesa de suas concepções.

As consequências desse quadro para a autonomia e a organização política dos movimentos sociais foram, concordando com a análise de Plínio Arruda Sampaio, as piores. Com dois anos de governo Lula, a conclusão é que “o movimento popular está mais fraco, mais confuso, mais dividido” (Brasil de Fato, Ed. 97, 06-12/01/2005, p. 14). Em consonância, também, com a perspectiva de Carlos Nelson Coutinho, há um comprometimento da postura de resistência do PT ou como afirmou mais criticamente José Arbex Jr. em sua carta de desligamento do Conselho Editorial do *Brasil de Fato*, o governo do PT “em 4 anos, causou uma devastação maior na esquerda, do que os 8 anos de FHC”.

Sobre o objetivo de pesquisa que investiga como os movimentos sociais articulados no jornal *Brasil de Fato* interpretam os espaços de participação dos movimentos, como os conselhos, comissões, conferências percebemos que a postura expressa no jornal remete-se sempre à defesa, por parte dos movimentos

sociais, da utilização de instrumentos de participação popular para permitir o debate na sociedade sobre temas fundamentais e preservar o direito do povo de participar ativamente das decisões do Estado.

No período analisado, surgiram dois temas expressivos que levaram os movimentos sociais a defenderem a realização de consulta popular através de um plebiscito: a decisão sobre a participação do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e a questão da autonomia do Banco Central.

Na edição de 08 de março de 2003, o editorial “O império se move” trata do poder de George Bush na ONU e traz a declaração do representante do Departamento de Comércio Americano, que prometeu “utilizar 'todos os meios legais e necessários' para obter vantagens na formação da Alca”. A postura em relação ao governo Lula é de cobrança de compromissos assumidos na campanha:

Se o governo Lula quer merecer a esperança nele depositada pela nação, deve deixar que o povo decida, mediante a convocação de um plebiscito oficial sobre a Alca, e fugir dos acordos espúrios, selados no silêncio dos gabinetes, protegidos da vigilância popular – prática preferida da burocracia estatal. Aceitar a Alca significaria curvar-se à total subordinação de nossa economia, à recolonização da política e da cultura, como afirmou o próprio presidente na campanha. (Brasil de Fato, 08/03/2003).

Em relação à aprovação da Proposta de Emenda Constitucional pela Câmara dos Deputados, regulamentando o artigo 92, que trata do sistema financeiro nacional, abrindo as portas para projetos de lei que concedam autonomia do Banco Central, no editorial “O BC é do povo”, o jornal defende que essa é uma questão de soberania nacional e deve ser decidida pela população: “Mais do que avaliar o comportamento elitista do Parlamento brasileiro, é necessário estimular o debate e a participação da sociedade, de forma que ela possa questionar e influir sobre os rumos da política e a necessidade de um novo modelo econômico para o país” (Brasil de Fato, 06-12/04/2003).

Ainda tratando dos temas relativos à Alca e à autonomia do Banco Central, na edição de número 9, o editorial “Por um plebiscito sobre a Alca”, divulga o trecho de uma carta ao presidente Lula, redigida por intelectuais, artistas e líderes religiosos do país, no dia 1º de maio. Na carta, afirma-se que

tanto a Alca quanto a autonomia do Banco Central são questões inegociáveis, posto que implicam a intangibilidade da própria soberania da Nação. Decisão de tamanha magnitude deve ser tomada pelo detentor dessa soberania: o povo brasileiro. Assim, cada brasileiro e cada brasileira deveriam ser chamados a se pronunciar sobre ambas questões em um plebiscito convocado para esse expresso fim. O plebiscito ensejaria um grande debate nacional sobre os dois temas, dando assim fundamento a

uma decisão verdadeiramente democrática sobre os mesmos. (*Brasil de Fato*, 04-10/05/2003)

O texto do editorial acrescenta, ainda, que os missivistas oferecem uma perspectiva que poderá garantir a Lula a força política necessária e suficiente para enfrentar as pressões do imperialismo estadunidense.

O jornal adota, em outros momentos, a mesma postura defensora de mecanismos de participação popular, afirmando, também, que o governo deve ter como base o apoio popular para enfrentar pressões dos setores sociais e econômicos tradicionais, tanto em nível nacional quanto internacional.

O que percebemos pelas posições expressas pelos movimentos sociais no jornal *Brasil de Fato*, foi que alguns dos espaços de participação abertos pelo governo não concretizaram a função de permitir a inserção de pontos de vista diversificados e de influenciar as decisões do governo em questões estratégicas para a soberania nacional. O caso da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e das disputas em torno da transposição do rio São Francisco, que se deram no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF) e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) são dois exemplos importantes em que as reivindicações dos movimentos não foram atendidas e suas concepções foram derrotadas no âmbito das comissões e conselhos, como é possível perceber na análise das pautas no capítulo anterior.

Assim, o nosso entendimento sobre esta questão é de que, os movimentos sociais reivindicaram espaços de participação e defenderam a realização de consultas populares. Estes espaços foram vistos, portanto, como fundamentais para um processo democrático e popular. Nas políticas em que a participação foi possível, entretanto, mostrou-se uma postura de consulta formal, em que a disposição do governo ao diálogo e em ser pautado pelas reivindicações populares.

Por fim, nos dedicamos ao entendimento da questão de como evoluiu, na pauta do jornal *Brasil de Fato*, a avaliação dos movimentos no decorrer dos cinco anos em que fizemos a análise das posições dos movimentos sociais sobre o governo.

O que percebemos, num primeiro momento, foi que as análises dos movimentos sociais no *Brasil de Fato* remeteram a um cenário de grandes expectativas sobre o novo governo. A análise de Celso Furtado na primeira edição do jornal expressa bem o sentimento de que houve uma conquista importante para

os trabalhadores e que era o momento dos movimentos sociais darem sustentação ao novo governo, para que ele pudesse implementar as mudanças desejadas.

A compreensão de Furtado foi, num primeiro momento, de que existia a ideia de que tudo deveria ser colocado a serviço da sobrevivência de uma conquista. O intelectual encarou, neste período de início de governo, que a presença de Henrique Meirelles e a opção política que isso representa, era um dado conjuntural, para dar a garantia ao capital de que não haveria grandes e repentinas mudanças na configuração das relações econômicas.

O governo Lula foi contextualizado, também, a partir do quadro de resistência que vem se formando na América Latina, abrindo novas perspectivas de integração regional e questionando interesses de potências hegemônicas. Na primeira edição do jornal, o governo Lula é situado neste quadro de resistências e de demonstração de fortalecimento das possibilidades contra-hegemônicas que se manifestam na América Latina.

Uma questão, diretamente relacionada com o objetivo proposto e que esteve sempre presente na pauta do jornal, levando movimentos sociais e intelectuais a se posicionarem sobre ela, foi a discussão que abarcou a esquerda brasileira em torno da concepção de disputa do governo. Algumas interpretações expressas no *Brasil de Fato* ressaltaram o aspecto de disputa de concepções em torno do governo Lula, mas houve mudança de postura durante os cinco anos de análise.

A ideia de que havia uma disputa de concepções sobre os rumos do governo esteve presente nas análises de Zé Celso Martinez, Noam Chomsky, Oscar Niemeyer, entre outros intelectuais. Num primeiro momento, esta foi também a análise de Plínio Arruda Sampaio. Na entrevista concedida ao *Brasil de Fato* em março de 2004, Sampaio afirmou que o Partido dos Trabalhadores estava deixando de ser um partido que desafiava a ordem, para tornar-se um partido da ordem. Quando perguntado se mantinha a opinião de que o governo estava “em disputa”, Plínio Arruda Sampaio responde ao *Brasil de Fato* que é da teoria de que a esperança é a última que morre. “Eu estou lutando” (Brasil de Fato, Ed. 53, 04-10/03/2004, p. 5).

Em 2005, um artigo publicado por Sampaio no jornal *Brasil de Fato* já demonstra uma perspectiva, não mais de expectativas de mudanças, mas a constatação de que o governo Lula mostrou-se incapaz de ultrapassar o conceito neoliberal de “gastos sociais focalizados” que caracterizou os programas sociais do

governo, de reduzir desigualdades sociais e causou um grande prejuízo às organizações de esquerda.

Durante o período de análise, muitas interpretações que destacaram o caráter contraditório do novo governo, que se encontrava, como expresso nas posições dos movimentos sociais no *Brasil de Fato*, dividido ou marcado por ambiguidades. Essas análises que ressaltaram os aspectos da contradição e da indefinição constitui a maior parte das concepções defendidas no jornal.

Destacamos, por fim, a edição em que a tomada de posição dos movimentos sociais no jornal *Brasil de Fato* é mais evidente, quando torna-se concreta a disputa eleitoral no segundo turno das eleições em 2006. Nesse momento, apesar de todas as avaliações das contradições que caracterizam o governo por um lado, ou das interpretações que destacam seu aspecto de continuidade das políticas neoliberais, por outro, os movimentos sociais resolvem se posicionar a favor da candidatura do Partido dos Trabalhadores e o editorial do *Brasil de Fato* afirma que “É preciso garantir a vitória de Lula” (Brasil de Fato, Ed. 188, 05-11/10/2006, p. 1).

A nossa compreensão, sobre o objetivo de pesquisa apresentado é de que a avaliação dos movimentos sociais articulados no jornal *Brasil de Fato* nos anos de análise da nossa pesquisa (2003-2007), oscilou entre as interpretações de disputa em torno das concepções do governo, mas que nos momentos políticos decisivos, a opção dos movimentos sociais foi de claro apoio ao governo Lula e ao Partido dos Trabalhadores.

Para concluir nossa análise, retomamos, mais uma vez, Gramsci numa distinção fundamental tecida pelo autor, referindo-se ao que ele denomina *grande política* e *pequena política*. As questões colocadas por Gramsci nestes termos contribuem para a nossa análise no ponto em que surge a preocupação de extrapolar questões meramente conjunturais e compreender que significados mais amplos podem ser retirados da análise do jornal.

Para Gramsci, o que distingue a grande e a pequena política é que a primeira compreende questões relacionadas ao Estado, tanto no que se refere à luta pela sua destruição e transformação, como a conservação e defesa de estruturas orgânicas econômico-sociais. Já a pequena política tem relação com as questões cotidianas que se apresentam “no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política”. (GRAMSCI, 2004b, p.21)

A pequena política identifica-se com o que Gramsci chama de movimentos de conjuntura, caracterizados como ocasionais e imediatos, com críticas limitadas que envolvem pequenos grupos dirigentes e responsáveis imediatos do poder. Distinguem-se dos movimentos orgânicos que “dão lugar à crítica histórico-social, que envolve os grandes agrupamentos, para além das pessoas imediatamente responsáveis e do pessoal dirigente” (GRAMSCI, 2004b, p.37).

Nosso esforço, neste trabalho, é tentar compreender e diferenciar quais fatos e questões observados no jornal *Brasil de Fato*, durante o período analisado, estão relacionados com as questões de grande política e com os movimentos orgânicos. Na análise dos fatos cotidianos relatados pelo jornal, buscamos entender em que medida se relacionam com mudanças que extrapolem a crítica imediata dos dirigentes. Destacamos, ainda, uma observação pertinente de Gramsci sobre a instrumentalização desses conceitos:

(...) é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política. (...) Ao contrário, é coisa de diletantes pôr as questões de modo tal que cada elemento de pequena política deva-se necessariamente tornar-se questão de grande política, de reorganização radical do Estado . (GRAMSCI, 2004b, p. 21)

O elemento que destacamos, por fim, como base nessa compreensão, é a necessidade de se estabelecer análises orgânicas que compreendam esse cenário não apenas sob o ponto de vista da situação brasileira, mas que indique as características e consequências da configuração de resistências dos movimentos sociais e governos progressistas, ligados ao campo da esquerda, na formação de uma contra hegemonia mundial. Deixamos a indicação para que essa análise possa se realizar em pesquisas posteriores, partindo da compreensão do cenário exposto neste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DE RÁDIOS COMUNITÁRIAS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE. **Amarc Informe sobre Diversidad y Pluralismo en la Radiodifusión en ALC**, 2009.

ANDERSON, Perry. **Afinidades seletivas**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **A batalha das Idéias na Construção de Alternativas**. In: BORON, Atílio, (org.), *Nova Hegemonia mundial: Alternativas de mudança e movimentos sociais*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Uma esquerda fora do lugar: O governo Lula e os descaminhos do PT**. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2006.

ALI, Tariq. **Piratas do Caribe: o eixo da esperança**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ARDITI, Benjamin. **Democracia post-liberal? El espacio político de las asociaciones**. Barcelona: Anthropos Editorial, 2005.

ARENDT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BIANCHI, Álvaro. **O laboratório de Gramsci: Filosofia, história e política**. São Paulo: Alameda, 2008.

BOBBIO, Norberto. **Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BORON, Atílio. **Hegemonia e imperialismo no sistema internacional**. In: BORON, Atílio, (org.), *Nova Hegemonia mundial: Alternativas de mudança e movimentos sociais*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004.

CANCLINI, Néstor García. **Latino-americanos à procura de um lugar neste século**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CASSOL, Daniel Barbosa. **Brasil de Fato: A imprensa popular alternativa em tempos de crise**. 2010 153 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, RS, 2010.

CECENA, Ana Esther. **Estratégias de construção de uma hegemonia sem limites**. In: CECEÑA, Ana Esther (Org). **Hegemonias e emancipações no século XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis, RJ:

Vozes, 2008.

CHAUI, Marilena. **Filosofia e engajamento**: em torno das cartas da ruptura. In: MORAES, Dênis de (Org). *Combates e Utopias: os intelectuais num mundo em crise*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DAGNINO, Evelina. **Cultura, Cidadania e Democracia**: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina e ESCOBAR, Arturo (Orgs.) *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

FILHO, Ciro Marcondes (Org). **Imprensa e capitalismo**. São Paulo: Ed. Kairós, 1984.

_____. **O capital da notícia: jornalismo como produção social de segunda natureza**. São Paulo: Ática, 1989

FOUCAULT, Michel. **Os intelectuais e o poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze**. in: *Microfísica do Poder*. São Paulo: Edições Graal, 2002.

GINDRE, Gustavo. **Os motivos da crise da mídia**. In: <http://www.piratininga.org.br/artigos/2004/01/gindre-midia.html> Acesso em 22/11/2010.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**: Paradigmas clássicos e contemporâneos. Edições Loyola: São Paulo, 2006.

GRAMSCI, Antonio. 1981-1937 **Cadernos do cárcere**: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Volume 2. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. 3ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.

_____. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. volume 3. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. 3ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

_____. **Cadernos do cárcere**: O Ressurgimento. Notas sobre a história da Itália. Volume 5. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. 3ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004c.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

HALL, Stuart; LUMLEY, Bob & McLENNAN, Gregor. **Política e ideologia: Gramsci** In HALL, Stuart et alii. *Da Ideologia* (Trad. De Rita Lima), Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1980.

INTERVOZES Coletivo Brasil de Comunicação Social. **Sistemas públicos de comunicação no mundo**: experiência de doze países e o caso brasileiro. São

Paulo: Paulus, Intervezes, 2009.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

LIMA, Venício. **Mídia: teoria e política**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. **Concessões na terra de ninguém**. *Observatório do Direito à Comunicação*, 28/06/2010 Disponível em: <http://www.direitoacomunicacao.org.br/>. Acesso em 14/07/2010.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MARX, Karl. **Crítica ao programa de Gotha**. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. Vol 2. São Paulo: Editora Alfa Omega, s/d.

_____. **Prefácio à Contribuição à crítica da economia política**. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. Vol 1. São Paulo: Editora Alfa Omega, s/d .

MARX, Karl. *ENGELS*, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução: Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MATTELART, Armand. **Intelectuais, comunicação e cultura: entre a gerência global e a recuperação da crítica**. In: MORAES, Dênis de (Org). *Combates e Utopias: os intelectuais num mundo em crise*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

MORAES, Dênis de. **A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009.

_____. **Criação cultural, engajamento e dogmatismo: reflexões a partir de Graciliano Ramos**. In: MORAES, Dênis de (Org). *Combates e Utopias: os intelectuais num mundo em crise*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

MOUFFE, Chantal. **En torno a lo Político**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2007 (pp 15-41).

NEGRÃO, Heloisa. **Nas Bancas, nos Sindicatos, nos Movimentos Populares: a história do Jornal *Brasil de Fato*, 2007** 84 f. Monografia (Graduação em Comunicação Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007

ORNELAS, Raúl. **A autonomia como eixo da resistência zapatista: do levante armado ao nascimento dos Caracoles**. In: CECEÑA, Ana Esther (Org). **Hegemonias e emancipações no século XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

PAIVA, Raquel. SANTOS, Cristiano Henrique Ribeiro dos. **Comunidade e contra-**

hegemonia: Rotas de Comunicação Alternativa. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

PETRAS, James. **Os intelectuais de esquerda e sua desesperada busca por respeitabilidade.** In: MORAES, Dênis de (Org). Combates e Utopias: os intelectuais num mundo em crise. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

PERUZZO, Cecília Maria Krohling **Comunicação nos Movimentos Populares: a participação na construção da cidadania** – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico.** Tradução: Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

RUIZ, Enrique Sánchez. **Industrias culturales, diversidad y pluralismo en America Latina.** Global Media Journal, Iteso, México, vol. 4, 2007.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais.** São Paulo: Loyola, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Fórum Social Mundial: manual de uso.** São Paulo: Cortez, 2005.

SEGUNDO, Jacson **No Brasil, TV digital ainda é para poucos.** Observatório do Direito à Comunicação, 20/07/2010. Disponível em: <<http://www.direitoacomunicacao.org.br/>> Acesso em 25/07/2010.

VALENTE, Jonas. **Projeto do Executivo descriminaliza transmissão sem licença.** Disponível em: http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=4585 Acesso em 09/08/2010.

VIANA, Nilton. **Brasil de Fato: uma conquista da esquerda social, 2004** Disponível em: <http://www.piratininga.org.br/entrevistas/niltonviana-marco2004.html> Acesso em 27/10/07.

VIEIRA JR, Vilson. **Oligopólio na comunicação: um Brasil de poucos.** Observatório do Direito à Comunicação, Disponível em <<http://www.direitoacomunicacao.org.br/>> Acesso em 16/07/2010.

ZIBECHI, Raúl. **Autonomías y emancipaciones: América Latina en movimiento.** Lima: Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales, 2007.

ALMEIDA, Beto. Alcântara, a grande sabotagem. **Brasil de Fato**, São Paulo, 04 a 10 de set. de 2003. Nacional, n. 27, p. 8.

ALENCAR, B. Acampados conquistam terra prometida. **Brasil de Fato**, São Paulo, 3 a 9 de mar. de 2005. Felisburgo, n. 105, p. 4.

ARBEX JR., J. Brechas para o movimento de massas. **Brasil de Fato**, São Paulo, 5 a 11 de jan. de 2005. Soberania, n. 149, p. 14.

AZEVEDO, T.; MERLINO, T. Zé Celso revive Canudos para mostrar a realidade agrária atual. **Brasil de Fato**, São Paulo, 04 a 10 de set. de 2003. Nacional, n. 27, p. 16.

BRASILINO, Luis. O superávit é cada vez maior. **Brasil de Fato**, São Paulo, 03 a 09 de jun. de 2004. Nacional, n. 66, p. 6.

_____. Projeto ignora sociedade civil. **Brasil de Fato**, São Paulo, 02 a 08 de dez. de 2004. Ambiente, n. 92, p. 13.

_____. Governo quer isolar frei Luiz, mas manifestações de apoio crescem. **Brasil de Fato**, São Paulo, 06 a 12 de dez. de 2007. Nacional, n. 249, p. 8.

_____. A agricultura deve forçar o mercado interno. **Brasil de Fato**, São Paulo, 06 a 12 de jan. de 2005. Reforma agrária, n. 97, p. 3.

_____. Na balança, a destruição da natureza. **Brasil de Fato**, São Paulo, 07 a 13 de dez. de 2006. Nacional, n. 197, p. 4.

_____. Potência caminha em direção à ditadura. **Brasil de Fato**, São Paulo, 5 a 11 de jan. de 2006. Estados Unidos, n. 149, p. 9.

_____. O governo Lula foi uma decepção. **Brasil de Fato**, São Paulo, 5 a 11 de jan. de 2006. Transposição, n. 149, p. 3.

_____. Brasil quer compartilhamento de informação. **Brasil de Fato**, São Paulo, 3 a 9 de mar. de 2005. Software Livre, n. 105, p. 6.

BOFF, Leonardo. Impasses do crescimento. **Brasil de Fato**, São Paulo, 06 a 12 de jan. de 2005. Crônica, n. 97, p. 2.

CARRANO, Pedro. Governo quer mudar FGTS. **Brasil de Fato**, São Paulo, 7 a 13 de set. de 2006. Debate, n. 184, p. 4.

CARVALHO, Priscila. Terena retomam terras. **Brasil de Fato**, São Paulo, 1 a 7 de dez. de 2005. Povos indígenas, n. 144, p. 8.

_____. Sob a mira do latifúndio. **Brasil de Fato**, São Paulo, 1 a 7 de jun. de 2006. Direitos Humanos, n. 170, p. 4.

_____. Maxacali retomam terras pela primeira vez. **Brasil de Fato**, São Paulo, 1 a 7 de set. de 2005. Povos indígena, n. 131, p. 3

COSTA, R. A geografia do terror. **Brasil de Fato**, São Paulo, 3 a 9 de mar. de 2005. Debate, n. 105, p. 14.

COZETTI, Nestor. O Brasil vai lutar por desemprego zero. **Brasil de Fato**, São Paulo, 04 a 10 de dez. de 2003. Nacional, n. 40, p. 6.

Da redação. Um mar humano contra o G8. **Brasil de Fato**, São Paulo, 05 a 11 de jun. de 2003. Internacional, n. 14, p. 4.

_____. Para Lula, seguir cartilha não basta. **Brasil de Fato**, São Paulo, 03 a 09 de jun. de 2004. Livre Comércio, n. 66, p. 9.

_____. Orçamento não passa de promessa. **Brasil de Fato**, São Paulo, 02 a 08 de set. de 2004. Nacional, n. 79, p. 6.

_____. MST anuncia retomada das ações no Rio Grande Sul. **Brasil de Fato**, São Paulo, 02 a 08 de set. de 2004. Nacional, n. 79, p. 4.

_____. A classe média está sumindo. **Brasil de Fato**, São Paulo, 02 a 08 de set. de 2004. Nacional, n. 79, p. 6.

DEAK, A.; RANGEL, P. Ano após ano, lucros astronômicos. **Brasil de Fato**, São Paulo, 3 a 9 de mar. de 2005. Resultados dos bancos, n. 105, p. 7.

DUARTE, P.; CORDEIRO, V.; LUEDMANN, C. Mídia intensifica conflitos culturais. **Brasil de Fato**, São Paulo, 2 a 8 de mar. de 2005. Globalização, n. 157, p. 12.

Editorial: Porque um jornal popular. **Brasil de Fato**, São Paulo, 25 de jan. de 2003. Nossa Opinião, n. 0, p. 2.

Editorial: O império se move. **Brasil de Fato**, São Paulo, 08 de mar. de 2003. Nossa Opinião, n. 1, p. 2.

Editorial: Não servirás a dois senhores. **Brasil de Fato**, São Paulo, 05 a 11 de jun. de 2003. Nossa Opinião n. 14, p. 2.

Editorial: Preparar a moratória da dívida. **Brasil de Fato**, São Paulo, 04 a 10 de set. de 2003. Nossa Opinião, n. 27, p. 2.

Editorial: Desgoverno e política econômica. **Brasil de Fato**, São Paulo, 03 a 09 de jun. de 2004. Nossa opinião, n. 66, p. 2.

Editorial: Um grito dos excluídos. **Brasil de Fato**, São Paulo, 02 a 08 de set. de 2004. Nossa Opinião, n. 79, p. 2.

Editorial: Crescimento para quem? **Brasil de Fato**, São Paulo, 02 a 08 de dez. de 2004. Nossa Opinião, n. 92, p. 2.

Editorial: Auditoria das privatizações. **Brasil de Fato**, São Paulo, 3 a 9 de mar. de 2005. Nossa Opinião, n. 105, p. 2.

Editorial: A trágica farsa do Brasil no Haiti. **Brasil de Fato**, São Paulo, 1 a 7 de dez. de 2005. Nossa Opinião, n. 144, p. 2.

Editorial: É preciso derrotar a direita. **Brasil de Fato**, São Paulo, 5 a 11 de out. de 2006. Editorial, n. 188, p. 1.

ENGELMANN, Solange. Sem-terra ganham liberdade no Paraná. **Brasil de Fato**, São Paulo, 03 a 09 de jun. de 2004. Nacional, n. 66, p. 5.

_____. Inaugurada escola latino-americana de agroecologia. **Brasil de Fato**, São Paulo, 1 a 7 de set. de 2005. Bolivarianas, n. 131, p. 14.

FILHO, P. J. Livre comércio internacional é ilusão. **Brasil de Fato**, São Paulo, 01 a 07 de jan. de 2004. Nacional, n. 44, p. 8.

FILHO, J. P. G-15 propõe união de países endividados. **Brasil de Fato**, São Paulo, 04 a 10 de mar. de 2004. América Latina, n. 53, p. 10.

FIORI, J. L. O Sol e a Peneira. **Brasil de Fato**, São Paulo, 04 a 10 de dez. de 2003. Nacional, n. 40, p. 5.

FLHO, L. V. Trabalhador perde R\$ 267 milhões. **Brasil de Fato**, São Paulo, 1 a 7 de dez. de 2005. Emprego e Renda, n. 144, p. 7.

GALEANO, Eduardo. Salva-vidas de chumbo. **Brasil de Fato**, São Paulo, 7 a 13 de set. de 2006. Debate, n. 184, p. 2.

GODINHO, Rogério. A ALCA é vantajosa (para os EUA). **Brasil de Fato**, São Paulo, 08 de mar. de 2003. Nacional, n. 1, p. 4.

GONÇALVES, Reinaldo. Lula na China: a Periferia da Periferia. **Brasil de Fato**, São Paulo, 03 a 09 de jun. de 2004. Debate n. 66, p. 14.

JARDIM, Cláudia. Leis e concessões prejudicam agricultura. **Brasil de Fato**, São Paulo, 01 a 07 de jan. de 2004. Nacional, n. 44, p. 3.

_____. Credores ganham com a dívida externa. **Brasil de Fato**, São Paulo, 06 a 12 de jan. de 2005. América Latina, n. 97, p. 9.

_____. Entrevista Atílio Borón: O paradoxo dos governos de esquerda. **Brasil de Fato**, São Paulo, 6 a 12 de jan. de 2005. Neoliberalismo, n. 97, p. 10

_____. Agenda social a favor da democracia. **Brasil de Fato**, São Paulo, 1 a 7 de set. de 2005. Bolivarianas, n. 131, p. 9.

JARDIM, C., PEREIRA, J., VIANA, N. Lula pode perder o trem da história. **Brasil de Fato**, São Paulo, 01 a 07 de jan. de 2004. Entrevista, n. 44, p. 7.

JARDIM, Lauro. Mais um ano de arrocho desnecessário. **Brasil de Fato**, São

Paulo, 01 a 07 de jan. de 2004. Nacional, n. 44, p. 6.

_____. Um ligeiro sopro sobre a economia em 2004. **Brasil de Fato**, São Paulo, 04 a 10 de set. de 2003. Nacional, n. 27, p. 3.

JAKOBSKIND, M. A. Moratória é inevitável, diz Furtado. **Brasil de Fato**, São Paulo, 04 a 10 de set. de 2003. Nacional, n. 27, p. 7.

KUBIK, Maíra. Ministérios divergem sobre privatização do ensino. **Brasil de Fato**, São Paulo, 04 a 10 de dez. de 2003. Nacional, n. 40, p. 8.

_____. Protestos levam 20 mil às ruas. **Brasil de Fato**, São Paulo, 02 a 08 de dez. de 2004. Nacional, n. 92, p. 4.

LEITE, André. O que será do movimento sindical com Lula presidente? **Brasil de Fato**, São Paulo, 25 de jan. de 2003. Nacional, n. 0, p. 4.

LIMA, Mayrá. Pelo controle público das concessões de rádio e de TV. **Brasil de Fato**, São Paulo, 06 a 12 de set. de 2007. Brasil, n. 236, p. 8.

LIMA, P. P. Povo Xucuru denuncia governo brasileiro junto à OEA. **Brasil de Fato**, São Paulo, 08 de mar. de 2003. Nacional, n. 1, p. 6.

LIMA, E. S. Reeleger Lula e fazer luta de classe. **Brasil de Fato**, São Paulo, 5 a 11 de out. de 2006. Eleições, n. 188, p. 3.

LOPES, Áurea. Banco Mundial ameaça educação pública. **Brasil de Fato**, São Paulo, 01 a 07 de jan. de 2004. Nacional, n. 44, p. 13.

LUZ, Dioclécio. Afinal, o que querem o governo e o PT? **Brasil de Fato**, São Paulo, 02 a 08 de set. de 2004. Ambiente, n. 79, p. 13.

_____. CTNBio ignora lei e libera algodão modificado. **Brasil de Fato**, São Paulo, 02 a 08 de dez. de 2004. Ambiente, n. 92, p. 13.

_____. Polícia Federal e Anatel, juntas na repressão. **Brasil de Fato**, São Paulo, 02 a 08 de dez. de 2004. Nacional, n. 92, p. 4.

_____. Planalto instala novo GT. **Brasil de Fato**, São Paulo, 02 a 08 de dez. de 2004. Espelho da mídia, n. 92, p. 4.

MAGALHÃES, L. A. Empresas de mídia sonham com cofres públicos. **Brasil de Fato**, São Paulo, 25 de jan. de 2003. Nacional, n. 0, p. 5.

MAGALHÃES, Ana. Para os bancos, o paraíso é aqui. **Brasil de Fato**, São Paulo, 08 de mar. de 2003. Nacional, n. 1, p. 5.

MARINGONI, Gilberto. Entrevista Edgardo Lander: “A oposição não quer apenas a saída de Chávez; busca derrotar a organização popular”. **Brasil de Fato**, São Paulo, 25 de jan. de 2003. Internacional, n. 0, p. 10.

MARINHO, Luiz. O jogo de cena do salário-mínimo. **Brasil de Fato**, São Paulo, 02 a 08 de dez. de 2004. Debate, n. 92, p. 14.

MELO, Dafne. Poucos recursos para baixa renda. **Brasil de Fato**, São Paulo, 02 a 08 de set. de 2004. Nacional, n. 79, p. 6.

_____. Legalização de rádios comunitárias. **Brasil de Fato**, São Paulo, 07 a 13 de dez. de 2006. Nacional, n. 197, p. 4.

_____. União contra a direita. **Brasil de Fato**, São Paulo, 4 a 10 de jan. de 2007. Perspectivas revolucionárias, n. 201, p. 4.

_____. Violência será o foco da CPMI da Terra. **Brasil de Fato**, São Paulo, 3 a 9 de mar. de 2005. Entrevista, n. 105, p. 3.

MENDONÇA, M. L. A luta pelo controle da base. **Brasil de Fato**, São Paulo, 04 a 10 de set. de 2003. Nacional, n. 27, p. 8.

_____. Fusão prejudica a sociedade. **Brasil de Fato**, São Paulo, 1 a 7 de set. de 2005. Fiscos, n. 131, p. 14.

MERLINO, Tatiana. Os pobres e excluídos são as principais vítimas. **Brasil de Fato**, São Paulo, 04 a 10 de dez. de 2003. Nacional, n. 40, p. 7.

_____. Comuna da terra: trabalho e dignidade. **Brasil de Fato**, São Paulo, 4 a 10 de jan. de 2007. Perspectivas revolucionárias, n. 201, p. 3.

_____. O saque da Argentina. **Brasil de Fato**, São Paulo, 2 a 8 de mar. de 2005. Cinema, n. 157, p. 16.

_____. Pacote do governo privilegia agronegócio. **Brasil de Fato**, São Paulo, 1 a 7 de jun. de 2006. Agronegócio, n. 170, p. 5.

MERLINO, T. Rubens Nordari: Governo favorece transgênicos. **Brasil de Fato**, São Paulo, 06 a 12 de jan. de 2005. Nacional, n. 97, p. 4.

MIRANDA, Nilmário. Direitos Humanos - Os novos desafios. **Brasil de Fato**, São Paulo, 04 a 10 de dez. de 2003. Debate, n. 40, p. 14.

MORAIS, Dominique. Bispo defende luta por mudança social. **Brasil de Fato**, São Paulo, 05 a 11 de jun. de 2003. Entrevista n. 14, p. 7.

NEGRÃO, H. Mulheres querem salário digno. **Brasil de Fato**, São Paulo, 2 a 8 de mar. de 2005. Direitos iguais, n. 157, p. 7.

NUNES, Eunice. Brasil deve vetar milho modificado. **Brasil de Fato**, São Paulo, 25 de jan. de 2003. Nacional, n. 0, p. 3.

OJEDA, Igor. Transferência de renda - Os bancos, como sempre, agradecem. **Brasil de Fato**, São Paulo, 2 a 8 de mar. de 2005. Nacional, n. 157, p. 3.

OLIVEIRA, Francisco de. Entrevista Celso Furtado: “A Alca é o fim da soberania.” **Brasil de Fato**, São Paulo, 25 de jan. de 2003. Entrevista, n. 0, p. 6.

PAIM, Paulo. Pela redução da jornada de trabalho. **Brasil de Fato**, São Paulo, 04 a 10 de mar. de 2004. Debate, n. 53, p. 14.

PASQUALINO, Beatriz. Preso mandante de massacre de Felisburgo. **Brasil de Fato**, São Paulo, 1 a 7 de set. de 2005. Violência, n. 131, p. 3.

PESCHANSKI, J. A. Mudança depende de mobilização popular. **Brasil de Fato**, São Paulo, 01 a 07 de jan. de 2004. Conjuntura Internacional, n. 44, p. 9.

_____. Pequenos agricultores pressionam por reforma agrária. **Brasil de Fato**, São Paulo, 03 a 09 de jun. de 2004. Nacional, n. 66, p. 3.

_____. A. PT articula criação de partido no Haiti. **Brasil de Fato**, São Paulo, 02 a 08 de dez. de 2004. Ocupação Militar, n. 92, p. 9.

_____. O modelo energético não interessa ao país. **Brasil de Fato**, São Paulo, 06 a 12 de jan. de 2005. Atingidos por barragens, n. 97, p. 7.

_____. O segundo mandato de Lula, pelo prisma da luta de classes, **Brasil de Fato**, São Paulo, 4 a 10 de jan. de 2007. Perspectivas revolucionárias, n. 201, p. 5.

_____. Dívida, doença crônica das nações. **Brasil de Fato**, São Paulo, 5 a 11 de jan. de 2005. Soberania, n. 149, p. 11.

_____. A força de Lula em debate. **Brasil de Fato**, São Paulo, 7 a 13 de set. de 2006. Eleições, n. 184, p. 3.

PESCANHSKI, J. A.; PEYNEAU, T. Lula podia ter feito mais, diz Niemeyer. **Brasil de Fato**, São Paulo, 1 a 7 de set. de 2005. Entrevista, n. 131, p. 8.

PESCHANSKI, J. A.; FILHO, J. P. Solidariedade se faz com pressão e mobilização. **Brasil de Fato**, São Paulo, 2 a 8 de jun. de 2005. Cuba, n. 118, p. 9.

PECHANSKI, J. A.; BRASILINO, Luis. Governo libera verbas para benefícios. **Brasil de Fato**, São Paulo, 02 a 08 de set. de 2004. Ambiente, n. 79, p. 5.

PIRES, Mariana. Desenvolvimento com soberania. **Brasil de Fato**, São Paulo, 02 a 08 de dez. de 2004. Nacional, n. 92, p. 6.

RODRIGUES, N. R. Um Brasil que só paga juros da dívida. **Brasil de Fato**, São Paulo, 5 a 11 de jan. de 2006. Nacional, n. 149, p. 8

RODRIGUES, M. N. Propriedade sem-limites. **Brasil de Fato**, São Paulo, 3 a 9 de mar. de 2005. Questão agrária, n. 105, p. 3.

ROLONG, Jairo. Movimento indígena rejeita Petrobras no país. **Brasil de Fato**, São Paulo, 02 a 08 de set. de 2004. América Latina, n. 79, p. 11.

ROSHA, J. Projetos ameaçam homologação. **Brasil de Fato**, São Paulo, 2 a 8 de jun. de 2005. Serra do Sol, n. 118, p. 6.

ROSSATO, A. Relatora da ONU visita Campos Novos. **Brasil de Fato**, São Paulo, 5 a 11 de jan. de 2005. Nacional, n. 149, p. 6.

ROSSET, Peter. A perversidade das políticas agrárias do Banco Mundial. **Brasil de Fato**, São Paulo, 02 a 08 de dez. de 2004. Internacional, n. 92, p. 11.

SAITO, Cinthia. A informação, como arma de resistência. **Brasil de Fato**, São Paulo, 1 a 7 de dez. de 2005. Hip Hop, n. 144, p. 16 .

SAMPAIO, P. A. A Alca não nos interessa. **Brasil de Fato**, São Paulo, 05 a 11 de jun. de 2003. Debate n. 14, p. 14.

_____. O que mudou depois de Lula? **Brasil de Fato**, São Paulo, 6 a 12 de jan. de 2005. Rumos do governo, n. 97, p. 14.

SEVERO, L. Marcha cobra valorização do salário mínimo. **Brasil de Fato**, São Paulo, 1 a 7 de dez. de 2005. Reforma Agrária, n. 144, p. 3.

SILVA, Vicente Paulo. Flexibilização sem redução de direitos. **Brasil de Fato**, São Paulo, 04 a 10 de mar. de 2004. América Latina, n. 53, p. 14.

SYDOW, Evanise. Relatório comprova: as violações continuam. **Brasil de Fato**, São Paulo, 02 a 08 de dez. de 2004. Nacional, n. 92, p. 3.

SOUZA, H. O. A batalha ideológica travada na mídia. **Brasil de Fato**, São Paulo, 01 a 07 de jan. de 2004. Nacional, n. 44, p. 14.

_____. *Lobby* poderoso. **Brasil de Fato**, São Paulo, 03 a 09 de jun. de 2004. Fatos em foco, n. 66, p. 6.

_____. Cinismo oficial. **Brasil de Fato**, São Paulo, 02 a 08 de dez. de 2004. Fatos em foco, n. 92, p. 6.

_____. Salário mínimo. **Brasil de Fato**, São Paulo, 02 a 08 de dez. de 2004. Fatos em foco, n. 92, p. 6.

_____. Trambique histórico. **Brasil de Fato**, São Paulo, 01 a 07 de mar. de 2007. Fatos em foco, n. 209, p. 4.

_____. Reflexão rápida. **Brasil de Fato**, São Paulo, 01 a 07 de mar. de 2007. Fatos em foco, n. 209, p. 4.

_____. Munição gratuita. **Brasil de Fato**, São Paulo, 07 a 13 de dez. de 2006. Fatos em foco, n. 197, p. 4.

_____. Masoquismo oficial. **Brasil de Fato**, São Paulo, 2 a 8 de jun. de 2005. Fatos em Foco, n. 118, p. 6.

STÉDILE, M. E.. Este governo fez um acordo com o dragão. **Brasil de Fato**, São Paulo, 6 a 12 de jan. de 2005. Debate, n. 97, p. 16

TAVARES, T.; GONÇALVES, A.; FAXINA, C. Faltam políticas para a agroecologia. **Brasil de Fato**, São Paulo, 2 a 8 de jun. de 2005. Segurança alimentar, n. 118, p. 5.

TAUTIS, Carlos. Governo anuncia guerra ao trabalho escravo. **Brasil de Fato**, São Paulo, 08 de mar. de 2003. Nacional, n. 1, p. 3.

TOLEDO, R. G. Acordo entre movimento sindical e governo para legalizar central. **Brasil de Fato**, São Paulo, 07 a 13 de jun. de 2007. Brasil, n. 223, p. 3.

_____. Greve de servidores está em xeque. **Brasil de Fato**, São Paulo, 06 a 12 de set. de 2007. Brasil, n. 236, p. 3.

_____. PT militante constrange o oficial. **Brasil de Fato**, São Paulo, 06 a 12 de set. de 2007. Brasil, n. 236, p. 3.

TONETO, B.; MERLINO, T. O Brasil perde o bonde da história. **Brasil de Fato**, São Paulo, 04 a 10 de mar. de 2004. América Latina, n. 53, p. 5.

UCHÔA, Cristina. Governo lança combate à discriminação. **Brasil de Fato**, São Paulo, 03 a 09 de jun. de 2004. Nacional, n. 66, p. 4.

VALENTINI, Demétrio. Grito dos Excluídos defende soberania nacional. **Brasil de Fato**, São Paulo, 04 a 10 de set. de 2003. Nacional, n. 27, p. 4.

_____. Referência indispensável para o Brasil. **Brasil de Fato**, São Paulo, 02 a 08 de set. de 2004. Nacional, n. 79, p. 14.

VIANA, Nilton. Integração com justiça social é a saída. **Brasil de Fato**, São Paulo, 01 a 07 de jan. de 2004. América Latina, n. 44, p. 10.

_____. Fábio Konder Comparato: O governo do presidente Lula revelou-se incapaz de apresentar um projeto de país. **Brasil de Fato**, São Paulo, 01 a 07 de jan. de 2004. Nacional, n. 44, p. 4-5.

XIMENES, Lígia. Brasileiros estão sujeitos a lei internacional. **Brasil de Fato**, São Paulo, 03 a 09 de jun. de 2004. Nacional, n. 66, p. 10.